UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LUÃ DE CAMPOS CUPOLILLO

Crise da dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do Jornal O Trabalho entre 1978 e 1985.

Versão original

São Paulo

2018

LUÃ DE CAMPOS CUPOLILLO

Crise da dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do Jornal O Trabalho entre 1978 e 1985.

Versão original

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C974c

Cupolillo, Luã
Crise da dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do Jornal O Trabalho entre 1978 e 1985. / Luã Cupolillo ; orientador Everaldo Andrade. - São Paulo, 2018.
113 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Jornal O Trabalho. 2. Dívida Externa. 3. Ditadura Militar. 4. Imprensa Alternativa. I. Andrade, Everaldo, orient. II. Título.

CUPOLILLO, L. C. **Crise da dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do Jornal O Trabalho entre 1978 e 1985.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____. Instituição _____.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____. Instituição _____.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____. Instituição _____.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Agradecimentos

Conseguir realizar um trabalho acadêmico na atual conjuntura não é tarefa fácil. A Pós Graduação no Brasil, a pesquisa científica em geral, tem sido vítima de constante corte de verbas enquanto a vida no país em geral ficou muito mais difícil. É ainda mais desafiador fazer isso enquanto temos um emprego formal, trabalhando 40 horas semanais.

Agradeço brevemente aos meus pais (além do padrasto e madrasta) que na minha infância e adolescência financiaram meus estudos, à minha companheira de vida Priscilla, que teve a paciência de me suportar enquanto eu tinha que estudar, pesquisar ou escrever. Ao meu orientador por não me deixar desistir mesmo nas horas mais difíceis e ao meu amigo e irmão Hyllo Nader, pelas dicas valiosas e por aguentar ouvir minhas reclamações incessantes.

RESUMO

CUPOLILLO, L. C. **Crise da dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do Jornal O Trabalho entre 1978 e 1985.** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

Este trabalho se apoiou numa pesquisa documental composta das 250 primeiras edições do Jornal O Trabalho, órgão da imprensa alternativa, publicado pela Organização Socialista Internacionalista, de tradição Trotskista, fundado em 1° de maio de 1978. Tem por objetivo sintetizar e analisar as publicações e elaborações deste jornal a respeito da questão da dívida externa no país durante o período que compreende a data de fundação do Jornal até o fim da Ditadura militar brasileira. Como se trata de um jornal que esteve diretamente conectado à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) procura-se analisar a história da organização que fundou o jornal, o modo como o jornal era elaborado e funcionava e a maneira pela qual esta organização se relacionou com a fundação do PT, uma das principais organizações a lutar pelo fim da ditadura militar no Brasil. Na sequência, procede-se uma análise da trajetória da dívida externa brasileira para contextualizar o papel da dívida nos anos 1970 e 1980 e a análise da cobertura deste jornal sobre a questão. A pesquisa permitiu compreender a elaboração de uma corrente trotskista sobre a questão e, a partir dos pressupostos teóricos a que essa corrente se filia, o papel atribuído à dívida externa no desenvolvimento do país, além do papel que o PT atribuiu a esta questão para orientar sua ação política nos anos finais do regime militar.

Palavras chave: Jornal O Trabalho; Dívida Externa trotskismo; Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

CUPOLILLO, L. C. **Debt Crisis during the Military dictatorship in Alternative Press: An analysis of O Trabalho Newspaper between 1978 to 1985.** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

This dissertation was based on a documentary research composed of the first 250 editions of the Newspaper O Trabalho, a Newspaper of the alternative press, published by the Socialist Internationalist Organization of Trotskyst tradition, founded on May 1, 1978, and aims to Synthesize and Analyze publications and elaborations of this newspaper on the issue of the Foreign Debt in Brazil during the period that includes the date of the foundation of the Newspaper until the end of the Brazilian military dictatorship in 1985. As it is a Newspaper that was directly connected to the foundation of the Workers Party (Partido dos Trabalhores – PT) this work also seeks to analyze the history of the organization that founded the Newspaper, how the Newspaper was elaborated, how it worked and how this organization was related to the foundation of PT Itself, one of the most important organizations fighting for the end of the Military Dictatorship in Brazil. An analysis of the trajectory of the Brazilian external debt is made to contextualize the Debt role in the 1970s and the 1980s and how this Newspapper approach this issue. The ressearch allows to understand the elaboration of a Trotskyst organization about the External Debt, and based on theoretical trotskyst tradition understand the role attributed to the External Debt in the Country's development, as well the role that PT attributed to this issue to guide political action in the final years of the military regime.

Keywords: O Trabalho Newspapper, Foreign Debt; Worker's Party

Sumário

Introdução – Página 9

Capítulo 1 – A OSI e o Jornal O Trabalho – Página 12

Capítulo 2 – A questão da dívida externa e o Jornal O Trabalho – Página 34

Conclusões – Página 75

Referências Bibliográficas – Página 81

Anexos – Página 85

Introdução

No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 o Brasil vivia sob o regime militar uma passagem do período que ficou conhecido como década do "milagre econômico" com crescimentos sustentados pelo endividamento, para o período seguinte, chamado "década perdida", marcado pela crise da dívida externa e por um longo período de recessão que afetará considerável e negativamente a situação do povo brasileiro, sobretudo da população trabalhadora. Como consequência, neste mesmo momento os trabalhadores brasileiros retomaram um processo de fortes mobilizações e greves e surgem as principais organizações operárias que marcariam a luta de classes e a vida política do país nos anos seguintes: O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores. As entidades estudantis como a UNE e a UBES são reconstruídas. Num processo efervescente de luta política no país e face à gravíssima crise econômica a ditadura militar começava a perder força frente a um movimento pela redemocratização.

Neste período, já consideravelmente estudado pela historiografia, esta dissertação busca analisar a história do Jornal "O Trabalho", órgão da imprensa alternativa, operária, de origem trotskista que esteve inserido no processo de fundação da CUT e do PT, e o modo como este jornal percebeu e noticiou a maneira pela qual o mecanismo da dívida externa se entrelaçava, e de certo modo ditava, o ritmo da crise econômica e os efeitos desta crise sobre o conjunto dos trabalhadores.

Fundado em 1° de maio de 1978 pela organização trotskista OSI (Organização socialista Internacionalista), e editado até os dias atuais sem interrupção, o jornal O Trabalho é hoje o órgão da imprensa alternativa (operária) mais antigo em circulação no país de forma

ininterrupta e oferece uma cobertura regular do período agudo da crise da dívida, nesta época com periodicidade intercalada entre semanal, quinzenal e mensal. A análise das fontes mostrou que em relação à crise da dívida há um conjunto de artigos que analisam de diferentes perspectivas (macroeconômica, política e das consequências imediatas sobre ramos da indústria, sobre os trabalhadores de determinados ramos ou o conjunto da classe trabalhadora), o que ajudará a perceber a análise do jornal sobre a crise da dívida em si, refletindo, por consequência, as posições da OSI, transformada depois em "corrente o Trabalho", tendência interna do Partido dos Trabalhadores a partir do processo de fundação do PT (1980), indo além do papel de mero noticiador da questão, mas ligando-o a uma linha política de ação concreta no interior do movimento dos trabalhadores, inclusive com o desenvolvimento de uma campanha política internacional contra o pagamento da dívida pelos países latino-americanos, concretizando, de certa maneira, a orientação geral dos trotskistas sobre a necessidade de ruptura, por parte dos países considerados "atrasados", com o Imperialismo. Processo este que nestes países "atrasados" deve ser politicamente liderado pelo proletariado organizado, segundo as teses de Trotsky às quais a O Trabalho declara buscar se manter fiel. Para Trotsky, nos países considerados atrasados onde não houve revoluções burguesas, as burguesias locais são completamente dependentes do capital financeiro internacional, e, por isso mesmo, não tem interesse em levar adiante um processo de desenvolvimento capitalista nacional e não tem condições, portanto, de resolver mesmo os problemas mais elementares da democracia burguesa, restando ao proletariado a tarefa de liderar a luta contra o imperialismo, integrando nas suas bandeiras as bandeiras democráticas e a defesa dos oprimidos.

Esse pano de fundo motivou o desenvolvimento da presente dissertação, refletindo a necessidade de registrar o esforço envolvido

na construção de um órgão da imprensa alternativa do país e analisar suas contribuições, ou seja, as contribuições de uma corrente trotskista, por meio de sua imprensa, para o debate político e econômico no país ao longo dos anos de 1978-79 e da década de 1980.

As edições do Jornal O Trabalho podem ser encontradas no Fundo CEMAP, atualmente sob administração do CEDEM, da UNESP. Também é possível encontrar algumas edições nos arquivos da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, bem como na sede do Jornal O Trabalho ainda em funcionamento.

Para este trabalho analisamos 250 edições do Jornal (do número 0 ao 249), compreendendo o período que vai de Maio de 1978 à novembro de 1985. A escolha deste período não é fortuita. Ao contrário corresponde ao momento do surgimento do jornal até o fim da ditadura militar.

Capítulo 1: A OSI e o jornal O Trabalho

Para compreender a percepção desta corrente do movimento operário expressa no Jornal O Trabalho sobre o processo da dívida e suas consequências à classe trabalhadora e ao desenvolvimento da situação nacional, vamos buscar traçar neste primeiro capítulo uma breve história dessa organização em seu período inicial e de seu jornal, buscando contextualizar os referenciais políticos deste jornal ao tratar dessa questão econômica cujas implicações políticas são evidentemente variadas.

Surgimento

"O TRABALHO" surgiu como uma publicação da Organização Socialista Internacionalista (OSI) fundada em novembro de 1976. A Organização Socialista Internacionalista nasceu em uma conferência clandestina realizada em Praia Grande, no estado de SP em plena ditadura militar e completou um processo de unificação de quatro grupos de orientação trotskista, que se deu em duas etapas.

Alguns meses antes – na primeira etapa - havia sido formada a "Organização Marxista Brasileira" como resultado da fusão da Fração Bolchevique Trotskista, antiga dissidência do POR(t)[1], do Grupo Outubro e da Organização de Mobilização Operária. Em novembro ocorre então a fusão com a Organização Comunista 1° de maio[2], que finalmente deu origem à OSI. Corresponde ao que a historiografia tem chamado de 4° fase do movimento trotskista no Brasil[3].

---

[1] Fundado em 1953, o Partido Operário Revolucionário (trotskista) reuniu militantes trotskistas brasileiros sob a influência de J. Posadas. Foi duramente reprimido com o golpe de 1964.

2 Conforme Sokol, Markus. "As origens da seção brasileira" in: Lambert, Pierre. A história das Internacionais, São Paulo, Edições O Trabalho, 2005

3 Conforme: Karepovs Dainis. O Arquivo Edgar Laurenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil. In Cadernos AEL - Trotskismo. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL v. 12, N° 22/23,2005

O que aproximou estes grupos foram principalmente as análises sobre a situação internacional e a crítica à política do PCB no período pré golpe de 1964, política de colaboração de classes, que na visão dos trotskistas tinha conduzido então à derrota quase sem resistência diante do golpe de estado perpetrado pelos militares. A isso se somava a crítica à política do "foquismo" guerrilheiro que conduziu centenas de militantes à luta armada no país na tentativa de combater o regime militar, política que a maioria dos grupos trotskistas ou influenciados pelo trotskismo no Brasil não acompanhou, considerando que era necessário um trabalho de massas no movimento operário para reverter a situação.

Um trabalho prático comum entre as organizações se desenvolveu sobretudo no meio estudantil, onde elas tinham maior implantação.

Desde junho-julho de 1976 a "Frente estudantil socialista", ligada à Organização Comunista 1° de maio e a "Tendência pela Aliança Operário-estudantil", ligada à Organização marxista Brasileira, depois de um trabalho comum nas mobilizações estudantis do período, unificaram-se dando origem à tendência estudantil "Liberdade e Luta", com forte presença na Universidade de São Paulo.

A LIBELU

A LIBELU, como ficou conhecida, ganhou notoriedade pelo pioneirismo da palavra de ordem "Abaixo à ditadura". Tendo surgido como agrupamento estudantil na USP, atraiu em pouco tempo milhares de jovens em todo o país, ajudando na realização de importantes manifestações estudantis que antecederam as grandes greves dos trabalhadores a partir de 1978.

Embora seus dirigentes e muitos militantes fossem membros da OSI, nem todo militante da LIBELU pertencia à organização socialista internacionalista, que mantinha seus próprios fóruns e coordenação e que se consolidou como tendência nacional estudantil em novembro de 1979 quando realizou sua I conferência nacional, com participação de 93 delegados de 8 estados do país, além de 70 observadores.[4]

A Quarta Internacional

A unificação dessas organizações para dar origem à OSI também só foi possível em função de uma aproximação Internacional. No plano Internacional a OSI e suas predecessoras estavam ligadas ao Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional, que contava com a participação da Organização Comunista Internacionalista francesa (a OCI), dirigida por Pierre Lambert[5]. O "CORQUI", como ficou conhecido este comitê internacional era o resultado de um processo de reunificação de grupos trotskistas espalhados pelo mundo, dispersos desde a crise da IV Internacional em 1952-53. A OSI passou então a ser a seção do CORQUI no Brasil.

O CORQUI evoluiu a partir de 1980 para a formação de um "Comitê Paritário" pela reconstrução da IV Internacional, colaborando por um certo período com a corrente de origem trotskista ligada ao militante político argentino Nahuel Moreno[6], a Fração Bolchevique, um agrupamento internacional oriundo de divergências com o Secretariado

---

[4] Cf. Jornal O Trabalho n° 39, página 12.

[5] Pierre Lambert foi um dirigente Trotskista e sindicalista francês. Nascido em 9 de junho de 1920 iniciou sua militância aos 14 anos nas "Juventudes Comunistas" e depois a partir de 1937 aderiu ao Trotskismo. Foi um dos militantes que liderou a resistência a aplicação da política proposta por Michel Pablo de entrismo "sui generis" e dedicou a maior parte de sua vida militante à reconstrução da IV Internacional como organização política. Faleceu em 16 de janeiro de 2008 aos 87 anos.

[6] Nahuel Moreno foi um dirigente trotskista argentino, que em fins dos anos 1960 rompeu com o secretariado unificado, e depois de breve colaboração com o Corqui, e formação do comitê paritário pela reconstrução da IV Internacional, rompe com suas teses e funda a LIT – Liga Internacional dos Trabalhadores.

Unificado liderado por Ernest Mandel. No Brasil seus militantes se organizavam na Convergência Socialista, corrente que participou da construção do PT e que mais tarde, na década de 1990, deixaria o PT para formar o PSTU. Depois o comitê paritário se transformou no "Comitê Internacional (CI)", e começaram os processos de fusão das organizações em nível nacional. Essa tentativa de fusão entre estas organizações (OSI e Convergência) terminou frustrada por divergências políticas ao redor da caracterização do governo Miterrand na França e da atitude das organizações revolucionárias nos países considerados atrasados.

Mais tarde, em 1993, os trotskistas agrupados ao redor da direção de Lambert e da OCI – incluindo aí os militantes da já então corrente O Trabalho do PT), reproclamariam a IV Internacional numa "conferência de seções" realizada em Paris.[7]

O nascimento do Jornal O Trabalho

O primeiro órgão de imprensa da OSI foi o "Jornal dos trabalhadores", produzido de maneira semi-artesanal em mimeógrafos (mais tarde este seria também o nome do jornal do PT, editado por Perseu Abramo). Durou alguns meses. Este órgão foi substituído pelo Jornal O Trabalho, cuja primeira edição (n° 0) veio à público em 1° de Maio de 1978, afirmando a luta em defesa da democracia e a solidariedade com outros jornais da imprensa alternativa perseguidos à época:

> (...)O TRABALHO nasce contra os censores de todos os tipos, inclusive contra aqueles que procuram esconder seu verdadeiro rosto. Como, por exemplo, aqueles que prendem jornaleiros, para forçá-los a não expor os jornais independentes nas bancas. Ou então, como aqueles que impediram a impressão de **O Bagaço**, no Rio de Janeiro, ou **O Debate**, em Maceió, ou ainda

[7] Conhecida como IV Internacional – Secretariado Internacional, oposta ao Secretariado Unificado.

> como aqueles que ameaçam as distribuidoras como a Fernando Chinaglia, por exemplo, que foi pressionada para não distribuir mais **O Repórter.** Ou então, como os censores mais puros, como aqueles que invadiram a redação do **Movimento** e saquearam seus arquivos. O TRABALHO nasce assim, solidário à luta pela democracia que está em curso neste país (...)[8].

Nascido, portanto, ainda na clandestinidade os militantes que se dedicavam a produzir o jornal eram obrigados a trabalhar em condições precárias. Entre os primeiros editores e repórteres estavam Edmundo Machado, Sandra Carvalho, Arthur Pereira Filho, Celso Marcondes, José Américo, dentre outros. O renomado jornalista Paulo Moreira Leite foi seu primeiro editor-chefe e registrou a questão do funcionamento do jornal em entrevista concedida ao projeto "resistir é preciso"[9]:

> "No começo, era na minha casa (…) endereço público. Eu tinha uma casa numa vila, na pamplona, que o andar de cima era a minha casa (…) e o andar de baixo, a sala, era a redação e o porão era a redação (…) depois quando a organização cresceu alugou uma sede de verdade (…)".

No mesmo depoimento, Paulo Moreira Leite explica que o "fechamento" do jornal, ou seja, sua edição final para o envio da gráfica, ocorria com uma reunião conjunta dos militantes que colaboravam na redação onde todos liam todas as matérias e revisavam, inclusive politicamente quando fosse o caso. Embora fosse patrocinado e dirigido por militantes da OSI a produção do jornal contava também com a participação de colaboradores não militantes desta organização.

O Jornal era vendido pelos próprios militantes, cujo número variou consideravelmente durante a década de 1980. E segundo as resoluções

---

[8] Cf. Jornal O Trabalho, edição n° 0, página 2

[9] Cf depoimento exibido em vídeo do projeto "Resistir é preciso", disponível em https://www.youtube.com/watch?v=YdaD6B8NiMI.

da própria OSI/O Trabalho, era a venda do jornal que sustentava sua publicação, o que a própria OSI denominava como um modelo "auto-sustentado", inspirado no método de organização do jornal "Informations Ouvrieres" animado por Pierre Lambert e a Organização Comunista Internacionalista, francesa. Aportes externos vinham exclusivamente de campanhas exclusivas do próprio jornal. Algumas edições por exemplo registram festas, almoços ou shows, como o inusitado show da conhecida artista Baby Consuelo, por ocasião dos 2 anos de nascimento do jornal em 1980. Mesmo depois da Anistia, O Trabalho foi alvo de perseguição pela Ditadura militar. Sua sede foi invadida em fins dos anos 1980. Paulo Moreira Leite, seu editor sofreu processo pelo conteúdo de algumas edições.

O Jornal estampou em várias edições propagandas incentivando a venda de outros jornais da imprensa alternativa, como Convergência Socialista, Em Tempo, Pasquim e mesmo com aqueles contra quem desenvolvia severas polêmicas como Voz da Unidade[10] e Hora do Povo.[11]

"O Trabalho" na conjuntura

Quando O Trabalho é lançado a situação no país é de efervescência política. A retomada das greves de massa, em particular no ABC, a criação de sindicatos livres, o crescimento das oposições sindicais, os atentados à bomba fabricados pelo regime, a publicação do chamado "Pacote de abril" em 1977, apenas um ano antes, e o debate ao redor da reivindicação de Anistia aos presos políticos, marcam a situação política no Brasil, nos anos de fundação da OSI e do Jornal O Trabalho, situação que ganhou impulso sob o contexto do crescimento da classe

[10] Voz da Unidade: Jornal animado pelo PCB
[11] Hora do Povo: jornal animado pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro

operária urbana em várias regiões do país, com o crescente fluxo do campo para a cidade.

Por meio do Jornal O Trabalho a OSI expressava as suas principais posições e a sua orientação. Reivindicando o Internacionalismo, engajado no processo de "reconstrução da IV Internacional", O Trabalho apresentou notícias e análises sobre a situação política e as lutas dos trabalhadores de um conjunto amplo de países. Nos anos 1980, nas páginas do Jornal O Trabalho pode-se encontrar matérias sobre a Argentina, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru, El Salvador, Nicarágua, México, Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Polônia, União Soviética, Iugoslávia, Zimbabwe (Rodhesia), Africa do Sul (Azânia), China, Coréia, dentre outros países. Algumas das notícias se transformavam também em campanhas políticas desenvolvidas no meio do movimento dos trabalhadores brasileiros inclusive. Esse é o caso da defesa, por exemplo, do movimento dos trabalhadores na Polônia e de seu sindicato, o Solidariedade. Em campanha contra a ditadura no Brasil e nos países da América Latina, O Trabalho faz intensa denúncia da visita do ditador argentino Videla ao país em 1980. Defensor da "revolução política" na URSS e nos estados do Leste Europeu e na China, denunciava a Burocracia Stalinista e suas burocracias satélites, considerava a política do stalinismo oposta ao desenvolvimento do socialismo, mas ao mesmo tempo sustentava a posição de defesa dos estados operários contra as ingerências imperialistas.

E, como veremos adiante, toda a questão da dívida na América latina mereceu destaque demonstrando uma compreensão de que não tratava de um problema "nacional", ou seja exclusivo do regime militar brasileiro, mas de uma política determinada do capital financeiro internacional que atingia um conjunto de países considerados "atrasados" do ponto de vista do desenvolvimento industrial.

No final dos anos de 1970 (78-79) e ao longo dos anos 1980 O Trabalho também fez intensa campanha pela liberdade dos presos políticos. Criticou o que considerava uma Anistia "restrita" em 1979[12] e se notabilizou por divulgar as campanhas pela liberdade de diferentes militantes, como a dos presos de Itamaracá, do professor e militante David Maximiliano[13] de Minas Gerais, militante da OSI, e do próprio Lula e dos metalúrgicos presos pela ação nas grandes greves do ABC.

O Trabalho noticiou a criação de diversos sindicatos e registrou o movimento pela criação de sindicatos livres – que defendia obstinadamente – além da recuperação de sindicatos pelo novo sindicalismo das mãos dos considerados "pelegos". Defendeu, acompanhou e noticiou todo o processo de fundação da Central Única dos Trabalhadores, além dos seus primeiros congressos. Registrou e noticiou inúmeras lutas, campanhas salariais e greves de diferentes categorias de trabalhadores. Noticiou a reconstrução da UNE e da UBES, além de diversas entidades estudantis de base.

Também fez intensa propaganda pelo fim da ditadura militar, se engajou na campanha por "diretas já", e defendeu como solução política para o país a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que o jornal identificava, - refletindo as posições originais da IV Internacional – como uma forma de avançar a luta dos trabalhadores na via da ruptura com o Imperialismo, ou seja, contra os interesses do capital financeiro internacional.

Todas essas lutas noticiadas ou travadas pelo Jornal O Trabalho se desenvolveram conectadas a defesa de uma posição política que a OSI considerava fundamental, ou seja, aquela da necessidade de criação e desenvolvimento de um "Partido Operário" no Brasil que fosse capaz

[12] Cf Edição n° 27 do Jornal O Trabalho
[13] David Maximiliano foi professor da rede estadual de Minas Gerais, dirigente do Sind-UTE, preso falsamente acusado pelo regime de ameaça terrorista.

de transformar a força dos trabalhadores que era expressa nas lutas parciais e isoladas numa luta política comum expressa num programa baseado na independência de classe e na defesa da ruptura com os interesses do capital financeiro internacional. Aliás, o jornal nasceu sob este signo. Um "bônus" vendido em abril de 1978 para arrecadar fundos para lançar o jornal propunha justamente um jornal que combatesse pela construção de um Partido Operário. Por isso, optamos neste primeiro capítulo por analisar de modo mais detalhado a trajetória de O Trabalho em relação ao desenvolvimento do PT, com o qual mantém relações intrínsecas e no interior do qual desenvolverá suas posições a respeito da questão da dívida, ajudando, de certo modo, a conformar a posição do próprio PT ao longo da década de 1980 sobre esta importante questão.

O Trabalho, o "partido operário" e o PT

A luta da OSI por um Partido Operário se desdobrou na campanha conduzida pelo jornal durante as eleições de 1978 sob o slogan "Nem Arena, nem MDB, voto nulo por um partido operário", campanha também conduzida pela oposição metalúrgica de São Paulo, que de certa forma estava em choque com vários setores do movimento operário que ainda defendiam o voto em candidatos do MDB, como o próprio Lula, que à época apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (MDB) ao Senado.

O poderoso movimento de greves que começou no ABC levou então à criação do movimento pela construção do PT, que por um período a OSI enxergou com desconfiança. A postura de Lula diante do MDB, as diferenças entre as posições de Lula e da OSI sobre a condução das greves e a posição da OSI sobre os sindicatos livres, fizeram-na inicialmente enxergar no movimento pela construção do PT

mais um partido comprometido com a defesa das instituições. A edição n° 37 do Jornal registra um artigo intitulado "De quem é o PT?", que contém uma posição dura e categórica de crítica ao movimento pró Partido dos Trabalhadores: "Seria o Partido dos Trabalhadores ou o movimento pró – PT, o embrião de um partido operário?" questiona o texto, que prossegue identificando como central na luta pela derrubada do regime militar o combate a estrutura sindical atrelada ao Estado acusando que em sua carta de princípios o PT falava em "derrubar a estrutura sindical", mas praticava outra coisa. Finalmente conclui da seguinte maneira:

> "Comprometendo-se com essa estrutura, valendo-se de todos os meios para sustenta-la até onde for possível, o PT não cumpre o papel de um Partido Operário, mas começa a constituir-se muito rapidamente num pilar adicional para manter a ditadura, num novo obstáculo para a luta da classe operária" [14]

No entanto, as próximas edições indicam que essa posição começa a ser reconsiderada. O assunto desaparece do jornal pelas edições imediatamente subsequentes - embora a crítica ácida às posições de Lula permaneçam – enquanto a OSI realiza uma conferência de emergência ainda em novembro de 1979 para debater a questão e conformar uma posição e enfim a questão volta a ser abordada a partir da edição número 48, reaparecendo sob outro ângulo. De possível pilar da ditadura, a OSI já enxerga no movimento pró PT um movimento progressivo dos trabalhadores. Ao refletir sobre a Reforma Partidária em construção pelo regime militar[15] a OSI expressa no Jornal O Trabalho sua posição de que havia uma modificação das relações entre as classes sociais no país a partir de

[14] Cf Jornal O Trabalho, edição n° 37, página 3

[15] Reforma proposta pelo regime militar que permitia pela primeira vez a criação de novos Partidos políticos, desde que determinadas regras de número de filiados por estado fosse cumprida.

um movimento que envolvia milhões de trabalhadores, jovens e camponeses, que buscava colocar abaixo a ditadura militar e "tudo que ela representa".

Um artigo então conclui que:

> (...) É este movimento que os trabalhadores realizam, rumo à sua independência no plano sindical e político que está na origem do movimento Pró Partido dos Trabalhadores.
> Reunindo importantes lideranças sindicais em seu interior, o movimento pelo PT enfrentará, neste período, um teste decisivo na sua constituição (ou não) como um partido da classe operária. Este teste será o seguinte: irá ele se dispor a organizar a luta do povo contra a ditadura? Irá o PT levar um combate efetivo pela construção de sindicatos e de uma central sindical independente do Estado? São estas as questões colocadas pela luta dos trabalhadores – e é a partir delas que se pode avançar no caminho de um partido operário.[16]

As perguntas levantadas marcam uma mudança de postura, de quem passa a combater no interior do movimento pró-PT pelas suas posições, o que será ainda a marca dos artigos sobre o assunto nas edições seguintes. A OSI então não considerava ainda que o PT já era o "Partido Operário" que ela defendia desde a primeira edição do Jornal O Trabalho, mas que haveria no interior do PT uma disputa a ser feita para que ele se consolidasse como esse partido. O Jornal chega inclusive a publicar posições de Lênin e Trotski sobre a questão do "Partido Operário" para subsidiar a discussão de um ponto de vista teórico, complementando o esforço que havia sido feito no lançamento do livro, ainda em 1978, "A questão do Partido: Marx, Engels, Lenin e Trotski" pela editora Kairós, animada pela própria Organização Socialista Internacionalista.

Militantes da OSI estiveram presentes na fundação do PT em 10 de fevereiro no Colégio Sion, embora em pequeno número. A

[16] Cf Jornal O Trabalho, edição n° 48, página 3.

organização havia então decidido participar do movimento de fundação do PT com uma parte dos militantes. O Jornal O Trabalho n° 49 registra, em um artigo sobre o movimento "pró- PT" o acontecimento:

> (...)No dia 10 de fevereiro, em São Paulo, uma reunião de 1200 trabalhadores de 18 estados brasileiros aprovou o manifesto de fundação do PT. Essa reunião representou um passo positivo no sentido de consolidar o PT, que passou desse modo a ter uma base política mais clara do que seus documentos anteriores(...)[17]

Assim começa a se desenhar a mudança de posição que passa a ser expressa na revista teórica "Luta de classes", editada pelo Comitê Central da OSI e, na sequência, no próprio Jornal, e que se conclui de maneira definitiva em agosto de 1980, quando durante o seu próprio congresso a OSI toma a decisão de entrar no PT com todos os militantes.

Em um ato de comemoração pelos 40 anos da criação da OSI, ocorrido em 2016, o dirigente da corrente O Trabalho, Julio Turra, resumiu da seguinte maneira a questão:

> "Custou um debate interno de seis meses na OSI o que fazer diante do surgimento desse fenômeno: 'mas o PT vai ser de fato aquele partido que a gente defende? O pessoal está ligado a essa estrutura sindical pelega e nós defendemos sindicatos livres, o fim do controle do ministério do trabalho sobre os sindicatos'. Após esse intenso debate, no congresso de agosto de 1980 – O PT havia sido formalmente proclamado em fevereiro daquele mesmo ano e havia militantes da OSI nessa proclamação – a OSI decide entrar completamente no PT para intervir na construção de um partido independente da burguesia e do imperialismo, comprometido com os setores explorados e oprimidos do nosso povo e baseado na vanguarda que se destacou na onda de greves"[18]

[17] Cf. Jornal O Trabalho, edição 49, página 3
[18] 40 anos da corrente O Trabalho, editora Nova Palavra, página 13.

Enquanto conduziam essa discussão interna na própria OSI, seus militantes desenvolviam também a discussão dentro do PT sobre o programa e o caráter do Partido. A formulação da OSI apresentada no jornal O Trabalho é de que para se constituir como um "Partido Operário", seriam necessários debater três eixos fundamentais. Em primeiro lugar o caráter do PT. Para a OSI, o PT seria necessário como um "Partido sem patrões", fórmula que consideravam oposta àquela apresentada no projeto de programa que falava em "um partido dos trabalhadores e da sociedade".

Consideravam ainda que o PT deveria reafirmar o combate à ditadura militar e concretizar esse combate em medidas materiais, como por exemplo o engajamento na construção dos sindicatos livres e da central sindical, que a OSI considerava pilares do regime militar.

Por fim, a OSI também defendia que para se desenvolver como Partido Operário, o PT deveria afirmar a luta anti-imperialista, o que seria uma condição num país como o Brasil, e que se relaciona diretamente com a posição defendida sobre a questão da dívida externa, como retomaremos um pouco mais adiante. Essa elaboração deriva diretamente da concepção trotskista sobre o tipo de desenvolvimento capitalista nos chamados "países atrasados" e o caráter "permanente da revolução" (teoria da revolução permanente), que dita a postura desses militantes face à possibilidade de acordo e alianças com a burguesia local. Um artigo na edição n° 50 definia em poucas palavras da seguinte maneira a questão:

> (...) o Brasil é um país atrasado em relação aos países capitalistas centrais, e (...) por isso mesmo toda a sua economia se encontra penetrada e dominada pelo imperialismo. A ruptura de todos os acordos firmados pela ditadura com o imperialismo é parte necessária do combate contra o regime e pela independência nacional, lutas que um

partido operário deve assumir se quiser se constituir como líder das parcelas exploradas da população"[19].

No centro do debate, entretanto, neste momento de formação do PT para a OSI está mesmo a definição sobre o seu caráter de classe. Edições do jornal passam então a registrar posições de diferentes dirigentes que coincidem com as posições da própria OSI sobre a questão do "PT sem patrões". As edições n° 53 e n° 54 por exemplo publicam, respectivamente, entrevista com Jorge Pinheiro, dirigente da Convergência Socialista[20] e com o conhecido metalúrgico José Ibrahim[21], já então um ex preso e exilado político.

Outras edições prosseguem a propaganda no mesmo sentido. "O Trabalho" tece duras críticas, por exemplo, à possibilidade de fusão entre o Ex-PTB de Brizola e o PT, como se chegou a aventar em meados do ano de 1980, depois que Brizola perdeu sua legenda histórica para a sobrinha neta de Vargas. Para a OSI a entrada de militantes do PDT individualmente no PT poderia significar um reforço, mas uma fusão de partidos significaria coadunar com aqueles setores do PDT que buscavam acordo com o regime militar.

O I Encontro do PT ocorre sem que a questão do "PT sem Patrões" seja claramente definida para os militantes da OSI. Ao analisar o Encontro a edição n° 63 do Jornal O Trabalho publica os dados que considera positivos do congresso que reuniu na ocasião 314 delegados (além de convidados, sindicalistas, parlamentares etc.) que representavam então 26.134 militantes do PT em todo o país. Mas critica o que chama de "conchavos" para decidir a composição da

[19] Cf Jornal O Trabalho n° 50 página 12
[20] Convergência Socialista: organização de origem trotskista. Chegou a atuar no interior do MDB e com o surgimento do PT se transformou em corrente interna. Nos anos 1990 deixou o PT para fundar o PSTU.
[21] José Ibrahim, um dos fundadores do PT foi um dos 13 presos políticos trocados pelo embaixador sequestrado dos EUA.

direção do PT, alegando que isso teria esvaziado o plenário dos principais debates e denuncia o fato de que ficou de fora do programa a formulação que considerava tão cara de "luta por sindicatos livres e independentes do Estado", substituída então pela defesa da "Liberdade e Autonomia sindical" que o autor da matéria considera uma "fórmula obscura"[22], contrabalanceada pela decisão considerada positiva de lutar por uma Central Única dos Trabalhadores, independente do Estado.

A matéria ainda desenvolve a tese que algumas posições aprovadas não correspondiam ao debate feito no próprio congresso e critica o fato de não ter sido votado de maneira definitiva essa questão do "PT sem patrões". Por outro lado, reconhece que na direção eleita não estão presentes aqueles que considera um perigo para essa posição, os que defendiam abertamente o "PT de toda a sociedade", por isso vê na eleição da direção um aspecto positivo, embora considerem que permanece a ameaça de fusão com o PDT.

Essa avaliação da direção parece marcar uma mudança de avaliação sobre o papel de Lula, especialmente depois da greve de 1980 e de sua prisão. Na ocasião, o Jornal O Trabalho fez intensa campanha pela sua liberdade e parece ter se colocado de acordo com a posição defendida por Lula e a direção do sindicato sobre o destino da greve, considerando que embora economicamente ela tenha sofrido uma derrota, a greve significou uma vitória política, colocando a ditadura entre a escolha de dar liberdade ao sindicato dos metalúrgicos do ABC ou forçar sua direção perseguida a construir um sindicato livre.

A cruzada do jornal pelo "PT sem Patrões" continua. A edição n° 67 de julho de 1980 traz na capa a denúncia "Um patrão entrou no PT" anunciando uma matéria que lamenta a entrada do empresário

[22] Cf. Jornal O Trabalho n° 63 página 7

pernambucano Artur de Lima Cavalcanti, ex vice prefeito de Recife na chapa de Arraes e que já em 1981 deixaria o PT em direção ao PMDB, sendo eleito em 1986 para uma cadeira de deputado federal pelo PDT. O Trabalho denuncia essa adesão ao PT como uma tentativa de descaracterizar o Partido, e considera que, ao contrário, defecções de certos deputados, como a do deputado federal Goiano Ademar Santillo, fundador do MDB e que retorna ao PMDB depois de breve passagem pelo PT são elementos positivos do caminho correto que o Partido tomava ao se firmar como Partido Operário. Lima Cavalcanti terminou expulso do PT em 1981, o que foi comemorado pelo Jornal.[23]

Essa visão, de que o PT passa a se consolidar como um Partido Operário é corroborada nas edições seguintes, que denunciam as agressões físicas sofridas por dirigentes e militantes do PT em diversas partes do país e caracterizam essas agressões como uma tentativa do regime militar de impedir a evolução do PT como organização de representação dos trabalhadores[24]. E é finalmente desenvolvida numa entrevista concedida pelo então dirigente da OSI Vito Letizia na edição n° 69 de meados de Julho de 1980. Nessa entrevista, Vito Letizia explica que:

> (...) não se deu automaticamente um posicionamento da OSI a favor do PT desde o primeiro momento em que este foi proposto por Lula. Pelo contrário a posição inicial da OSI em relação ao PT foi de rejeição, o que na época justificávamos com o fato de que o PT estava sendo proposto por líderes originários do sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho. E embora isso fosse verdade hoje reconhecemos que cometemos um grave erro quando afirmamos que o PT era mais um sustentáculo da ditadura.
>
> A proposta do PT (...) evoluiu. Passou a ocupar um lugar cada vez mais importante no terreno da organização independente dos trabalhadores (...) se concretizou mais ainda a partir da greve do ABC deste ano (...). Entendemos que é nosso dever

[23] Cf. Jornal O Trabalho n° 91 página 4
[24] Conforme Jornal O Trabalho n° 68, página 2

> lançarmos todas as forças disponíveis na realização da proposta de organização independente dos trabalhadores feita pelo PT(...).[25]

Essa orientação expressa por Letizia será finalmente adotada formalmente pela OSI em seu IV Congresso realizado em fins de agosto de 1980, como já havíamos citado. Os resultados deste congresso estão desenvolvidos na edição n° 75 do início de setembro do mesmo ano. Nesta edição a OSI reafirma que entrará com todas as suas forças no PT, combatendo para que ele se firme como um "Partido sem Patrões".

Depois dessa decisão, os militantes da OSI vão se dedicar a lutar pela defesa e pela legalização do Partido dos Trabalhadores, um processo que exigia filiar centenas de milhares de pessoas em diferentes estados do país. A questão da defesa do PT é colocada diante dos atentados a bancas de jornais e contra militante e outros locais, com os quais o regime militar cinicamente buscava incriminar organizações de esquerda e também na luta contra a lei de Segurança Nacional, através da qual Lula e vários dirigentes dos metalúrgicos do ABC estavam sendo processados. Já a campanha pela legalização do PT começa em função do atraso na concessão do registro por parte do regime. Uma vez conquistado o registro provisório o Partido se bate então pelo registro definitivo.

A edição n° 82 traz a decisão da assembleia do Jornal de se colocar "sob a bandeira do PT", criando uma seção do jornal que passa então a ocupar as páginas centrais dali em diante, reportando questões diversas sobre a construção do PT, desde a fundação de núcleos, passando pela preparação de atos, entrevistas, campanhas e análises.

[25] Cf. Jornal O Trabalho n° 69 página 6, entrevista com Vito Letizia.

Conquistada a legalização do PT o Jornal continua reportando o dia a dia da atividade interna do Partido dos Trabalhadores. Acompanha o desempenho do PT nas primeiras eleições em todo território nacional que participa no ano de 1982, quando então obtém 3% dos votos e chega a 10% dos votos, tendo Lula como candidato a governador de SP. Nessa eleição concorreram candidatos ao legislativo e para prefeitos e governadores. Figueiredo não colocava em questão o seu próprio cargo de General-presidente, cujo "mandato" estava previsto até 1984. Na ocasião o PT concorreu com o número "3" antes do tradicional "13". O Trabalho fez campanha para candidatos da OSI pelo Partido dos Trabalhadores e outros com o Slogan "contra a ditadura, vote PT". Lula, então, disputava para demarcar a posição do PT, diferenciando-se dos demais partidos que se colocavam na oposição e que propunham um governo de coalizão, o que o PT recusava, reafirmando sua independência de classe.

Uma das diferenças programáticas que diferenciava o PT dos demais partidos era já sua posição sobre a questão da dívida externa. Enquanto do PDS de Figueiredo ao PDT de Brizola, todos levantavam em suas plataformas a necessidade de "renegociar a dívida" o PT apresentava em sua plataforma a bandeira de não pagamento sintetizada da seguinte maneira: "O país não pode matar-se para pagar uma dívida na qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais". [26]

O Trabalho considerava que a participação do PT nas eleições servia para denunciar as medidas da ditadura e amplificar a presença do PT na consciência do povo, uma forma de centralizar o combate à ditadura militar. E já desde estas eleições de 1982 começou uma

[26] Cf. Jornal O Trabalho n° 171 página 2

denúncia em suas páginas da proposta de aceitar mais uma vez o Colégio Eleitoral para 1984, que o PMDB defendia.

Os meses seguintes são decisivos para o desenvolvimento do PT. Terminada as eleições de 1982 a grande imprensa e os demais partidos de oposição passaram a considerar o desempenho eleitoral do PT muito fraco, numa tentativa de atribuir esse resultado ao caráter "estreito", na verdade, de classe do PT e a fazer pressão para que aceitasse compor governos do PMDB, aceitasse a "trégua" de Figueiredo, seus sucessivos pacotes para a economia e o "pacto social" (como veremos adiantes, são medidas econômicas derivadas dos acordo com o FMI em relação ao pagamento da dívida externa). O Trabalho se opõe diretamente a esse balanço e a essas pressões sobre o PT. Considera que à cabeça deste movimento para "desvirtuar" o PT está o deputado federal Airton Soares, refletindo posição do PMDB dentro do Partido.[27] Por isso, viu com muita simpatia o lançamento do "Manifesto dos 113" que daria origem à "Articulação dos 113", (mais tarde transformada na tendência interna Articulação - unidade na Luta). Este manifesto assinado por grande parte dos principais dirigentes do PT como Lula, Djalma Bom, Devanir Ribeiro, José Dirceu, entre outros, afirmava que:

> Estamos convencidos que o PT vive hoje um momento muito difícil, mas não aquela crise que os seus inimigos apregoam. Diante disso resolvemos nos articular para uma intervenção coletiva na vida do nosso partido (...)
> (...)Defendemos assim o PT como um partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos por isso, as posições que por um lado tentam dilui-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMDB, de ação predominantemente parlamentar – institucional, ou que se deixam seduzir por uma proposta socialista sem trabalhadores como o PDT. Também combatemos aqueles que incapazes de traduzir o nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora (...) [28]

[27] Cf. Jornal O Trabalho, Edição n° 202 página 5
[28] Cf. Jornal O Trabalho, Edição n° 203 página 5

Ao fim, o manifesto convidava "todos os companheiros que concordam com essas posições" a participar do projeto. Uma série de reuniões é convocada pelo país. Os militantes da OSI comparecem às reuniões colocando-se de acordo com o manifesto, mas são impedidos de participar. Começava a se formar uma nova tendência interna, a pretexto de se apresentar como chapa para a renovação dos diretórios, e seu núcleo dirigente não permitiu a participação do que consideravam ser outra corrente. O Trabalho, prossegue, entretanto, defendendo seu direito de participar nessa "Articulação", e, junto com outros descontentes e excluídos do processo reivindica o conteúdo do manifesto dos 113 e forma uma "Articulação de Unidade" que insiste na unificação, chegando a abrir mão da disputa de cargos no partido caso fosse necessário, e efetivamente retirando sua chapa no encontro estadual do PT em 1983 para apoiar a chapa da "articulação", contra o que chamava de "Iluminados", correntes que defendiam a conciliação ou que acusavam a direção do PT naquele momento, e não o agrupamento de direita dos parlamentares, de ser responsável pelos problemas do partido.

Com idas e vindas a colaboração dos militantes da OSI com o núcleo "dos 113" vai prosseguir nos anos seguintes, de 1984, 85 e 86. O Encontro de 84 por exemplo conhece uma chapa comum, denominada "Articulação PT de Massas", a antiga articulação já incorporando a presença dos militantes de O Trabalho, antes recusada. A OSI muda de nome e decide se chamar "Fração IV Internacional", se definindo como "uma fração do Partido dos trabalhadores, que se reconhece como parte integrante e leal do PT"[29] Mais tarde, inclusive,

[29] Cf. Jornal O Trabalho (Revista mensal), n° 244, página 11

em 1987, uma parte de O Trabalho proporá sua dissolução para incorporação definitiva na Articulação, outra parte – a maioria dos militantes – recusará este caminho mantendo a tendência que até hoje pública o jornal. [30]

A importância da palavra de ordem da Constituinte ainda parece ser um ponto de divergência (ela evoluirá no sentido da aceitação pelo PT depois), mas há outros pontos que permitem o desenvolvimento desta colaboração política: Recusa da conciliação proposta pelo PMDB, construção da CUT, denúncia da dívida externa, campanha pelo seu não pagamento, derrubada da ditadura, expressa na campanha pelas diretas e, depois, boicote ao colégio eleitoral.

Estas duas últimas posições, transformadas em campanhas políticas, amplamente defendidas por O Trabalho foram certamente decisivas para o desenvolvimento do PT, pela afirmação do PT como um Partido classista e pela sua influência no movimento de massas, independente do desenvolvimento ulterior que tenha tido nas décadas de 1990 e 2000.

Assim o Jornal registra amplamente o movimento pelas diretas que o PT passa a empunhar como bandeira e prega o boicote ao colégio eleitoral. Duas capas icônicas do Jornal de janeiro e fevereiro de 1984 expressam essa linha política nas edições 229 e 330 (ver anexo)[31]. Essas posições serão decisivas. O PT adota uma postura independente. Participa dos atos amplos mas com uma linha política própria, se delimitando dos constantes conchavos do PMDB e de outros partidos de oposição com o regime militar. A derrota deste movimento adiando as eleições diretas, depois de derrotada no congresso a emenda "Dante de Oliveira", resulta na pressão para que o PT reconhecesse o colégio

[30] Preferimos neste trabalho não abordar essa questão, cujas razões da ruptura e complexidade exigiriam um trabalho à parte.
[31] Cf. Jornal O Trabalho n° 229 e 230, página 1

eleitoral. O Trabalho destaca a campanha para que o PT tome posição no sentido do Boicote, denunciando que se tratava de uma farsa, por meio do qual, seria impossível a ruptura com a política do Imperialismo e os acordos com o FMI. O Colégio termina por eleger Tancredo e Sarney. 5 deputados, dos 13 do PT participam do colégio eleitoral. O PT decide expulsar estes parlamentares, imediatamente depois, o que o Jornal O Trabalho defende e apoia.

Capítulo 2: A questão da Dívida externa e o Jornal O Trabalho

A primeira vez que o Jornal O Trabalho mencionou de maneira mais densa a questão da dívida externa foi na edição n° 28, já em 1979. O inédito valor da dívida pública no Brasil colocou-a em evidência. De fato a dívida alcançava então um novo patamar e levaria em poucos anos o país a declarar a moratória, mesmo contra as intensões dos governantes de plantão. Embora o processo de endividamento não fosse novo, ele certamente assumia nova importância na economia nacional (e internacional).

Relembremos o papel da dívida no Brasil.

Uma breve recapitulação da trajetória da Dívida brasileira

O Brasil como nação independente nasceu endividado. Entretanto, este processo de endividamento está longe de ser um fenômeno exclusivamente brasileiro, quer dizer, original do país ou decorrente da necessidade de investimentos externos para o desenvolvimento da economia nacional. A política econômica de endividamento tem relação também, e principalmente, com a oferta de capitais por parte dos países ricos e é um mecanismo de disputa interimperialista pelo alcance dos mercados dos países "pobres".

Muito embora o Brasil tenha declarado independência de Portugal em 1822, o processo da independência está longe de ter sido feito de modo a ensejar uma completa ruptura com a antiga metrópole, como atestam os dados disponíveis a respeito da dívida pública. O Imperador D. Pedro I herdou parte da dívida interna dos tempos coloniais, contraídas principalmente para sustentar o alto custo da manutenção da corte portuguesa em territórios brasileiros a partir de 1808 e cujo pagamento se tornou indispensável para conseguir novos

financiamentos que garantissem a formação do Estado nascente. Formalmente, no ano da declaração de independência (1822) não havia dívida externa, mas com o fim da guerra da independência em 1825, uma cláusula secreta adicional ao tratado de 29 de agosto do mesmo ano (Tratado do Rio de Janeiro) estabeleceu a obrigação do Brasil com uma dívida de dois milhões de libras esterlinas a Portugal, da qual uma parte deveria ser paga diretamente a Inglaterra em função de uma dívida contraída por Portugal em outubro de 1823 em Londres[32]. A soma devida a Inglaterra alcançava 1,4 milhões de libras (quantia ainda em aberto da dívida total). O restante das 600 mil libras esterlinas foram pagas como indenização direta a Portugal por bens deixados no país. O Imperador hipotecou as parcas receitas alfandegárias como garantia.

Antes disso, em 13 de agosto 1824, o imperador realizou o primeiro empréstimo no valor de £ 1,3 milhões de libras esterlinas, com o mesmo objetivo que assumiu as dívidas internas do período colonial, o de sustentar a formação do Estado nascente e suas necessidades econômicas e militares, e que foi também a principal função dos empréstimos subsequentes.

Com uma arrecadação precária e engessada em função dos tratados de taxação sobre importação - que junto com a taxação sobre exportação respondiam por 80% da arrecadação nacional - estabelecidos em 1825 nas negociações para o processo de independência com uma série de países europeus[33] (via de regra, não ultrapassando os 15% sobre o valor do produto importado), o país

---

32 A cláusula adicional do tratado de agosto do ano de 1825 estabeleceu no artigo I que "Sua majestade imperial convém, à vista das reclamações apresentadas de governo a governo, em dar ao de Portugal a soma de dois milhões de libras esterlinas; ficando com esta soma extintas de ambas as partes todas e quaisquer outras reclamações, assim como todo direito a indenizações desta natureza". O documento completo está disponível no "Sistema Consular Integrado" do MRE no endereço: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_3/

33 Ver Deveza, Guilherme. Política tributária no período imperial. *In*: Buarque de Holanda, Sérgio (dir.), *História geral da civilização brasileira.* 4ª ed. Tomo II, 4º volume. São Paulo: Difel, 1985.

recorreu aos primeiros empréstimos para financiar praticamente de tudo. E hipotecava justamente seu único meio precário de arrecadação em garantia, como quem hipoteca sua própria soberania. Em 1827 o valor da dívida externa brasileira, após os empréstimos de 1824/1825 e a dívida assumida com Portugal/Inglaterra em 1825, chegou a quase 900% do total de receitas correntes daquele ano[34]. Relação esta que foi reduzida nos anos posteriores (com o pagamento da dívida e, sobretudo, a ampliação de receitas), mas que ainda manteve patamares bem altos. Ainda no ano de 1827 é introduzida uma nova legislação que tem relevância para a administração da dívida. Trata-se da Lei de 15 de novembro de 1827 que criou o "Grande Livro da Dívida Pública", documento oficial de controle das dívidas internas e externas.

Ao longo do período imperial, o governo brasileiro realizou ao todo quinze empréstimos, além de uma operação de troca em 1889 que o regime (monárquico) não chegou a usufruir. Todos em Libras esterlinas, sendo a grande maioria por intermédio da Rothschild & Sons.

34 Conforme *Ziliotto, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011 Pág. 27.* O autor estabeleceu uma série própria, neste período com base em dados do IBGE.

Data do Empréstimo	Valor Nominal	Preço de Emissão	Valor Real	Juros anuais
Agosto de 1824	1.333.300	75%	1.000.000	5%
*Janeiro de 1825	2.352.000	85%	2.000.000	5%
**Julho de 1829	769.500	52%	400.000	5%
Fevereiro de 1839	411.200	76%	312.500	5%
Janeiro de 1843	732.000	85%	622.702	5%
Julho de 1852	1.010.000	95%	954.250	4,5%
Maio de 1858	1.523.500	95,5%	1.425.000	4,5%
Fevereiro de 1859	508.000	100%	508.000	5%
Março de 1860	1.373.000	90%	1.210.000	4,5%
Outubro de 1863	3.855.300	88%	3.300.000	4,5%
Setembro de 1865	6.963.600	74%	5.000.000	5%
Fevereiro de 1871	3.459.000	89%	3.000.000	5%
Janeiro de 1875	5.301.200	96,5%	5.000.000	5%
Janeiro de 1883	4.599.600	89%	4.000.000	4,5%
Fevereiro de 1886	6.431.000	95%	6.000.000	5%
----------de 1888	6.297.300	97%	6.000.000	4,5%

Tabela 1

Empréstimos levantados pelo Brasil em Londres durante o Império

(Valores em Libras esterlinas £)

*Este empréstimo foi considerado uma segunda parte do empréstimo de 1824. Carreira (1899) apresenta a data de setembro de 1824. Anderson Caputo da Silva, em publicação oficial do Tesouro nacional (2009) corrigiu a data para janeiro.
** DAWSON, F. G. A primeira crise da dívida Latino - Americana (A city de Londres e a bolha especulativa de 1822-1825). São Paulo. Editora 34. 1998. Apresenta informação que os juros deste empréstimo foram de 10% a.a.

Fonte: Elaboração própria, com dados de Carreira (1899) e Tesouro Nacional.

E se por um lado a capacidade de arrecadação do recém-criado Estado nacional em condições negociadas (sem uma profunda ruptura com a antiga Metrópole) era limitada e suas necessidades facilitavam a procura do governo imperial por empréstimos, havia também por parte do capitalismo inglês um interesse em oferecer o capital, como

assinala o próprio ministro da Fazenda em 1823, Manoel Jacinto Nogueira da Gama.

> *He Fora de questão, que só por meio de operações de crédito e por Emprestimos he que convem ocorrer ás Despezas, que entrão na classe Extraordinarias, como sejão a do pagamento das dividas anteriormente contrahidas; as que de necessidade se devão fazer para a defesa, e conservação do Estado na presença de alguma guerra; para o melhoramento da Agricultura, Commercio e Navegação e para a Instrução Publica. (...) Vou indicar as operações de credito, que julgo indispensáveis, e da maior urgência nas actuaes circunstancias, em que nos achamos: serão baldados todos os esforços da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa, se não tiver quanto antes á sua disposição meios, e grandes meios, para com eles habilitar o Chefe Constitucional deste nascente Imperio a firmar a nossa Independencia, a defender-nos dos nossos inimigos, e a promover a instrucção, e felicidade publica (...). Estes meios nos são oferecidos por capitalistas Inglezes, sem os solicitarmos, como tem feito varias nações da Europa, e mesmo da America (...).*[35]

O empréstimo de 1829 de £ 769.500 libras esterlinas foi estabelecido após uma sucessão de déficits e em função da pressão pelo pagamento dos juros da dívida externa previsto para vencer em outubro de 1829.[36]

Chega-se a discutir a possibilidade de uma suspensão do pagamento de amortização e juros por 5 anos, nos anos iniciais de 1830, justamente no período regencial. O próprio Ministro da fazenda José Inácio Borges chega a encaminhar tal proposição à câmara dos deputados. Mas o ímpeto de subserviência da burguesia local não falha e a proposta é derrotada pela maioria dos parlamentares.

Nos anos subsequentes, entre o período que vai de 1830 a 1857, que o economista Guilherme Ziliotto chamou no seu estudo "Dois séculos de endividamento" de período do "amadurecimento

35 Ministério da Fazenda, 1823, p. 4 Ziliotto, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011 p. 28).

36 Conforme DAWSON, F. G. A primeira crise da dívida Latino - Americana (A city de Londres e a bolha especulativa de 1822-1825). São Paulo. Editora 34. 1998

nacional",[37] o Império realiza outros três empréstimos, como ilustrado na tabela acima. Apesar disso o valor total nominal da dívida praticamente se mantém no mesmo patamar no período, passando de £ 5.331.700 libras em 1830 para £ 5.345.500 em 1857. Nesse período a receita do Estado também cresceu em função do melhor aparelhamento para cobrança de impostos, do crescimento das exportações (sobretudo café), do término de vários tratados que limitavam a taxação da importação em 15% e com fundos provenientes da receita adquirida com emissão de títulos da dívida pública interna. Em moeda nacional a dívida externa passou de 59 mil contos para 27,7 mil contos de réis. A dívida interna, por outro lado, cresceu vertiginosamente, passando de 3,7 mil contos de réis para 57,7 mil contos. O Valor total da soma dessas dívidas cresceu de 62,7 mil contos de réis em 1830 para 85,4 mil contos de réis em 1857. Em 1830 a dívida pública total (somando interna e externa) chegava à relação equivalente a 379% da receita bruta da União, enquanto em 1857 esta relação foi reduzida para (o ainda alto valor de) 174% [38]

Cabe observar que no período imperial, por vários anos o governo apresentou déficits anuais correntes, com poucas exceções como nos anos de 1846/1847 em que alcançou algum superávit. Desde 1843 o governo suspendeu o pagamento para amortizações da dívida externa, embora tenha mantido o pagamento de juros. O que levou a uma variação de crescimento da dívida pública externa que só foi revertida a partir de 1851 quando o governo retomou as amortizações da dívida,

37 O estudo de Ziliotto é bastante significativo, inclusive tendo conquistado o 3° lugar no "Prêmio Brasil de economia" oferecido pelo Conselho Federal de Economia no ano de 2007. Essa divisão apresentada (1830 – 1857), entretanto é um pouco arbitrária, mas corresponde ao período em que o autor identifica uma certa estabilização e até redução relativa da dívida em relação às receitas da União, o que se modifica a partir de 1858. Optei por me servir desta divisão porque as comparações ilustram este processo de maneira clara.

38 Conforme Ziliotto, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011 Págs. 34 e 35.

fazendo amortizações anuais até 1857[39], tendo o processo sido interrompido novamente em 1858.

Apesar da formação dos altos gastos com as despesas provenientes das questões relativas à formação do Estado nacional e a indenização à Portugal, que terminou de ser paga em 1857, durante os primeiros anos do país como nação independente, foi a partir de 1858, na segunda metade do Império, que a maior parte dos empréstimos externos foram realizados. Entre 1858 e 1888 foram realizados nada menos que nove empréstimos que ajudaram a sustentar alguns investimentos em ferrovias, os gastos com a guerra do Paraguai, as despesas com a seca, dentre outras questões.

O Empréstimo de 1858 foi feito diretamente pelo governo Imperial para garantir o investimento no transporte ferroviário, tendo o Imperador decretado a necessidade de levantar um empréstimo para garantir um terço do capital da companhia ferroviária D. Pedro II, fixado em £1.425.000 libras esterlinas, o que foi exatamente o valor real do empréstimo concedido pela Rothschild & Sons. que estabeleceu um prazo de pagamento de 30 anos e que ajudou na transferência de ações da companhia ferroviária para as mãos do Estado[40]. Aí está então o mecanismo da dívida desvelado. Indo buscar empréstimos com o capita inglês para adquirir ferrovias, adquiria-nas dos próprios ingleses, seja pela compra dos produtos necessário seja pela transferência de ferrovias inglesas em solo brasileiro para as mãos do Estado.

O mesmo se pode dizer do empréstimo de 1860 no valor de £ 1.210.000 libras e cujo destino também foi o investimento em ferrovias, ampliado para a União Indústria, a Cia. Do Mucury e outras.

---

39 Conforme CARREIRA, L. de C. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil desde sua Fundação**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899.

40 CARREIRA, L. de C. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil desde sua Fundação**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899.Carreira (1899). Pag. 327-336.

Quanto ao empréstimo de 1859, no valor de £ 508.000 libras, foi um prolongamento do empréstimo de 1829 cujo prazo para quitação venceria naquele ano. A Rothschild & Sons anunciou a liquidação do empréstimo e ofereceu aos detentores dos títulos a opção de novos bonds, com os mesmos juros de 5% ao ano por mais 25 anos, o que garantiu praticamente integralmente o valor. Apenas £ 48.000 libras foram pagas, valor complementado pela emissão de novos títulos[41].

O empréstimo de 1863 no valor real de £3.300.000 libras foi feito em meio a sucessivos déficits das contas do Império, a uma profunda crise econômica que terminou de explodir em 1864 e à pressão para o pagamento de parte da própria dívida externa que somava £ 7.205.000 libras. Uma das partes a ser paga era o próprio empréstimo de 1843, no valor de £ 362.000 libras, que venceria no final daquele ano.

Os próximos dois empréstimos, tanto o de 1865, quanto o de 1871, serviram para sustentar as altíssimas despesas relativas à guerra do Paraguai. A dívida cresceu a taxas consideráveis e o valor nominal mais que dobrou passando da casa das £ 7 milhões de libras esterlinas em 1863 a quase £ 16 milhões ao final de 1871, o que se tornou ainda mais pesado em moeda nacional em função da depreciação do câmbio. A dívida interna da União ficou ainda maior, triplicando em relação ao mesmo período analisado para a dívida externa. E tudo isso apesar de um considerável crescimento das receitas internas decorrentes da ampliação das exportações e da criação de novos impostos. As despesas com a Guerra do Paraguai foram altas demais e causaram um enorme déficit coberto em grande parte pelos empréstimos internos e externos, além da emissão de moeda[42]. Note-se que o empréstimo de 1865 foi realizado nas piores

41CARREIRA, L. de C. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil desde sua Fundação**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899. Pag. 332.

42 Para mais detalhes ver Ziliotto, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011. Pág. 49.

condições com apenas 74% do valor real, sendo, de fato o segundo pior na história do Império, ficando atrás apenas do empréstimo de 1829, com a significativa diferença que o de 1865 era de quantia nominal quase dez vezes maior que o anterior. Para impor essas condições o capital inglês reclamava e alertava para o problema dos altos patamares que a dívida brasileira alcançava, com o risco da insolvência, o que, apesar de ser verdade, não impediu a realização dos empréstimos seguintes.

Terminada a guerra do Paraguai com suas despesas, o governo esperava uma contínua recuperação das contas públicas, mas obteve poucos superávits. A seca no nordeste (então Norte), a queda das exportações decorrentes da própria seca e da crise pela qual atravessava a Europa, fruto da crise de 1871, e o alto valor do pagamento de juros decorrentes da dívida externa e interna herdada do período anterior (multiplicada pela guerra) levaram o governo a realizar um novo grande empréstimo em 1875 no valor real de £ 5.000.000 de libras, além de continuar aumentando a dívida interna.

Os últimos anos do império, de crise política e econômica, e manutenção da mesma lógica produtiva agrícola fizeram com que a dívida externa se multiplicasse de novo, dobrando de tamanho, passando dos £ 15 milhões em 1881 para £30,4 milhões de libras em 1888, alcançados graças a três grandes empréstimos feitos respectivamente em 1883, 1886 e 1888 (ver Tabela 1), realizados fundamentalmente para o pagamento de juros da própria dívida acumulada, cujo serviço anual correspondia à quase um terço da renda nacional.[43]

43 Segundo CARREIRA, L. de C. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil desde sua Fundação**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899. Pág. 512, O conselheiro Martinho Alvares Silva Campos acusa o fato de que um terço da renda nacional (as receitas da União) estão comprometidas com o pagamento de juros das dívidas externa e interna em 1882.

É importante observar que em todo este período do Império foram vários os movimentos para tentar aprovar novos impostos, taxações sobre propriedades rurais, sobre renda e lucros e que a maioria das propostas foi sistematicamente rechaçada, de modo que no ano final do Império os impostos sobre importações e exportações ainda correspondiam a praticamente 70% da receita corrente do Império, que acumulava déficits e fazia empréstimos sistemáticos para tentar cobrir estes déficits, ampliando a dívida externa e interna. Mas é muito evidente o altíssimo grau de dependência da própria existência da nação como tal, dos empréstimos externos e internos. Em certos momentos, como observamos, o valor dos empréstimos (não só das dívidas) ultrapassava muitas vezes o orçamento nacional, ou compunha uma parte considerável deste. Um quadro que se explica pelo caráter totalmente dependente da própria economia nacional, baseada na mão de obra escrava e organizada para atender aos interesses da "antiga" metrópole e do conjunto das economias europeias ou dos Estados Unidos (sobretudo no final do século XIX), resultando num mercado interno e num desenvolvimento autóctone muito frágeis, que tampouco eram alterados pelo destino dos recorrentes empréstimos que não visavam o desenvolvimento da indústria moderna, stricto sensu, mas via de regra, do desenvolvimento logístico para facilitar o escoamento da produção agrícola.

Já bem no fim do governo imperial, em outubro de 1889, o ministro da fazenda, Visconde de Ouro Preto, realizou uma operação que trocou parte da dívida antiga por uma dívida nova, a juros mais baixos (de 5% para 4% ao ano) e extensão do prazo de pagamento, dos habituais 30 anos, para 56 anos, resultando num empréstimo - troca de £ 19.837.000 milhões de libras com valor real de

£ 17.440.330[44]. Embora a operação tenha aumentado a dívida externa pública total de £ 30 milhões de libras para quase £31 milhões, o governo previa uma economia anual de £ 437.985 libras em cotas de juros e amortizações.

A nova "República velha" endividada, a dívida multiplicada...

Assim como o Império, a República no Brasil nasceu endividada. Se bem que em condições consideravelmente diferentes no que dizia respeito à capacidade e organização produtiva, com uma estrutura de arrecadação um pouco mais sólida, mas ainda muito limitada e com a considerável ampliação do trabalho assalariado, decorrente da abolição da escravatura apenas um ano antes. No ano da proclamação da República a dívida externa pública brasileira alcançava a cifra de £ 31 milhões de libras, o que era equivalente a cerca de 289 mil contos de réis, e que equivalia ao valor aproximado de um ano e dez meses da receita bruta do governo naquele momento (Ziliotto, 2004. Pág. 56).

Logo que assumiu o governo republicano se apressou em afirmar o compromisso com o pagamento das dívidas do antigo regime, buscando manter abertas as portas para o crédito externo. A Constituição de 1890 estabeleceu que era prerrogativa do congresso controlar e legislar sobre a dívida pública.

Como resultado da negociação feita nos últimos meses do Império para a operação de troca da dívida para títulos com juros de 4%, e diante da restrição da oferta de crédito em função da situação da moratória Argentina em 1891 e a falência do Banco inglês Baring Brothers, o nível do endividamento público externo em libras esterlinas permaneceu relativamente estável até a metade da década de 1890. O governo brasileiro insistiu em novos empréstimos nesse período,

44 Conforme CARREIRA, L. de C. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil desde sua Fundação**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899. Pág. 716.

mas ouviu negativas constantes do capital inglês, o que aparenta ser uma exceção à regra geral, pois mesmo realizando exigências, maiores ou menores, os banqueiros ingleses terminavam por conceder o empréstimo. Em 1895 os empréstimos voltaram a ser realizados e a dívida externa cresceu de £ 33 milhões de libras para £ 40 milhões como resultado do empréstimo levantado junto à Rothschild & Sons de £ 7,5 milhões. Esse valor da dívida pública externa ainda se eleva até £ 42 milhões em 1899. O empréstimo de 1895 foi feito em uma situação de degradação das contas públicas, em meio a um conjunto de falências de industriais e como uma tentativa de frear a desvalorização cambial, efeitos da crise do Encilhamento. A Rothschild & Sons "aceita" fazer o empréstimo mediante a um conjunto de exigências e recomendações – cuja prática no futuro por parte dos credores será uma especialidade – dentre as quais a obrigação de que o governo elevasse as receitas e reduzisse as despesas e de que o dinheiro emprestado permanecesse sob administração de banqueiros[45].

Como o período registra uma forte desvalorização do Câmbio, muito mais significativo do que a elevação de £ 31 milhões de libras em 1889 para £ 42 milhões de libras em 1899 é a equivalência disso em moeda nacional. De 282 mil contos de réis em 1889 a dívida chegou a 1.494 mil contos de réis em 1899, em meio a um registro de déficit acumulado gigantesco, que ultrapassava os 600 mil contos de réis ao longo da década e que fora causado pelas mesmas razões, acrescidas do próprio aumento do serviço da dívida como resultado da desvalorização cambial.

---

45 Conforme FRANCO, G. H. B. **A primeira década Republicana**. In ABREU. M. P. (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.Rio de Janeiro, Campus, 1990. 11-30. Págs. 25 e 26.

Em face desta situação, os capitalistas ingleses já esperavam uma moratória brasileira, como a Argentina em 1891. O delegado do Tesouro nacional chegou a sondar os banqueiros da Rothschild & Sons em Londres sobre essa possibilidade. Mas o que é fundamental observar é que, mesmo nesta situação, não havia uma completa recusa por parte do capital inglês em realizar novos empréstimos ao governo brasileiro. O que se discutia eram as condições destes empréstimos, que de inicio, o governo brasileiro considerou inaceitáveis e que depois foram renegociadas. Assim foi realizado em 1898 o primeiro Funding Loan do Brasil, em meio a uma situação muito bem resumida por Gustavo Franco:

> Nenhuma melhora na situação cambial se observaria ao longo de 1896 e 1897, sendo o empréstimo de 1895 consumido, e tendo inclusive o governo brasileiro contraído novos empréstimos de curto prazo de modo a evitar pressões adicionais sobre o mercado de câmbio. O enfraquecimento dos preços do café em função das grandes safras de 1896 e 1897 (...) contribuíram (...) de modo decisivo para debilitar as contas externas do país.(...)Assim mesmo, o governo brasileiro permaneceu pressionando os banqueiros por um grande empréstimo, mas as cotações dos papéis brasileiros em Londres tornavam um novo lançamento, em condições minimamente aceitáveis, inteiramente impossível.
>
> Os banqueiros por sua vez, insistiam que a única forma de o governo brasileiro obter fundos seria através de uma proposta de arrendamento da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil feita por um sindicato chefiado pela firma Greenwood & Co. O governo brasileiro resistia à extrema insistência dos banqueiros quanto à aceitação da proposta Greenwood, que Joaquim Murtinho considerou "tão ridícula que nem mereceu ser tomada em consideração", apesar da delicada situação de suas reservas cambiais (...).
>
> Por fim, um plano de refinanciamento de pagamento é finalmente acordado entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild (...) O plano era bastante simples: tratava-se de rolar compromissos externos do governo, vale dizer, o serviço da dívida pública externa e algumas garantias de juros, em troca de severas medidas de saneamento fiscal e monetário. O governo brasileiro, ao longo de um período saldaria seus compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores ao funding com títulos de um novo empréstimo – o funding loan (...) As amortizações dos empréstimos incluídos na operação seriam suspensas por 13 anos. O esquema seria complementado por uma operação efetuada ao longo de 1901 e 1902, através do qual os contratos de garantias de juros a estradas de ferro seriam trocados por títulos de renda fixa – os rescission bonds, como seriam chamados. Onze estradas

de ferro seriam assim "resgatadas", sendo o valor total das emissões desses títulos da ordem de 16,6 milhões de libras."[46]

Portanto, ao contrário de vender a Cia. Ferroviária Central do Brasil à Greenwood & Co., como pretendiam inicialmente os banqueiros ingleses, o governo brasileiro na realidade insistiu nas garantias ferroviárias que o levaram a resgatar cerca de 13% do sistema ferroviário do país, 2100 km de linhas férreas[47], para o retorno de investimento dos compradores de títulos das ferrovias, o que foi efetivamente realizado em 1901 com base num novo empréstimo de £ 16 milhões de libras. Mas é claro, se tratavam de rodovias inglesas!

Entre as "severas medidas de saneamento fiscal e monetário" figurava por exemplo a exigência de que parte dos recursos do empréstimo fossem utilizados para retirar de circulação "Excedentes" de papel moeda, que deveriam ser literalmente incinerados publicamente por bancos estrangeiros. Uma política de controle cambial e monetário que marcou a primeira década do século vinte e que gerou uma crise nos bancos brasileiros, levando por exemplo o governo a assumir o Banco da República, mais tarde reconstruído como Banco do Brasil.

Por proposta dos banqueiros esteve em pauta nas negociações a privatização da companhia de abastecimento de água do Rio de Janeiro, que acabou sendo retirada do negócio, depois da recusa de Campos Salles.[48]

---

46 FRANCO, G. H. B. **A primeira década Republicana**. In ABREU. M. P. (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.Rio de Janeiro, Campus, 1990. 11-30. Págs. 26 e 27.

47 Conforme DOWNES, R. Autos over Rails: How US Business suplanted the British in Brazil. 1910-1928. Journal of Latin American Studies, 24 (3), 1992, pp 551-583. pág. 553

48Conforme ABREU, M. P. Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. pág. 8.

Antes de adentrar a análise da trajetória da dívida pública externa a partir do século vinte, cabe ressaltar o fato de que quando falamos de dívida pública externa estamos nos referindo ao conjunto de dívidas acumuladas pelo governo federal e governos estaduais e municipais, além das empresas estatais, através da emissão de títulos. Em relação a isso cabe o registro de que os empréstimos estaduais e municipais até os últimos anos do Império eram praticamente inexistentes e nos anos finais, a partir de 1895 representavam 4% do total da dívida pública externa[49]. Optamos neste trabalho por não separar sistematicamente estes dados.

Diferentemente do que acontecerá nos anos seguintes, principalmente a partir da década de 1910, os direitos dos trabalhadores não eram pauta direta das negociações dos empréstimos o que se explica por razões óbvias. A escravidão no Brasil, como já assinalamos, durou até 1888 e mesmo depois disso as legislações trabalhistas demoraram a aparecer.

O século XIX foi encerrado com uma dívida pública externa acumulada de £ 44.182.000 libras e no ano de 1901 esta dívida saltou a £ 59.996.000 libras esterlinas, logo após o já referido empréstimo de £16 milhões. A partir de então a dívida se ampliou aos saltos. De 1903 até 1913 o governo realizou sucessivos empréstimos elevando, em 1913, a dívida nominal à casa das £ 144.233.000 libras esterlinas.

Em relação a esses empréstimos com entradas anuais cabe destacar que entre 1903 e 1907 houve entrada de cerca de £ 36 milhões de libras, sendo que uma parte considerável destes recursos foi utilizada para obras no porto do Rio de Janeiro. Em 1908 há uma grande entrada de £ 23,5 milhões de libras (efetiva de £ 21,2 milhões)[50], a maior entrada nominal da história, com uma parte

49 Conforme ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999.
50 Conforme IBGE, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a

significativa possivelmente tendo sido contraída pelo Estado de São Paulo, conforme nos dão pistas os decretos 2.014 de 9 de dezembro de 1908 e 7.212 de 10 de dezembro de 1908, ambos autorizando o Estado de SP a contrair um empréstimo de £15 milhões de libras esterlinas[51], com o objetivo expresso de liquidar as operações efetuadas para valorização do café. O ano de 1908 também foi marcado pela quebra de outro recorde. O Estado brasileiro pagou de juros a quantia de £ 8.235.000 libras esterlinas, valor que só foi ultrapassado novamente em 1923. E isso levando em consideração que ainda estava suspenso o pagamento de juros dos empréstimos anteriores ao Funding Loan de 1898, conforme o acordado no próprio Funding. Em 1909 um empréstimo no valor de £4,3 milhões foi contraído para as obras no Porto de Recife e em 1910 e 1911 houve entradas respectivas de £ 18,2 milhões e £ 9,9 milhões de libras com o objetivo de financiar a estrada de ferro Itapura – Corumbá, viação baiana e viação cearense[52].

Embora estejamos calculando o valor total da dívida pública externa em libras esterlinas, cabe lembrar que neste período, desde 1905, muitos empréstimos eram franceses, tomados, portanto em Francos. Entre 1908-1912 cerca de 40% dos empréstimos federais realizados foram feitos em Francos franceses[53], alcançando 20% no saldo total da dívida externa, aí incluídos estados e municípios[54].

1988. 2° ed. rev. e atual. Do v. 3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro. 1990.

51 Decretos disponíveis no site da Cãmara dos deputados conforme segue: Decreto n° 2.014 de 9 de dezembro de 1908 em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-2014-9-dezembro-1908-582101-publicacaooriginal-104817-pl.html
Decreto 7.212 de 10 de dezembro de 1908 em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7212-10-dezembro-1908-523269-publicacaooriginal-1-pe.html

52 Conforme IBGE, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2° ed. rev. e atual. Do v. 3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro. 1990 e ZILIOTTO, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011.

53 Conforme Abreu, M. P. A Dívida Externa Brasileira em francos, 1888-1956. Revista de economia Política, Vol. 14, n° 4 (56), 1994. Pág. 4.

54 Conforme ABREU. M.P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999.

Como este inicio do século XX foi marcado por uma política de controle monetário e apreciação cambial, embora em libras esterlinas a dívida tenha triplicado (de cerca £ 60 milhões em 1901 para £ 144 milhões em 1913), não se pode dizer o mesmo para a apreciação da dívida em moeda nacional, que cresceu em proporções menores. Em 1901 o valor da dívida pública externa era 1.351 mil contos de réis e em 1913 alcançou a cifra de 2.185 mil contos de réis. Quanto à dívida pública interna, cresceu bem menos neste período, passando 570 mil contos de réis para 726 mil contos de réis aproximadamente.[55] Este período inicial da República foi marcado por vários anos de crescimento econômico, processo que, entretanto, começou a ser revertido a partir de 1908, quando reapareceram déficits orçamentários que foram cobertos em parte pelos empréstimos realizados no período, ou controlados pelo investimento em obras públicas (portos, ferrovias, etc.) que também foram alavancados pelos empréstimos.

A organização da economia, entretanto, não se alterou, continuava voltada para o abastecimento do mercado Europeu e norte-americano, através de produtos agrícolas, e as obras realizadas com o dinheiro destes empréstimos tinham este fim específico, de modo que embora trouxessem algum desenvolvimento logístico e ajudassem a formar, contraditoriamente, um certo "patrimônio" nacional, e como efeito colateral, ajudassem o desenvolvimento embrionário de algumas atividades industriais, o crédito não era utilizado de maneira decisiva para a alteração do caráter de dependência da economia nacional. As pressões pela venda das empresas nacionais já começavam a aparecer como forma de troca e garantia da continuidade dos empréstimos dando indícios do que seria a tendência principal ao longo do século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade. As vésperas da 1° guerra mundial esta tendência se tornou bastante evidente.

55 IBGE, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2° ed. rev. e atual. Do v. 3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro. 1990

A partir de 1913 ficou evidente que o Brasil teria dificuldade de manter seus compromissos com o pagamento da dívida. Havia uma nova crise cambial em curso e as dificuldades financeiras aumentaram, desde a retomada, em 1909, do pagamento de parte do serviço da dívida que havia sido suspenso com o primeiro funding loan e por outras razões como a queda de exportações de café decorrente da venda de estoque nos Estados Unidos e a queda nas exportações de borracha, em virtude da entrada no mercado das exportações asiáticas. A classe trabalhadora dava seus primeiros passos importantes no processo de auto-organização e luta e começava a pressionar pela conquista de direitos elementares. Esse conjunto de fatores que somavam-se à deterioração das relações políticas na Europa, às vésperas da 1° guerra mundial, entretanto, não impediram os banqueiros de oferecer novos empréstimos para o país, mas os colocaram em posição de fazer exigências bem mais duras.

Marcelo de Paiva Abreu relata essas condições:

> Uma missão financeira enviada ao Brasil por N.M. Rothschild & Sons Limited no segundo semestre de 1913 voltou bastante mal impressionada e disposta a recomendar que qualquer ajuda financeira fosse acompanhada de condicionalidades severas. (…) A proposta inicial para um empréstimo ao Brasil foi feita, no início de junho, por N.M. Rothschild & Sons Limited em nome de um numeroso sindicato de banqueiros, que incluía, entre outros, bancos franceses (Societé Générale, Paribas), bancos alemães (Deutsche, Disconto e Bleichroeder), bem como Warburg, Speyer e Schroeders. De acordo com a proposta inicial dos banqueiros o novo empréstimo pagaria juros de 5,5% e teria valor nominal de £ 20 milhões, com fundo de amortização de 2% por 24 anos. O preço de lançamento seria em torno de 94%, o sindicato ganharia 5% e o imposto do selo devido na Grã-Bretanha seria pago pelo tomador. Cupões de juros devidos e bônus sorteados seriam aceitos como pagamento nas alfândegas. Poderia haver uma antecipação de £ 2,3 milhões, pagos com os fundos levantados pelo novo empréstimo, mas se ocorresse algo inesperado esta antecipação teria que ser paga em 90 dias. A lista de condições limitando a aplicação do resultado do empréstimo era longa: £ 1,4 milhão seria reservado para pagar a dívida de curto prazo que maturaria em agosto; £ 3,5 milhões, por imposição francesa, para

> pagamentos que se alegava serem devidos à conta da Brazil Railway, bem como, £ 1,5 milhão para pagamentos relativos ao porto de Pernambuco; £1,2 milhão, por imposição alemã, para pagamentos relativos à Estrada de Ferro de Santa Catharina. Estes pleitos somavam £ 7,6 milhões, mais de 40% do valor líquido do empréstimo. Condicionalidades adicionais incluiriam compromissos quanto à venda do Lloyd Brasileiro[56] e aprovação de legislação que permitisse o arrendamento da Central do Brasil[57].

Depois de várias semanas, entretanto, essas negociações foram suspensas, exatamente um dia antes da declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia. Ressalte-se que o governo brasileiro estava disposto a negociar, buscando juros e descontos menores, melhores condições de pagamentos e enfrentando as exigências francesas e alemãs, mas não o conjunto da proposta.

Em agosto de 1914 o Brasil suspendeu o pagamento do serviço da dívida externa e em setembro comunicou à Rothschild & Sons. a proposta para um novo Funding Loan, assinado em outubro do mesmo ano. Conforme Abreu:

> O segundo *Funding Loan* teria um capital nominal máximo de £ 15 milhões, emitido ao par, 63 anos de prazo de amortização com início de resgate em 1927, taxa de juros de 5%, e seria garantido pela receita da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, de todas as outras alfândegas da república. Seriam suspensas as amortizações de todos os empréstimos federais denominados em libras ou francos franceses até 1.8.1927[41] e os juros destes empréstimos que vencessem entre 1.8.14 e 31.7.17. Ficava vedada, também por três anos, a emissão e a garantia de novos empréstimos externos, ou de empréstimos internos com juros pagáveis no exterior.[58]

---

56 Trata-se da Cia. Estatal de navegação brasileira, extinta pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1997 com o plano nacional de desestatização.

57 ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. Págs. 11 e 12.

58 ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. Pág 12.

Assim, a dívida pública externa acabou sendo reduzida nos anos da 1° guerra mundial e depois, praticamente sem a entrada de novos empréstimos significativos. No total a dívida saiu de £ 160 milhões em 1914 para £ 150 milhões de libras em 1920. Em moeda nacional, entretanto, a dívida cresceu em função da depreciação cambial. Em 1914 era de 2.652 mil contos de réis e em 1920 chegava a 3.506 mil contos de réis.

A dívida interna para o mesmo período também cresceu de 758 mil contos de réis em 1914 para 1.113 contos de réis em 1920.

Entram em cena os dólares estadunidenses

A partir de 1921 entram em cena os dólares americanos para os empréstimos obtidos pelo governo. Apenas no referido ano $50 milhões de dólares foram emprestados aos governos brasileiros (federal e estaduais).[59] Ao longo da década os empréstimos dos Estados Unidos são responsáveis por 75% das entradas para o Estado brasileiro[60]. Os Estados Unidos já mantinham negócios e investimentos no Brasil bem antes disso, sendo o principal destino das exportações brasileiras inclusive, mas à medida que se responsabilizavam por fatias cada vez maiores dos empréstimos ocorria que também passaram ampliar sua fatia de mercado, e o Brasil passou a importar nominalmente mais dos EUA do que da própria Inglaterra.

Tabela 2

Valor em libra do intercâmbio comercial brasileiro com UK-EUA (1921-1930)

Exportações	Importações	Saldo comercial BR

59 Conforme ZILIOTTO, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011. pág. 73.
60 Conforme ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. pág. 15.

Ano	Inglaterra	EUA	Inglaterra	EUA	Inglaterra	EUA
1921	4.073.912	21.664.660	12.336.595	19.147.865	(8.262.683)	2.516.742
1922	6.811.535	26.456.544	12.544.534	11.081.624	(5.732.999)	15.374.920
1923	5.120.797	30.292.731	13.427.738	11.238.827	(8.306.941)	19.053.904
1924	3.262.213	40.808.915	16.346.931	16.543.809	(13.083.718)	24.265.106
1925	5.181.531	46.467.925	18.770.209	20.771.604	(13.588.678)	25.696.321
1926	3.224.513	45.103.290	15.207.459	23.308.962	(11.982.946)	21.794.328
1927	3.019.036	40.981.998	16.899.379	22.843.375	(13.880.343)	18.138.623
1928	3.354.236	44.278.917	19.518.764	24.089.750	(16.164.528)	20.189.167
1929	6.176.614	40.034.071	16.638.853	26.113.948	(10.462.239)	13.920.123
1930	5.457.205	25.523.271	10.405.454	12.956.468	(4.947.849)	13.566.803

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE: Estatísticas históricas do Brasil, séries econômicas, demográficas e Sociais de 1550 a 1988.

Esta entrada de capitais norte-americanos dirigidas ao Estado Brasileiro através de empréstimos públicos constata uma mudança de relações comerciais na qual a Inglaterra deixa de ser a principal exportadora de produtos industrializados para o Brasil e dá lugar aos próprios Estados Unidos. É claro que essa relação é "apenas" nominal, quer dizer, o saldo da balança comercial com a Inglaterra é historicamente positivo para a Inglaterra e permaneceria assim ininterruptamente até o inicio da 2° guerra mundial, enquanto o saldo da balança comercial com os Estados Unidos era positivo para o Brasil, em função, sobretudo, da larga exportação de café a este país. Mas como se percebe nos dados apresentados na tabela 2 a relação entre o volume financeiro de importações em termos nominais se inverteu definitivamente a partir de 1924 sem que jamais voltasse a se modificar novamente até os dias atuais.[61]

61A Inglaterra já tinha sido ultrapassada em volume financeiro de exportações ao Brasil pelos EUA a partir de meados da década de 1910, mas se recuperou no inicio dos anos 1920.

Este fenômeno da relação entre a exportação de capitais e a exportação de mercadorias em geral não é exclusivo do Brasil, quer dizer, mostra como a dívida externa vai além de um simples negócio cujo objetivo é o retorno financeiro baseada em taxas de juros. Trata-se de um negócio intimamente conectado à disputa global de mercado.

Na esteira de Hilferding, que analisou o capital financeiro, o líder da Revolução Russa de 1917, Vladmir Lenin, já havia observado esta tendência, apesar de não dispor de todos os dados consolidados, ainda em 1916, quando escreveu a sua obra "Imperialismo, fase superior do capitalismo".

> Os países que exportam capitais podem, quase sempre, obter certas "vantagens", cujo caráter lança luz sobre as particularidades da época do capital financeiro e do monopólio. Eis, por exemplo, o que dizia em outubro de 1913 a revista berlinense Die Bank;
>
> *"No mercado internacional de capitais está sendo encenada, há pouco tempo, uma comédia digna de um Aristófanes. Um bom número de Estados, desde a Espanha até os Balcãs, desde a Rússia até a argentina, o Brasil e a China, apresentam-se, aberta ou veladamente, perante os grande mercados de dinheiro, exigindo, por vezes com extraordinária insistência a concessão de empréstimos. Os mercados monetários não se encontram atualmente numa situação muito brilhante, e as perspectivas políticas não são animadoras. Mas nenhum dos mercados monetários se decide a negar um empréstimo com o receio de que o vizinho se adiante, o conceda e, ao mesmo tempo, obtenha certos serviços em troca dos serviços que presta. Nas transações internacionais deste gênero, o credor obtém, quase sempre, algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma base carbonífera, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões".*
>
> (...) É muito corrente que entre as cláusulas dos empréstimos imponha-se que parte dele seja gasto na compra de produto do país credor, em especial de armamentos, barcos etc. (...) A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transações tem um caráter tal que, para usar um "eufemismo" de Schilder, estão no limite da corrupção. Krupp, a Alemanha, Schneider, na França, e Armstrong, na Inglaterra, são um exemplo dessas empresas tão estreitamente ligadas a bancos gigantescos e a governos que se torna difícil "prescindir" delas na negociação de um empréstimo(...)
>
> (...)Num relatório do cônsul austro-hungáro em São Paulo (Brasil) diz-se: *"a construção das estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem as operações financeiras*

relacionadas com a construção de ferrovias garantem as encomendas de materiais de construção ferroviária".

O capital financeiro estende assim as suas redes a todos os países do mundo. (...) A Inglaterra e a Alemanha, no decurso dos últimos 25 anos, investiram na Argentina, no Brasil e no Uruguai 4 bilhões de dólares, aproximadamente; como resultado disso beneficiam-se de 46% de todo o comércio desses três países".[62]

É claro que este não foi o único e nem o primeiro mecanismo responsável pela ascensão gradativa dos EUA ao posto de primeiro "parceiro" comercial do Brasil, realizado às custas do deslocamento da Inglaterra. Como já assinalamos, desde há vários anos os Estados Unidos já havia se consolidado como o principal destino das exportações brasileiras. A disputa se estende a vários setores da economia, com destaque para o embate entre a opção pelo transporte sobre trilhos ou sobre rodas, uma disputa entre o capital Inglês (Spencer) contra o capital estadunidense (Ford), que demonstra o caráter predatório da época imperislista, já que a "opção" vencedora (transporte sobre rodas) não só é limitadora do ponto de vista logístico como também consolidou uma indústria que mata milhares de pessoas por ano em acidentes de estrada no país, quando qualquer estatística com relação ao transporte sobre trilhos revela muito mais segurança.

Mas seria ingênuo pensar que a onda de capitais estadunidenses que ingressam no país na década de 1920, e que são superiores aos capitais ingleses para o mesmo período, não produziu um efeito sobre essas relações.

O capital inglês não foi completamente removido de cena, longe disso na realidade, ainda se manteve como o principal detentor do montante de dívidas do estado brasileiro. Ao final da década, em 1929, a dívida pública externa alcançava a cifra de £ 252 milhões de libras (incluindo neste cálculo dólares, francos e outras moedas). Em 1931

62 Lenin, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo, Nova Palavra, São Paulo. 2009. Págs 77 e 78.

ela cresceu ainda mais £ 271 milhões, assim como cresceram os juros e o seu valor total em moeda nacional, como decorrência da crise de 1929, com a consequente queda das exportações e a depreciação do câmbio, a redução dos salários em até 50% e um decrescimento da produção industrial.

O serviço da dívida chegava então ao seu patamar histórico mais alto na razão serviço – receita total. É o que podemos perceber na tabela abaixo elaborada por Marcelo de Paiva Abreu:

Tabela 3: ***Dívida externa, 1830 - 1940***

Dívida externa, 1830-1940*

Ano	Dívida externa em contos de réis **	Exportações FOB em contos de réis	Razão dívida-exportações	Serviço da dívida externa em contos de réis***	Razão serviço-exportações	Receita****	Razão serviço-receita total
1830	59013	35135	1,68	3289	0,0936	16779	0,1960
1840/1841	40995	57727	0,71	2087	0,0361	16311	0,1280
1850/1851	38181	67788	0,56	3547	0,0523	32697	0,1084
1860/1861	52281	123171	0,42	5151	0,0418	50052	0,1029
1870/1871	130660	168000	0,78	11044	0,0657	95885	0,1152
1880/1881	130995	230963	0,57	19696	0,0854	128364	0,1534
1890	328431	280665	1,17	16077	0,0573	195253	0,0823
1900	1471359	850339	1,73	37128	0,0436	307915	0,1206
1910	1929746	939413	2,05	149867	0,1595	882189	0,1699
1920	3506408	1752411	2,00	231155	0,1319	1548168	0,1493
1930	11753476	2907354	4,04	857432	0,2949	3276171	0,2617
1940	16288024	4960538	3,28	205401	0,0414	4664813	0,0440

Fonte: dados básicos de **Brasil em números 1960**.
*Até 1930, valor nominal dos títulos resgatados. Depois de 1930 valor de mercado.
**Fim do ano calendário.
***Ano calendário.
****Federal até 1900. União, estados e municípios a partir de 1910. A razão serviço da dívida-receita da União em 1910 era de
28,56%. A dívida externa até 1880 era exclusivamente federal.

Fonte: Apud: Abreu, M. P. Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999.

Essa situação levou o governo brasileiro a buscar o terceiro Funding Loan de sua história, apesar de certa resistência dos ingleses incumbidos da negociação. O empréstimo foi feito com base em títulos de 20 e 40 anos. Mais um episódio que demonstra o poder alcançado

pelo capital dos Estados Unidos, já que para as dívidas em dólares foram emitidos exclusivamente títulos de 20 anos.

Abreu descreve a situação com mais detalhes:

> *No final de 1930, os títulos em libras correspondiam a 65% do total da dívida pública externa que era da ordem de US$ 1.250 milhões; os títulos em dólares a 30% e os títulos em francos e florins ao resíduo. (...) A crise cambial que atingiu o Brasil a partir de 1929-30 tornou inviável a continuação do pagamento integral do serviço da dívida pois tal pagamento envolveria uma proporção excessiva do saldo comercial. Além disso, a depreciação do mil-réis aumentou a carga do serviço da dívida pública externa sobre os orçamentos nos três níveis do governo, especialmente entre o final de 1930 e agosto de 1931, quando a libra esterlina e o dólar americano mantiveram sua paridade em relação ao ouro. (...) O reajuste dos pagamentos efetivos à capacidade de pagar foi gradual, sendo um funding Loan parcial "negociado" em 1931 por três anos. Este funding resultou de uma decisão unilateral das autoridades brasileiras: garantia o pagamento integral do serviço dos Funding Loans de 1898 e 1914 e estipulava que os juros relativos aos demais empréstimos por três anos seriam pagos com títulos de 5% cuja emissão corresponderia ao Funding Loan de 1931. As amortizações relativas a esses empréstimos seriam suspensas e nada se dispunha sobre o serviço dos empréstimos estaduais e municipais.*[63]

Entre 1931 a 1936 a dívida externa foi reduzida de £ 276 milhões para £ 252,6 milhões. Em moeda nacional isso também significou uma redução de 17,5 milhões de contos de réis para 14,7 milhões de contos, sustentada em grande parte pela ausência de novos empréstimos, o "esquema aranha" que retomou o pagamento dos juros em 1934 e pela elevação da dívida interna que cresceu de 2,6 milhões de contos de réis em 1931 para 3,7 milhões de contos em 1936.

Em 1937, logo após o golpe de estado, o governo Getúlio Vargas resolveu declarar oficialmente a moratória da dívida, suspendendo todos os pagamentos do serviço da dívida (juros, comissões amortizações) por três anos e recusando as negociações para novos

63 ABREU, 1990 Apud ZILIOTTO, Guilherme. Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004), São Paulo, UNESP.2011. pág. 73.

empréstimos ou um novo Funding Loan, que Vargas considerava incompatível com a "capacidade de pagamento"[64] do país. De fato, desde o Funding Loan em 1931 e durante toda o governo Vargas (e além, até 1953, ironicamente em seu próprio governo) não houve mais entradas de capitais através de emissão de títulos da dívida pública externa.

A reação do mercado financeiro britânico foi furiosa, condenando a atitude do governo brasileiro. Em contraposição, a reação estadunidense teria sido mais suave, segundo Abreu: "A reação americana, em contraste, foi suave, provavelmente ajudada pelos planos dos EUA quanto ao papel crucial do Brasil na política de Boa Vizinhança" [65].

Mas uma vez que a repressão se abateu sobre os sindicatos e a classe operária organizada de maneira brutal, diminuindo a pressão sobre o governo para atender os interesses dos trabalhadores, em 1939 as negociações são retomadas, através da Missão Aranha, na qual Osvaldo Aranha é enviado aos Estados Unidos e reestabelece negociações. A eclosão da segunda guerra mundial deixa a Inglaterra numa posição ainda mais difícil.

O governo brasileiro protelou as negociações até 1940, levando em consideração o impacto da guerra nas condições econômicas gerais. Finalmente o governo brasileiro propôs então pagar temporariamente 50% do previsto no esquema Aranha, algo em torno de £ 4 milhões de libras. Abreu descreve os termos da negociação:

> *Durante os quatro anos de duração do acordo, os pagamentos totais aumentariam de £ 4 milhões no primeiro ano para £ 4,3 milhões no último, totalizando ao longo dos quatro anos £ 600.000 a mais do que a proposta brasileira. A aceitação pelo negociador Britânico dessa proposta norte-americana, que envolvia pagamentos relativamente menores para os títulos em libras de qualidade superior, que haviam*

64 Vargas (1938-1945), Vol. 5, pp. 26-8, discurso de 10.11.37 Apud ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999.
65 ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. Pág. 20

sido protegidos com sucesso no passado, foi facilitada por um compromisso brasileiro de gastar pelo menos £ 1,6 milhão no resgate de títulos britânicos a preços de mercado.[66]

O acordo foi mantido até 1943 quando o ministro Souza Costa, percebendo que o fim da guerra poderia trazer problemas às exportações brasileiras resolveu retomar e acelerar as negociações para um novo acordo de pagamento da dívida. De novo, utilizamos a descrição de Abreu sobre este acordo:

Após longas negociações, chegou-se a um acordo permanente que ofereceria aos detentores de títulos duas opções. Deixava de haver classificação de empréstimos por categorias, o que era uma forma de disfarçar o dano causado aos empréstimos em libras.

A opção A envolveria pagamentos anuais de £7,7 milhões (dos quais £5,2 milhões) se todos os detentores de títulos a escolhessem. A opção B, também se escolhida por todos, envolveria pagamentos anuais de £8,4 milhões (dos quais £4,9 milhões) sobre os novos títulos federais de 3,75%, bem como pagamentos imediatos de £22,9 milhões pelo resgate de títulos com valor de face de £79 milhões ao preço médio de 29%. Os antigos empréstimos da categoria 8 seriam resgatados a 12% do valor do principal em circulação, e o grosso dos atrasados de juros - os da moratória de 1937-40 - seriam liquidados a 25% das taxas do acordo de 1940 (ou seja, na "melhor" das hipóteses a 12,5% da taxa de juros contratual). As condições do acordo implicaram em redução de 50% do valor da dívida em circulação da ordem de £ 220 milhões.[67]

A partir daí a dívida pública externa não foi ampliada diretamente por empréstimos, mas por déficits apresentados na balança comercial, em particular durante a guerra da Coréia. O governo brasileiro passou a se utilizar do recurso de emissão monetária, e contabilizou também um conjunto de empréstimos governamentais externos diretos,

66 ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. Pág. 21

67ABREU, M. P. **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999. Pág. 22

principalmente dos Estados Unidos, que não são contabilizados nas estatísticas da dívida pública externa brasileira, por não serem obtidos através de títulos. Mas houve neste período significativos empréstimos do Eximbank por exemplo para a construção da CSN, para a Cia. Vale do Rio Doce, para a Lloyd Brasileira, além de outros "empréstimos" estabelecidos através do Lend Leasing[68] que pouco a pouco ampliaram a dívida. Já no governo Juscelino a Dívida voltou a crescer por meio de investimentos maciços da indústria estrangeira, da abertura para instalação de multinacionais que tomara ramos inteiros da indústria como os setores automobilístico, farmacêutico, a indústria naval, de materiais elétrico e eletrônicos etc. Ela alcança a cifra de $1 bilhão de dólares e o processo de endividamento continua a crescer, chegando a beira dos US$ 3 bilhões, mas num patamar muito inferior do que viria a seguir com o regime militar e a entrada em cena dos petrodólares. Juscelino chega a suspender negociações com o FMI, em 1959, que havia assumido desde o fim da Segunda Guerra o papel de intermediário entre os governos e os credores, apresentando recomendações e exigência para aplicação dos governos. Isso para poder ter alguma margem de manobra diante da mobilização das massas que pressionavam pela melhoria das condições de vida. Mas mantém o pagamento da dívida intacto. Jânio quadros vai retomar essas negociações com o FMI. E imediatamente implementa suas proposições sob o argumento de que seriam necessárias para poder receber novos empréstimos. Entre as medidas está uma política de restrição salarial e o reajuste no câmbio gerando uma desvalorização no cruzeiro que ampliou o custo de vida em 50%. O resultado é uma crescente onda de greves e ocupações de terra no país e o desenvolvimento da conhecida crise institucional que levaria então à posse de João Goulart. Apesar de forte retórica "soberanista" Goulart

68 Para aprofundar nesta questão ver Abreu, M. P. O Brasil e a economia Mundial (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

manteve a aplicação das exigências do FMI até a enorme efervescência política que varre o país em 1963 com intensas manifestações por todos os cantos. Pressionado por essa situação Goulart chega a comunicar a sua decisão de decretar uma moratória unilateral da dívida externa, mas o golpe de Estado pelos militares já estava em marcha.

Chegaram os Petrodólares: A dívida noutro patamar

A ditadura militar no governo de Castelo Branco decidiu criar um ambiente favorável para o mercado da dívida no Brasil. O Plano de ação econômica do governo (PAEG) tem o claro objetivo de criar um mercado para os títulos públicos. Uma das medidas relevantes nesse sentido por exemplo foi a criação da famosa "correção monetária" face ao desenvolvimento da inflação que desvalorizava os títulos da dívida. Criou-se assim um mercado propício à emissão de títulos da dívida interna, que ajudou a a financiar um certo tipo de crescimento na economia, mas que não resolveu o problema do déficit fiscal que continuou e foi coberto por constantes empréstimos externos.

Estes empréstimos eram feitos num momento em que havia uma enorme liquidez mundial. Os petrodólares entravam em cena e havia uma enorme massa de capitais provenientes da especulação derivada da produção de Petróleo disponíveis para investimento. Entre 1964 e 1967 o Brasil foi o quarto maior receptor líquido de recursos externos. A dívida passou de $3,2 bilhões em 1964 (quando os militares assumiram o poder) para $4,4 bilhões em 1969, representando um aumento, portanto, de 37,5% em seis anos.[69] Esse enorme endividamento prosseguiu nos anos seguintes de maneira ascendente até 1973. O país fez emissões de títulos nos mercados Europeu, Americanos e Japonês. Mas a partir de 1973 a dívida já havia chegado a tal ponto que as saídas de capitais por meio do pagamento de juros

[69] Cf. TESOURO NACIONAL. Dívida Pública: uma experiência Brasileira, Brasília, 2009. Página 70.

e amortizações dessa dívida passaram a superar as entradas de capitais, embora diante da recuperação das economias dos países capitalistas centrais o país continuasse a ampliar suas exportações e manter uma balança comercial favorável. A resposta da ditadura a esta situação foi pisar no acelerador com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, sob a égide política do slogan "Brasil potência" e prosseguir realizando os empréstimos, em consonância com os interesses do capital financeiro internacional, que dispunha de petrodólares para serem investidos, ao mesmo tempo que aprofundava aquilo que tinha sido feito por Juscelino, abrindo ramos inteiros da indústria ao investimento direto externo. Apesar das peculiaridades do II PNAD esse fenômeno da alocação de petrodólares não é exclusividade do Brasil e se estendeu ao conjunto dos países da América Latina.

Esse processo de endividamento contínuo prossegue em grandes proporções até 1979 sustentado pela brutal repressão do regime que não só perseguia opositores políticos destacados, torturava e matava, mas perseguia mesmo qualquer tipo de organização elementar de trabalhadores demitindo trabalhadores que ousassem reivindicar aumento de salário.

Em 1979 vem um novo choque de preços de Petróleo e o Federal Reserve resolve aumentar a taxa de juros nos EUA capturando grande parte do investimento externo disponível. Nesse momento o Brasil experimenta um balanço de pagamento deficitário depois de anos de "crescimento" sustentado pelo endividamento, que só se agravará nos anos seguintes.

O Jornal O Trabalho sobre a dívida externa

Como já vimos, o Jornal O Trabalho se ocupava de divulgar as análises e posições sobretudo dos militantes trotskistas da OSI neste momento de enorme efervescência política no país. Publicava matérias

e artigos sobre diferentes temas, como a construção do PT, a questão dos presos políticos, a criação de sindicatos, a luta contra a ditadura militar etc. O Jornal também publicava, artigos e matérias sobre a situação econômica do país, de um modo geral ligando suas análises a questões concretas da vida dos trabalhadores como emprego, salário etc.

A questão da Dívida aparecerá de maneira mais profunda pela primeira vez na edição n° 27 em julho de 1979 com um artigo de fundo sobre o assunto que fala sobre o crescimento da dívida externa no Brasil e do serviço da dívida. Neste artigo O Trabalho denuncia que a dívida era de 12,6 bilhões de dólares em 1973 e teria saltado para 43,5 bilhões em 1979, fazendo com que o total do serviço da dívida de 8,5 bilhões anunciados pelo governo e a importação de Petróleo (com os preços reajustados pela OPEP semanas antes) no valor de pelo menos US$7 bilhões levariam o país a acumular um déficit considerável nas contas públicas. Os dados são consistentes com o que apresentava o governo à época e correspondem à realidade. Para O Trabalho Essa situação revelava a incapacidade da ditadura militar para encontrar qualquer saída para a crise econômica que "ela própria cavou" [70] diante da depressão "sem precedentes que se prepara em todo o sistema imperialista, e dentro dele, também nos países capitalistas atrasados, como o Brasil"[71]. De acordo com o Jornal:

> Ao tempo em que se aprofundava a crise econômica mundial, desde 1971 (sobretaxa de Nixon aos produtos importados pelos EUA e a suspensão da reconversão do Dólar em ouro), as empresas imperialistas e o capital financeiro internacional forçavam a rapinagem nos países capitalistas atrasados. E é o próprio "milagre" e as metas mirabolantes de auto-suficiência do II plano nacional de desenvolvimento do governo Geisel, que administraram a entrada maciça do capital financeiro internacional. No final das contas nem houve a auto suficiência

[70] Jornal O Trabalho edição n° 27, página 3.
[71] Idem

> a médio prazo em toda uma quantidade infinita de produtos (aço, metais, fertilizantes, etc.), nem deixou de haver um profundo endividamento externo[72].

De fato a política econômica do Regime Militar se apoiou no crescimento do endividamento externo sob o argumento de que seria necessário a compra de maquinários para o desenvolvimento da indústria nacional mas a maior parte do dinheiro era destinada ao pagamento de juros da própria dívida contraída anteriormente, de modo que este processo sustentou a expansão de determinados negócios empresariais diante de um mercado cheio de bancos internacionais ávidos por conceder empréstimos - já que dispunham de uma enorme massa de capitais ociosos - e assim expandir nos países periféricos suas relações, controles de ramos da indústria e lucro. Um novo artigo na edição seguinte também de julho de 1979, denunciará o crescimento vertiginoso de 1000% da dívida em dez anos (1969 a 1978) e o fato que o país pagaria em 1979 cerca de US$ 3,5 bilhões só de juros. Os efeitos na economia são, de fato, devastadores. A inflação ultrapassa os 50% e o país começa a ser mergulhado numa recessão, com forte ampliação do desemprego e do rebaixamento de salários, que, aliás, está na base mesmo do enorme movimento de resistência que os trabalhadores estão desenvolvendo no Brasil. A ditadura militar, até então sustentada pelo artificio do endividamento externo, base do chamado "milagre" econômico da década de 1970, se encontra então encurralada pelas consequências da sua própria política econômica. O fenômeno, como já dissemos, não é exclusivo do Brasil, mas certamente foi severamente agravado pela condução da política econômica do regime. O Jornal O Trabalho busca então explicar esses elementos da seguinte maneira:

---

[72] Idem

> (...) Na verdade, a dívida externa estourou não só no Brasil, mas em toda a América Latina e em geral nos países atrasados, mais ou menos a partir de 1974. A razão é muito simples: o capital financeiro que controla o mercado internacional partiu desenfreadamente para a especulação financeira e com mercadorias escassas, como o petróleo. Os lucros astronômicos obtidos com a elevação dos preços do petróleo, por exemplo, ficaram nas mãos das famosas sete irmãs e acabaram depositados nos grandes bancos internacionais, que os utilizaram em todos os tipos de investimentos de alto risco, isto é, especulativos e parasitários. Investiu-se na indústria bélica, e quando não, emprestou-se a altas taxas para países como o Brasil, cujas burguesias agenciaram estes recursos em planos mirabolantes, gastos militares e compras de petróleo. Uma festa para o Imperialismo e a burguesia, é claro, que levou o país ao endividamento e dependência total do grande capital internacional (...)".[73]

As edições seguintes vão prosseguir registrando a ampliação da dívida e denunciando como o regime militar se dobra diante dos interesses dos EUA cuja política de elevação da taxa de juros é acompanhada, resultando em ampliação considerável do serviço da dívida em função da enorme quantia destinada ao pagamento de juros. Para o Jornal isso está na origem do forte desenvolvimento da inflação que provoca uma profunda deterioração das condições de vida da população, diminuindo sua capacidade de consumo.

Finalmente a edição n° 41 de dezembro de 1979 traz pela primeira vez a formulação de "Cancelamento da dívida externa".[74] O Trabalho considera o cancelamento necessário para uma ruptura de todos os acordos firmados pelos generais com o Imperialismo que estão estrangulando a atividade econômica. A mesma edição sugere ainda que os trabalhadores passem a defender a "escala móvel de

[73] Cf Jornal O Trabalho n° 28, página 3
[74] Cf. Jornal O Trabalho n° 41 página 2

salários", como mecanismo para se defender da inflação galopante que assola o país. No entanto o artigo em questão faz uma ressalva. Para chegar a isso seria necessário colocar abaixo a ditadura e iniciar a demolição do Estado burguês no Brasil, já que a ditadura só podia se sustentar agarrada aos ditames do imperialismo, das empresas estrangeiras, que, mediante os constantes empréstimos avançavam sobre a economia nacional. Uma conclusão política para um problema econômico que desemboca na necessidade da organização política independente da classe trabalhadora.

Nas edições seguintes o Jornal registra a movimentação do regime militar para buscar novos empréstimos e tentar sustentar o crescimento sobre a base de um endividamento. Para O Trabalho a ditadura se vê diante de uma situação difícil. Ou sustenta este crescimento ou conduz à recessão ampliando suas dificuldades políticas diante de uma classe operária num forte ascenso de mobilização[75]. A situação, no entanto, é de nervosismo por parte dos investidores que demonstravam um incomodo prevendo a incapacidade futura do país de manter os pagamentos. Para o ano de 1980 a ditadura, calculava-se, precisaria de um total de U$$ 15 bilhões de empréstimo e pagaria só de juros cerca de US$ 5 a 7 bilhões e essa perspectiva fazia aumentar as exigências externas sobre a economia brasileira.

A bola de neve da dívida continua a aumentar nos meses seguintes, diante deste impasse político e econômico. As pressões para que o país entre em recessão se ampliam e são registradas em vários jornais considerados porta vozes da burguesia, como O Estado de São Paulo. Mas de acordo com o Jornal O Trabalho a ditadura teme em dar este passo que significaria um enfrentamento generalizado contra os trabalhadores que só em 1979 realizaram mais de 300 greves em todo

[75] Cf Jornal O Trabalho n° 48.

o país.[76] Um dos embates por exemplo se dará ao redor da lei salarial. Figueiredo, pressionado pela retomada das greves decretou o reajuste salarial semestral com base no INPC que poucos meses depois seus ministros querem revogar para atender as exigências (ainda informais) do FMI de rebaixamento dos salários e de mergulho do país numa recessão.[77]

Com efeito o fato novo de então é que impulsionado pelas lutas sindicais que ressurgiram, surge o PT, como vimos no primeiro capítulo. E a mobilização chega a tal ponto que a ameaça com os processos pela lei de segurança nacional e mesmo a prisão dos dirigentes operários já não conseguem mais deter o movimento de resistência ao regime e suas medidas que a classe operária começa a desenvolver.

Mas as medidas entrarão em vigor. O governo começa a desacelerar a economia. Libera a taxa de juros, impõe restrições ao crédito, libera o preço de vários produtos antes controlados, diminui o investimento em obras públicas e, já no primeiro trimestre, conforme o Jornal O Trabalho noticia, ocorre uma queda pela primeira vez em 11 anos do setor industrial (de 1,5%), enquanto começa a crescer o índice de demissões e a inflação ultrapassa os 100%.[78]Este assunto das demissões será continuamente abordado pelo Jornal, que defende a resistência por meio de greves e mobilizações ao processo de demissões que prossegue, e claro, o aprofundamento do desenvolvimento do PT, no interior do qual o jornal abre a discussão sobre a necessidade de exigir o cancelamento da dívida como única saída concreta para a situação. Num artigo de fundo publicado no jornal que busca explicar as consequências da elevação da taxa de

[76] Cf Jornal O trabalho n° 72, página 3
[77] Cf.Jornal O Trabalho n° 73, página 2
[78] Cf. Jornal O Trabalho n° 106 página 3

juros dos EUA para o conjunto da economia global, a formulação do cancelamento da dívida será retomada. Diz o artigo:

> As repercussões do aumento ocorrido nos últimos anos na taxa de juros dos Estados Unidos e de outros países imperialistas são enormes no Brasil, onde a Ditadura militar busca direcionar os rumos da economia de acordo com as necessidades de pagamento da dívida externa. Esta que era de 54 bilhões de dólares em 31 de março (de 1980), deverá chegar a 60 bilhões até dezembro.
> (...)Só de juros o país deve pagar este ano, entre 15 e 16 bilhões de dólares de sua dívida. Isto porque, em função do aumento nas taxas de juros, este ítem do pagamento (juros) deverá ser superior em pelo menos 2,2 bilhões de dólares com relação ao previsto inicialmente (...). E nos últimos 12 anos os juros da dívida externa brasileira cresceram nada menos que 5000%.
> Como o regime militar está muito mais preocupado em saldar seus compromissos com o capital financeiros internacional do que com qualquer outra coisa, várias medidas que afetam a maioria da população vêm sendo adotadas para pagar a dívida. A principal delas é a de frear o crescimento econômico, criando um certo excedente para a exportação a fim de possibilitar um melhor desempenho no balanço de pagamentos. O resultado prático desta política é a recessão econômica, que, como se sabe, atinge em cheio a classe trabalhadora. Que por sua vez, em lugar de continuar pagando os altos juros, deseja o cancelamento da dívida frente ao imperialismo.[79]

` De fato o país vai, a cada dia mais, desacelerando a economia. Enquanto a inflação continua nas alturas o governo prevê em 1981 um orçamento para 1982 que na prática significa uma redução drástica dos investimentos públicos, sobretudo nos gastos sociais como saúde e educação. A política de "arrocho salarial" continua e enquanto o PT vai se afirmando como um Partido de classe, cresce o número de greves e de campanas salariais que se chocam com o regime, que busca por meio do PMDB e de outros partidos de oposição integrar o PT na administração da crise.

[79] Cf. Jornal O Trabalho n° 121, página 10.

Apesar do desinvestimento a dívida continua crescendo e os bancos internacionais lucrando mais e mais às custas da deterioração das condições de vida no Brasil. O Jornal registra o astronômico lucro do City Bank por exemplo, em 1981. Este Banco sozinho detinha 8% da dívida externa do Brasil e obteve um lucro de 45% em suas operações, superando o lucro nos EUA, onde obteve 25%[80]

As previsões feitas pelo regime para o controle da dívida não se sustentam depois de cada semestre e a dívida continua a se ampliar. Novos empréstimos continuam a ser contraídos para pagar o próprio serviço da dívida anterior. E uma semana depois que ministros do governo Figueiredo anunciaram que a dívida em 1982 ultrapassaria os US$ 75 bilhões de dólares, o próprio Figueiredo deixa escapar num discurso em Manaus que a dívida ultrapassaria na realidade os US$80 bilhões. A edição 165 apresenta uma tabela elaborada por "economistas" que prevê que a dívida chegaria a 87,5 bilhões, como estimativa, um pouco acima do valor efetivo, que chegou a US$ 81 bilhões.

Como o fenômeno deste endividamento "bola de neve" não era exclusivo do país, antes do Brasil "quebrar" o México, cuja dívida nominal era superior à do Brasil, foi a bola da vez. Em agosto de 1982 este país decretou moratória, depois que a Argentina já tinha ido pelo mesmo caminho, além da Polônia. Na sequência a maioria dos países da América Latina apresentaram insolvência.

A edição de fins de agosto de 1982 do Jornal O Trabalho registra o caso Mexicano, cujo governo decidiu renegociar a dívida aceitando as condições impostas pelo FMI que incluíam um evidente arrocho sobre salários e a não importação de produtos básicos acessíveis pelos trabalhadores. Para O Trabalho essa seria a demonstração clara de que

[80] Cf. Jornal O Trabalho n° 153, Página 11

a solução não passava pela renegociação da dívida, mas pelo seu cancelamento, não pagamento etc. Ao todo, acusa o jornal, o conjunto dos países "atrasados" deve "aos banqueiros imperialistas mais de 600 bilhões de dólares".[81] Esta cifra será corrigida na edição seguinte depois dos resultados da famosa reunião do FMI em Toronto em 1982 que reuniu governos de diversos países para evitar a bancarrota do sistema financeiro divulgar que o valor ultrapassa os US$ 800 bilhões.

Por ocasião da reunião de Toronto um importante artigo de fundo é publicado pelo jornal debatendo as questões que a sociedade e a grande imprensa da época aventavam como solução para o problema. O Trabalho procura desenvolver sua tese de que, sendo o Brasil um país capitalista atrasado sua economia é controlada pelo Imperialismo que oferece empréstimos para dominar a própria indústria de países como o Brasil ou obrigar tais países a comprar dos emprestadores. Para O Trabalho trata-se de um ciclo vicioso alimentado pelos banqueiros internacionais que querem que os países fiquem devendo, não interessando que o Brasil, por exemplo, pague a sua dívida integralmente, pois entre os principais mecanismos de maximização dos lucros está o pagamento constante de juros. Para os banqueiros quando um país quebra é o momento de forçar a aplicação de medidas que recaem sobre as costas dos trabalhadores. O problema dessa crise de 1982 estaria no alto número de países que já estavam quebrados ou ameaçavam quebrar simultaneamente, podendo arrastar todo o sistema financeiro internacional ao colapso. Para evitar algo assim a ofensiva sobre os povos dos países latino americanos seria particularmente brutal. Por isso – defende O Trabalho – há apenas uma saída "a ruptura com o Imperialismo".[82]

---

[81] Cf Jornal O Trabalho n° 166, página 11
[82] Cf. Jornal O Trabalho n° 169, página 3

O governo Figueiredo espera passar as eleições e finalmente corre ao FMI e ao governo dos Estados Unidos em busca de empréstimos. Figueiredo saiu em minoria, obtendo 40% dos votos diante do conjunto somado das oposições, mas o desemprenho do PT, o mais radical partido de oposição tinha sido tímido. Apenas 3% do eleitorado nacional votou no PT. O acordo com o FMI é fechado em dezembro e em janeiro de 1983 chega no Brasil a missão do FMI. Reagan visita o país e concede um "empréstimo ponte" de 1,3 bilhão de dólares enquanto as condições do ajuste são negociadas com o FMI, que passaria a avaliar a condução da economia do país a cada três meses.

As "recomendações são apresentadas. O Trabalho registra: redução do investimento público, cerca de 12% a menos nos gastos sociais e 21% no orçamento das estatais, fim da taxação progressiva das remessas de lucros que obrigava as multinacionais a reinvestir parte dos lucros no próprio país e facilitação da entrada de capitais estrangeiros na bolsa de valores brasileira[83]. O PT em contrapartida passa a denunciar a presença do FMI, o que ajuda a demonstrar a subserviência ao capital internacional por parte do regime militar que sempre se escondeu atrás de um discurso nacionalista, embora a multiplicação da dívida e a abertura do país ao capital estrangeiro tenham demonstrando, na prática, outra coisa. O governo vai além. Modifica a lei salarial por decreto pressionando os salários para baixo e vê crescer o desemprego diante da desaceleração da atividade econômica. A relação com o FMI parece estremecer depois da manobra da "maxidesvalorização" do cruzeiro, mas, depois de um tempo, e de ainda mais deterioração das condições de vida do povo, o governo militar e o FMI voltam a se acertar. Um segundo acordo é estabelecido enquanto no plano da política Figueiredo pede uma "trégua" para "tirar

[83] Cf Jornal O Trabalho n° 183, página 2

o país da crise". O PCB chega a declarar que aceitaria a tal trégua, mas o PT recusa a trégua em nome de prosseguir organizando os trabalhadores para enfrentar as medidas de governo e denunciando Figueiredo e o FMI, o que ajuda a consolidar o próprio PT como Partido Operário com clara vocação anti-imperialista na década de 1980, enquanto o PCB vê sua influência declinar ainda mais perante as massas trabalhadoras, que ambos pretendem representar.

O novo acordo com o FMI vem acompanhado de novos pacotes que mantém o arrocho salarial, ampliam preços em particular de derivados do Petróleo, além do trigo e prevê mais cortes nas estatais. Em consequência em julho de 1983 metalúrgicos do ABC e petroleiros de SP decretam uma greve simultânea que O Trabalho defende que se transforme numa greve geral[84]. O movimento termina frustrado, canalizado para um dia nacional de luta, mas aprofunda no PT a diferença entre aqueles que defendiam o acerto com outros partidos de oposição e aqueles que consideram que o PT deva manter sua posição independente para enfrentar o regime, que O Trabalho considera a fonte principal dos problemas aos quais o povo estava submetido.

O Regime, apesar dos acordos com o FMI por meio do acerto de terminadas medidas já enunciadas, entretanto, hesita em colocar em prática até o fim essas medidas. Sua hesitação deriva da complicada situação política em que se encontra. Afinal sua intenção declarada era manter a eleição por meio do Colégio eleitoral, mas com cada vez menos simpatia da população teme pela ação da oposição, sobretudo pela ação do PT que pode galvanizar a situação.

Seus temores se justificam. O grau de descontentamento é tal que o ano de 1984 se inicia com uma série de mobilizações de massa

[84] Cf. Jornal O Trabalho n°208, capa página 1.

por "diretas já" que mobilizam milhões de pessoas em todo o país, canalizando todo o descontentamento com a situação econômica para a questão do poder. Não só o PT conduz as manifestações, mas enquanto o PT propõe mobilizações de rua, líderes da oposição, notadamente do PMDB a evitam, até que não podem mais evita-la e se juntam às manifestações, que pressionam pela aprovação da emenda que permitiria o povo votar para presidente. A votação, entretanto, é derrotada e com ela a mobilização popular naquele momento.

Vem o Colégio eleitoral, como já assinalamos. O PT Boicota sob uma alegação, dentre outras, de que pelo colégio se elegeriam políticos comprometidos em manter a mesma política economia subordinada aos ditames do FMI. De fato, Tancredo eleito, se apressou a dizer que honraria os acordos firmados com o FMI, enviando seu Sobrinho e futuro ministra da Fazendo, Dornelles para uma reunião com o diretor do FMI em Paris. Tancredo adoece e morre. Sarney assume e adota o plano cruzado, continua pagando a dívida por um tempo, mas depois em 1987 declara moratória unilateral, embora a dívida estivesse ali pendente, pressionando contra outros tipos de investimento externos.

Com Tancredo eleito ou adoecido o PT prossegue sua luta contra a dívida, estendendo-a a inciativas continentais. Participa nos dias 14, 15 e 16 de julho de uma Conferência Sindical de trabalhadores da América Latina e Caribe sobre a Dívida externa, em Havana, que decide, entre outras coisas por um dia continental de mobilização em 23 de outubro, que O Trabalho, já transformado em revista mensal, cobre e faz a propaganda.[85]

[85] Cf Jornal O Trabalho n° 247, página 6

3. Algumas Conclusões Sobre a trajetória da dívida

A breve análise da trajetória da dívida permite chegar a algumas conclusões parciais. O empréstimo de crédito externo que para o Estado Brasileiro teve início em 1824 (levando-se em conta, obviamente a dívida pública externa, e não o investimento estrangeiro direto de risco) assumiu duas características principais: o financiamento de obras públicas com construção do Estado Nacional (Exército, Ferrovias, Portos etc.) e o acerto das contas decorrentes dos constantes déficits que predominaram ao longo deste um século e meio analisados. Acontece que o mecanismo da dívida, é, ele mesmo, um meio de perpetuar constantemente este estado de coisas, quer dizer, uma vez que o Estado brasileiro realizou um empréstimo para viabilizar um determinado investimento, as contas deficitárias que são o resultado do estágio precário do desenvolvimento do mercado interno, levavam aos déficits e a consequente dificuldade de pagamento dos juros e das amortizações, empurrando os dirigentes do país a novos empréstimos diante do temor de não conseguir quitar as contas e verem encerrados as possibilidades de crédito ou de verem abalados os negócios com os países industrializados. O empréstimo de 1829 é o primeiro com essa característica, por assim dizer, mas foi assim também com os empréstimos de 1859, 1875, com a operação de troca em 1889 e os 3 funding loans de 1898, 1914 e 1931. Todos feitos explicitamente com o objetivo de levantar mais recursos para prosseguir o pagamento da dívida.

Essa avidez por garantir o pagamento da dívida, antes mesmo de colocar em dia as contas internas, os gastos públicos etc. de modo a perpetuar os negócios com os países industrializados evitando rusgas é provavelmente alimentada pelo caráter histórico da própria classe dominante nacional e da formação do Estado Nacional, mas também decorre de pressão interna. A maior parte dos empréstimos, tanto no

século XIX quanto no século XX continha clausulas que obrigavam a utilização de pelo menos parte desses recursos para adquirir produtos do país de origem dos credores, ou, pelo menos isso se realizava por meio de acordo informais, que não fossem cumpridos prejudicariam os próximos empréstimos.

Não se trata de um detalhe o fato assinalado de que o Estado brasileiro independente nasceu completamente subordinado aos interesses da antiga metrópole. O próprio soberano abdicou do trono em determinado momento para disputar o trono de Portugal. Isto revela no mínimo a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, cujo prolongamento, dá lugar a característica fundamental da burguesia brasileira no seu conjunto: a subordinação aos interesses estrangeiros. É claro que isso pode ter sido momentaneamente enfrentado por este ou aquele representante da classe dominante individualmente ou até por determinado grupo com relações com o poder (Getúlio em 1937, João Goulart em 1964), mas até os dias atuais, ao fim e ao cabo sempre prevaleceram os interesses de classe da burguesia subordinada, e portanto, do capital estrangeiro. Por isso, ainda que efêmero, o episódio da moratória em 1937, no quadro da crise internacional desencadeada em 1929, aparece como uma medida de soberania nacional, que Getúlio Vargas tratou de galvanizar, relativizado pelo acordo permanente de 1943, que era uma concessão em relação à postura anterior de não pagamento, mas que ainda deixou os investidores estrangeiros insatisfeitos. Do mesmo modo o anúncio de Goulart em fins de 1963 e início de 1964 de pretender não pagar a dívida está evidentemente ligado ao processo de golpe perpetrado pelos militares em consonância com os interesses do governo dos Estados Unidos e do capital financeiro em geral.

É levando esta questão em consideração que o debate entre desenvolvimentistas ou neodesenvolvimentistas poderia ser reavaliado. Levando em consideração a sua história e formação e o

estágio de divisão do mercado mundial, seria a burguesia brasileira capaz de conduzir um processo de desenvolvimento industrial soberano e democrático? Que alternativas há a essa possibilidade?

É claro que esta subordinação tem sido sistematicamente estimulada pelo próprio capital estrangeiro dos países industrializados, cujo interesse em exportar capitais é evidente. Mesmo nas piores condições, com raras exceções, a postura dos banqueiros ingleses parece ter sido sempre a de quem pretende negociar em melhores condições, impondo até aonde fosse possível os seus interesses, chegando mesmo a sugerir e realizar várias ingerências sobre a condução da economia nacional.

Os dados apresentados demonstram claramente que ao longo de todo o século XIX houve predominância do capital inglês sobre os empréstimos levantados através de emissões de títulos da dívida pública externa brasileira. Este predomínio, ao que tudo indica completamente exclusivo, já que não havia capitais de outra origem para os empréstimos governamentais, se expressava completamente nas importações brasileiras. O Reino Unido era o grande exportador para o mercado brasileiro, embora não fosse ele mesmo um grande importador dos produtos fundamentalmente agrícolas do Brasil.

No século XX, entretanto, há uma mudança das relações comerciais que são potencializadas pelo processo de exportação de capitais. Entram em cena os capitais franceses a partir de 1905, que embora tenham ocupado um largo espaço do capital total emprestado, recuam logo na segunda década do século, e finalmente entram em cena também os dólares dos Estados Unidos, com uma avalanche de capitais a partir de 1915, que ultrapassa até 1930 o total investido pelo próprio Reino Unido para o mesmo período. Desde 1901, entretanto, os Estados Unidos já era o principal destino das exportações brasileiras, consumindo uma grande quantidade de café. Esses fatos concorreram para que gradativamente ao longo da década de 1920 os

Estados Unidos ampliassem as suas próprias exportações ao Brasil, deslocando o capital inglês e também o capital alemão, sobre o qual não apresentamos dados muito consistentes neste trabalho, porque não tem participação na dívida externa brasileira (derivada de títulos), mas que mantinha muitas relações comerciais com o Brasil, usando outros meios para influenciar sua presença no mercado brasileiro.

Essa relação dos Estados Unidos foi completamente consolidada com o início da segunda guerra mundial. Mesmo com a suspensão de novas emissões de títulos da dívida para o levantamento de novos empréstimos a partir de 1932, não impediu que os Estados Unidos continuasse a exportar capitais através de empréstimos diretos governamentais, enquanto o Reino Unido perdia completamente esta capacidade. Este processo foi ainda potencializado pelo Lend Leasing e o esforço de guerra, que afetou a própria capacidade de exportação da Inglaterra e que também teve envolvimento direto do Brasil. Esta relação perdura até os dias atuais, sem que o Reino Unido tenha conseguido se recuperar e com os Estados Unidos se impondo completamente nas relações com o Brasil. E isso não só do ponto de vista da origem e do destino dos produtos de importação e exportação, mas por meio de negócios diretos como fica escancarado desde o governo Juscelino.

A entrada em cena dos Petrodólares evidentemente levou tudo a um novo patamar. Com uma enorme massa de capitais fictícios procurando um lugar para investimento o governo militar foi providencial para que eles aportassem no Brasil. Assim como outros governos militares fizeram o mesmo em outros países da América Latina. O endividamento sem medidas e a abertura pra o controle de ramos inteiros da indústria nacional que passou para mão estrangeiras foram a marca do processo, tanto nos anos do "milagre" quanto nos anos 1980, da chamada década perdida. Mas essa situação que gerou crescimento artificial por um período ao preço da desnacionalização e

que depois levou o país à bancarrota contribuir decisivamente para o surgimento de organizações dos trabalhadores, dos estudantes, do movimento popular dinâmicas que serão decisivas para a queda do próprio regime.

O papel de O Trabalho

É justamente neste processo que surge O Trabalho e é parte deste relato que podemos encontrar nestas 250 edições analisadas. Naturalmente, individualmente cada edição não oferece uma narrativa única e acabada do processo, mas a análise em sequência das edições do período, combinada com a comparação do que a historiografia produziu até aqui permite observar que a questão da dívida está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do PT, como também da CUT e, mais amplamente, à própria queda do regime militar. A recessão causa pela crise da dívida pauperizou a população mas ajudou o desenvolvimento da luta de classes que colocou abaixo a Ditadura Militar.

A resistência à política econômica do governo, às consequências dos acordos com o FMI, derivados da pressão pelo pagamento da dívida tão extensamente retratadas no Jornal O Trabalho, ajudaram a firmar o PT como partido legítimo de representação da classe trabalhadora, ajudaram a fazer com que ele se diferenciasse das manobras que buscavam integra-lo ao acompanhamento da política econômica, mesmo que como oposição ao regime (como fizeram PMDB e outros) e isso foi determinante para que ele crescesse na consciência do povo trabalhador brasileiro como seu representante. Esse processo se aprofundará nos anos seguinte e também será permeado de contradições em função do próprio desenvolvimento da política ulterior do PT na década de 1990 e depois no governo federal. Mas tem sua

origem no importante capítulos da história de luta da classe trabalhadora no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Bibliografia

ABREU, M de P. **A Dívida Pública Externa do Brasil, 1931-1943**, Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro v. 5 n°1 Jun. 1975.

---------- **On the Memory of Bankers: Brazilian foreign debt, 1824-1943**. Political Economy, Oxford. v. 4-1, 1988.

---------- **A Dívida Externa Brasileira em francos**, 1888-1956. Revista de economia Política, Vol. 14, n° 4 (56), 1994.

---------- **Brasil, 1824-1957 Bom ou mau pagador**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, n° 403, 1999.

---------- **O Brasil e a economia Mundial (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira, **A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da Ditadura**, In Santos, Cecília Macdowell; Teles, Edson; Janaína, Teles (Org.) Desarquivando a ditadura, Memória e justiça no Brasil, São Paulo, Hucitec, 2009.

ARRIZABALO, Xabier Montoro, **Capitalismo y Economia mundial,** Madrid, Instituto Marxista de Economia, 2014.

ASA, Briggs e BURKE Peter, **Uma história social da mídia.** De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar..2006.

BENAKOUCHE, Rabah, **Bazar da dívida externa brasileira,** São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise do Estado.** São Paulo. Nobel. 1992.

CAMPOS, José Roberto. **O que é Trotskismo.** SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, nº40, 1985

CARNEIRA, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS (1924-1954),** São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2003

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena.** São Paulo, UNESP.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. **Os Métodos da História**, Rio de Janeiro: Graal, 1979

CARREIRA, L. de C. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil desde sua Fundação**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires, **A economia brasileira em marcha forçada,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DAWSON, F. G. A primeira crise da dívida Latino - Americana (A city de Londres e a bolha especulativa de 1822-1825). São Paulo. Editora 34. 1998.

DOWNES, R. Autos over Rails: How US Bussiness suplanted the British in Brazil. 1910-1928. Journal of Latin American Studies, 24 (3), 1992, pp 551-583.

DEVEZA, Guilherme. **Política tributária no período imperial**. *In*: Buarque de Holanda, Sérgio (dir.), *História geral da civilização brasileira.* 4ª ed. Tomo II, 4º volume. São Paulo: Difel, 1985.

ESPÍNDOLA, Arlei de. **Karl Marx e a Gazeta Renana,** disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n1_arlei.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2014

FATTORELLI, Maria Lucia (2012). Caderno de Estudos – A Dívida Pública em Debate. Editora Inove, Brasília.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da USP. 1994.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Comunicação e resistência na imprensa proletária**. São Paulo, USP, 1990. Tese (Livre Docência em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

FRANCO, G. H. B. **A primeira década Republicana**. In ABREU. M. P. (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.Rio de Janeiro, Campus, 1990. 11-30.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. e TONETO JUNIOR, Rudnei. **Economia Brasileira Contemporânea.**

IBGE, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2° ed. rev. e atual. Do v. 3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro. 1990

KAREPOVS, Dainis. **O Arquivo Edgar Laurenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil.** In Cadernos AEL - Trotskismo. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL v. 12, N° 22/23,2005

KAREPOVS, Dainis e Marque Neto, José Castilho. **"Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas 1930-1966,** In: Ridenti, M. (et. al.) História do marxismo no Brasil, v. 5 , Campinas: Unicamp, 2007

KAREPOVS, Dainis e Leal, Murilo. **"Os trotskismos no Brasil 1966-2000"**, In: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis: História do Marxismo no Brasil, v. 6 , Unicampo, 2008.

LAMBERT, Pierre. **"Os ensinamentos de Nossa História"** IN O Trabalho, nº32 17/set a 1/out 1979 A História do Trotskismo (2ª parte), p.6

LAMBERT, Pierre. **O combate pelo jornal "informations ouvrieres"**, in Revista A Verdade, n°60/61, São Paulo, 2008.

LAMBERT, Pierre. **História das Internacionais**, São Paulo: edições O Trabalho, 2005

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo,** São Paulo: Nova Palavra, 2007

LÊNIN, V. I. **Que fazer? A organização como sujeito político**, São Paulo: Martins Fontes, 2006

MARIE, Jean-Jaques. **Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional**, São paulo: Palavra editora, 1981.

MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES NETO, José Castilho (Org). **Mario Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política Vol. I.** São Paulo, Boitempo. 2013.

MARX, Karl. **A liberdade de imprensa.** Porto Alegre: L&PM, 1980.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia,** editora escala, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. *Notas sobre as recentes instruções prussianas relativas à censura.* In.: MARX. Karl; ENGELS, F. **Sobre literatura e arte.** São Paulo: expressão popular, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**, São Paulo, Boitempo, ano 2013

MIANI, Rozinaldo Antonio, **Imprensa das classes subalternas: atualização e atualidade de um conceito**, In Em Questão, Porto Alegre, 2010.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Liberdade... e Luta. Considerações sobre uma trajetória** política (anos 1970). Campinas, 2012.

SOARES, Glaucio Ary Dillon Soares, **Censura durante o Regime Autoritário,** in Anais da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**, Rio de Janeiro, Mauad, 1999

TESOURO NACIONAL. Dívida Pública: uma experiência Brasileira, Brasília, 2009

THOMPSON. E.P. **Formação da classe trabalhadora inglesa –** 3 volumes**,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TOLEDO, Cecilia. **Trotski e a Imprensa Operária**, in Marxismo Vivo n° 13, São Paulo: Sundermann. 2006,

TROTSKY, Leon. **Programa de Transição.** In: O programa da Revolução, São Paulo: Nova Palavra, 2009

TROTSKY, Leon. **Minha vida**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida.** Lisboa, Antidoto, 1979.

TOUSSAINT, Eric; MILLET, Damien (2006). **50 Perguntas e 50 Respostas sobre Dívida, o FMI e o Banco Mundial.** Boitempo Editorial, São Paulo.

ZILIOTTO, Guilherme. ***Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)****, São Paulo, UNESP. 2011.*

Com a participação de 93 delegados, representando estudantes de oito Estados do Brasil, e mais 70 observadores, a tendência estudantil Liberdade e Luta realizou no último sábado, na USP, sua I Conferência Nacional. Josimar Moreira de Melo F°, candidato à presidência da UNE, considera sua realização "um marco dentro da história do movimento estudantil, em função do papel decisivo que desempenhamos". A I Conferência estruturou definitivamente a tendência a nível nacional, elegendo uma direção com mandato de um ano, além de aprovar os principais eixos de luta que a LL impulsionará daqui para frente.

"A base sobre a qual nossa tendência se estrutura são as entidades livres dos estudantes, da UNE aos centros acadêmicos. É no seu interior que pretendemos organizar setores significativos da grande massa estudantil que hoje acorre às entidades", disse Josimar. E acrescentou:

"Partimos da compreensão do caráter sindical do ME. Sua vocação é de participar, dentro da luta pela satisfação das reivindicações, do movimento geral de derrubada da ditadura, com a qual se choca a cada momento. Por isso, atualmente o programa de Liberdade e Luta se define em três pontos: independência política e organizativa, satisfação das reivindicações e fim da ditadura. É a partir destes princípios que LL pretende realizar a unidade do estudantado em suas entidades livres."

Esta política já produziu seus primeiros frutos: em várias escolas da USP, LL recuperou a direção de centros acadêmicos, como na História e na Filosofia agrupando em torno de estudantes independentes e outras tendências. "A construção da tendência a nível nacional não é só necessária; é imprescindível para que a independência do ME seja garantida e a unidade realizada", disse Josimar.

ENSINO PAGO

A primeira parte da Conferência Nacional tratou das lutas que LL pretende encaminhar. Elas foram sistematizadas num manifesto, que depois de receber 15 emendas dos delegados, foi aprovado por unanimidade. Diz ele: — "nacionalmente, concentramos hoje nossos esforços no combate ao Ensino Pago, um dos pilares da Reforma Universitária, imposta pela ditadura; por isso lutamos pelo boicote nacional às matrículas para impedir o pagamento das sobretaxas ou aumentos nas anuidades, nas escolas privadas, e de qualquer taxa de matrícula nas escolas públicas. Lutamos para que as entidades estudantis assumam esta bandeira, e particularmente para que a UNE realize, em março de 1980, um Congresso que unifique a luta nacionalmente. E chamamos todos os estudantes a que conosco batalhem por esse dinheiro que é de toda a população: Ensino Público e Gratuito".

Segundo a proposta, este Congresso seria precedido, onde fosse possível, de congressos ou encontros estaduais ou metropolitanos. O Congresso da UNE ainda se torna mais necessário em função do grande número de escolas que, em todo o País, já começou a luta contra o Ensino Pago (ver matéria ao lado).

ESTRUTURA

Liberdade e Luta será organizada a partir de núcleos por escola ou grupos de escola; os coordenadores destes núcleos se reúnem em colegiados. que elegem representantes para o colegiado estadual. Em todos os Estados onde há núcleos de LL já foram realizados encontros, para formar os colegiados estaduais, a exemplo de São Paulo (OT n° 36).

Por ser uma tendência sindical, Liberdade e Luta programa suas atividades em função do ritmo das lutas e mobilizações do ME. Assim, a próxima Conferência, em princípio, está prevista para julho de 1980, visando preparar as eleições para a UNE. Ao apresentar a proposta de estruturação, Josimar destacou a autonomia que os núcleos desfrutarão em suas frentes de trabalho. "Cabe aos núcleos traçar a política imediata para sua escola", disse ele.

Outro ponto importante é a luta para obter, junto às entidades, locais para instalar sedes da tendência, o que atualmente não acontece. "É a luta pelo direito de tendência dentro dos sindicatos livres, a mesma que levamos quando propusemos uma diretoria pluritendencial para UNE, em proporção aos votos obtidos por cada uma das tendências".

MOÇÕES

Além do manifesto, que sistematiza as novas bases de Liberdade e Luta, os delegados aprovaram várias moções. A primeira apóia o comício pela legalidade dos partidos e organizações que se reivindicam da classe operária, proposto pela Organização Socialista Internacionalista. Outra apóia a Conferência Nacional pelo Sindicato Livre/Pela Central Sindical Independente, marcada para 16 de dezembro, para a qual LL enviará uma delegação, além de pedir apoio da UNE. Três moções se referiram a episódios internacionais: pela libertação dos 14 militantes do HKS do Irã: dos cinco sindicalistas presos em El Salvador; e dos 60 dirigentes do Movimento da Ação Popular, detidos pelos sandinistas. Duas moções de repúdio também foram aprovadas: ao ataque terrorista contra a sede do CA da FG' (SP), sede provisória da UEE e da UNE; e ao PAM (Plano de Aperfeiçoamento Médico) que quer acabar com a residência.

ANEXO B – Jornal O Trabalho n° 0, página 2

APRESENTAÇÃO

Na história que os trabalhadores escrevem, os jornais quase sempre foram personagens indispensáveis. No Brasil vem sendo assim desde o início do século: nos períodos de democracia ou sob as ditaduras mais negras, os trabalhadores nunca deixaram de circular a sua imprensa. **A Nova Era, A Greve, A Voz do Trabalhador,** e muitos outros, surgiram ali, nas ruas e nas fábricas, nos grêmios e nos sindicatos, sempre procurando ampliar seu protesto e sua revolta.

1964 trouxe, entre outras coisas, a censura sem camuflagens. Não que a censura veio como novidade, mas apenas que ela veio mais intensa, áspera e rígida. Os jornais e revistas, as rádios e televisões, a música e a literatura, o cinema e o teatro, passaram a conviver com um ilustre conhecido: o censor. Junto com ele veio um aparato montado e treinado nas artes da intimidação. Após 1964, pelo menos essas artes não sofreram restrições de espécie alguma.

Inúmeros jornais foram dobrados sob o peso desse aparato. Quando não se curvaram por falta de recursos, se curvaram na marra.

Dos jornais do período pré-64, poucos sobraram. É claro que não estamos falando da grande imprensa dirigida pelos poderosos. Falamos dos jornais que expressavam uma opinião popular, que representavam uma parcela daqueles que trabalhavam. Falamos da imprensa sindical, que sofreu um golpe tão duro quanto os próprios sindicatos. Seus jornais calaram. E quando não o fizeram, passaram a servir apenas como veículos de decretos ministeriais, de novas colônias de férias ou de bailes carnavalescos. Tornaram-se órgãos de entidades recreativas e assistenciais. De tribuna das lutas sindicais, transformaram-se em porta-vozes de burocratas. Que também são censores.

O TRABALHO nasce contra os censores de todos os tipos, inclusive contra aqueles que procuram esconder seu verdadeiro rosto. Como, por exemplo, aqueles que prendem jornaleiros, para forçá-los a não expor os jornais independentes nas bancas. Ou então, como aqueles que impediram a impressão de **O Bagaço,** no Rio de Janeiro, ou o **Debate,** em Maceió. Ou ainda, como aqueles que ameaçam as distribuidoras, como a Fernando Chinaglia, por exemplo, que foi pressionada para não distribuir mais **O Repórter.** Ou então, como os censores mais puros, como aqueles que invadiram a redação do **Movimento** e saquearam seus arquivos.

O TRABALHO nasce assim, solidário à luta pela democracia que está em curso neste país. Por isso, O TRABALHO dá o seu apoio incondicional ao Comitê de Imprensa Independente.

Este é o primeiro passo que damos no árduo caminho que leva ao fim da censura nas artes e na própria vida. Este caminho vem sendo trilhado há muito pelos trabalhadores. A eles, a solidariedade de O TRABALHO. Com eles, nosso grito por LIBERDADE.

ANEXO C – Jornal O Trabalho n° 27, página 1 (capa)

O TRABALHO

O TRABALHO

NO SUL, UMA ESTUDANTE FOI BALEADA PELO DOPS

ABAIXO A ANISTIA RESTRITA

LIBERDADE PARA SABATA

Em Minas, um Congresso cria Associação Livre

IRÃ

O Partido Socialista dos Trabalhadores do Irã – HRS lançou um apelo internacional pela libertação de 15 militares presos em Ahwaz pela polícia do Khomeini. Na foto, a capa do jornal **Kargar** – O Operário porta-voz dos trabalhadores iranianos.

EDITORIAL

Light: porque a greve não saiu?

Em Goiás, camponeses derrubam pelegos

ANEXO D – Jornal O Trabalho n ° 37 página 3

De quem é o PT?

Ele se apresenta como partido operário. Não é verdade

Seria o Partido dos Trabalhadores, ou o Movimento pró-PT, o embrião de um partido operário?

A discussão está colocada, nela estão envolvidos personagens como José Ibrahim e Manoel da Conceição, líderes dos trabalhadores brasileiros num passado recente, Lula e Henos Amorina, dirigentes sindicais bastante preocupados pelos patrões e sua imprensa, Convergência Socialista e ainda uma série de grupos políticos que atuam na clandestinidade.

Esta discussão deve começar pelo princípio: o que é um partido operário? O que é um partido sem pelegos e sem patrões?

Em diversos países do mundo, os trabalhadores construíram seus partidos diretamente a partir de uma vanguarda internacional do proletariado — fosse a II Internacional (Social-Democrata), a III Internacional (Comunista) ou a IV Internacional, fundada por Leon Trotsky em 1938, destruída pela crise pablista de 52/53. Em outros países, como a Inglaterra no início do século, a classe operária construía seu partido, o **Labour Party** (Partido Trabalhista) num processo bem diverso. Até 1900, mais ou menos, os trabalhadores ingleses, que possuíam sindicatos próprios, construídos por seu movimento, controlados por eles e só por eles, costumavam votar num partido burguês — o Partido Liberal — para garantir o cumprimento de algumas leis sociais que beneficiavam o proletariado. Quando a burguesia inglesa, afundando-se na crise que envolvia todo o imperialismo britânico, foi tornando-se cada vez mais incapaz de cumprir tais acordos, os trabalhadores se colocaram a necessidade de garantir uma representação própria no Parlamento. Foi assim que a comissão de representação política dos sindicatos resolveu construir o Labour.

COMO LÊNIN VIA A QUESTÃO DO PARTIDO OPERÁRIO

Em outros países, como Austrália, Nova Zelândia, Canadá e até mesmo em algumas regiões dos Estados Unidos, surgiram partidos desse tipo, sem qualquer vínculo internacional — ao menos no processo de sua formação — comprometidos apenas com a defesa das reivindicações imediatas dos trabalhadores. Até mesmo seu programa político era extremamente confuso, não-científico. Mais uma vez, o caso do Partido Trabalhista inglês é exemplar: ele não se reivindicava do socialismo.

Mas por que, mesmo sabendo de tudo isso, em nome do Partido Bolchevique Lênin defendia o direito do Labour se filiar à II Internacional, antes de sua degeneração? Por que, anos mais tarde, o mesmo Lênin chamava os comunistas ingleses a entrarem no Partido Trabalhista, mesmo sendo ele um partido claramente reformista? Porque se tratava do partido da classe operária inglesa, que expressava a ruptura dos trabalhadores com a burguesia desde o seu nível mais elementar — marcada por seus sindicatos independentes. Era o fato do Partido Trabalhista estar ligado diretamente a estes sindicatos — portanto, às lutas dos trabalhadores — que fazia dele um partido de classe.

No Brasil, a situação é totalmente diferente. Em vez de sindicatos livres, o que existe no país é uma estrutura sindical atrelada ao Estado, instrumento da ditadura para bloquear a luta dos trabalhadores. É por isso, aliás, que **todas estas lutas** colocam, em primeiro plano, a questão de sua organização independente no terreno sindical, levando à construção de comissões de fábrica, de verdadeiros comandos de greve, de sindicatos livres, colocando a necessidade de se formar uma central sindical independente do Estado e dos patrões. Apenas apoiado nesta base — da independência de classe — é que poderia ser construído um partido operário no Brasil.

A PRÁTICA DO PT: APOIO À ESTRUTURA SINDICAL ATRELADA

Mas o agrupamento pró-PT não só não tem procurado apoiar este movimento, como vai além — e tenta bombardeá-lo de todos os meios. Unindo-se à Intersindical de Joaquim dos Santos Andrade e do jornal "Unidade Sindical", o PT busca reforçar a estrutura sindical oficial. Embora coloque, em sua carta de princípios, a necessidade de se "derrubar a estrutura sindical", a prática do PT é outra. Tenta dar nova roupagem para velhos pelegos e interventores (como Amorina, de Osasco, como Lins, de São Caetano), criando novas barreiras à independência da classe, como o delegado sindical, extenção do sindicato — CLT, aceitando e barganhando a intervenção do Ministério do Trabalho nas entidades (como fez Lula na greve do ABC).

Foi para conseguir a satisfação de suas aspirações mais elementares, um aumento salarial de acordo com suas necessidades, de melhores condições de vida e trabalho, que três milhões e meio de trabalhadores fizeram greves, de mais de 78 para cá. Nestas greves, o que eles colocaram foi a necessidade de construir instrumentos efetivos para levar esta luta, os sindicatos livres. Neste processo, golpearam a estrutura sindical e a própria ditadura, que não pode conviver com suas mobilizações, que a todo momento tenta retomar qualquer conquista arrancada aos patrões.

Para isso, a ditadura se vale de um pilar central: a estrutura sindical oficial. Comprometendo-se com esta estrutura, valendo-se de todos os meios para sustentá-la até onde for possível, o PT não cumpre o papel de um partido operário, mas começa a constituir-se muito rapidamente, num pilar adicional para manter a ditadura, num novo obstáculo para a luta da classe operária.

ANEXO E – Jornal O Trabalho n°

Reforma partidária

Trabalhadores querem partido operário

"Assumindo posições que já vão para além das fronteiras do cinismo e do escárnio público, alguns governadores estaduais estão usando a poderosa máquina administrativa dos orçamentos e da distribuição de verbas como instrumento de coação política". (Jornal "Folha de S. Paulo", 7/2/1980).

Este editorial acima sintetiza, com toda a clareza necessária, as preocupações da classe dominante diante dos estreitos limites da reforma partidária decretada pelo general Figueiredo.

Tais limites já haviam ficado claros diante da nomeação do deputado Abi Ackel para ministro da Justiça — onde a ditadura mostrava-se obrigada a ceder até uma pasta de governo apenas para garantir a fidelidade de velhos e corruptos políticos mineiros, que ameaçavam bandear-se para o Partido Popular de Tancredo Neves.

A nomeação de Abi Ackel, contudo, já parece pouca coisa diante das investidas da ditadura para conseguir montar seus partidos de qualquer jeito — em especial a Nova Arena, chamada de Partido Democrático Social. Em São Paulo, por exemplo, as ações do governador Paulo (Lufalla) Maluf para conseguir o apoio de prefeitos e deputados tem sido o seguinte: dinheiro vivo para os mais animados, ameaça de boicote econômico aos prefeitos mais renitentes.

Paulo Egydio Martins, antecessor de Maluf, é quem afirma:

"A Companhia Paulista de Força e Luz ameaça cortar a energia elétrica da cidade, o Sabesp suspende obras de saneamento básico e as agências da Caixa Econômica Estadual congelam os empréstimos dos prefeitos que não aderirem ao PDS."

Tais preocupações, de não legítimos representantes da burguesia e da ditadura, explicam-se facilmente.

O caráter da reforma: é muito e pouco ao mesmo tempo.

A ação dos governadores na constituição do PDS prova, justamente, que o regime não pode ser consequente com suas reformas. Isto é: não pode permitir que a reforma partidária produza partidos políticos diferentes da Arena e do MDB, no sentido de não serem diretamente dependentes das arrumanhas do regime.

Devendo, por exemplo, que as manobras para constituição do PDS "brigadam aos cacos e não haviam vistas nem mesmo antes da revolução de 30", como faz o deputado Tancredo Neves, um dos chefes do PP, a própria burguesia é obrigada a reconhecer a contradição fundamental das reformas promovidas pela ditadura: elas são MUITO E POUCO ao mesmo tempo.

A reforma é muito — no sentido de que qualquer mudança no quadro das instituições montadas a partir de 1964 provoca novas e maiores ondas de instabilidade em todo o regime. Mas a reforma também é pouco — no sentido que não consegue dar conta das novas relações políticas entre as classes sociais, estabelecidas a partir do momento em que o proletariado inverte a relação de forças no País, superando uma postura de resistência à exploração para tentar, através de um movimento que envolve milhões de trabalhadores e outros milhões de jovens e camponeses, jogar abaixo a ditadura militar e tudo o que ela representa.

PCB: pulmão artificial do MDB recauchutado

É este o sentido de seu movimento: mais do que simples reivindicações, os trabalhadores colocam na ordem do dia uma questão política — a necessidade de se organizar para derrubar o regime. É para isso que se coloca a necessidade de se construir uma Central Sindical Independente do Estado, capaz de unir toda a força dos trabalhadores num golpe único contra a burguesia. Também é para isso que centenas de milhares de trabalhadores têm, hoje, uma preocupação: a de construir um partido seu, um partido operário, capaz de dirigir a luta contra a ditadura.

É a existência deste movimento que faz fracassar os planos da ditadura em recauchutar o velho MDB: purificado dos aderentes mais notórios e incorrigíveis, transformando-o no PMDB. Através do PMDB, a ditadura tenta garantir a criação de um MDB ("pântano de oposições") adaptado às novas exigências da luta de classes. Por isso o PMDB reúne notórios representantes da burguesia em seu interior (como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilella e outros), ao mesmo tempo em que procura solidificar uma aliança com partidos e organizações que reivindicam da classe operária, como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e o MR-8. (A importância destas organizações na constituição do PMDB é mais importante do que se imagina. São elas, na verdade, o pulmão artificial deste novo "partido", na medida em que garantem a audiência de setores burgueses junto ao movimento operário).

É este movimento que os trabalhadores realizam, rumo à sua independência no plano sindical e político, que está na origem do movimento pró-Partido dos Trabalhadores.

Reunindo importantes lideranças sindicais em seu interior, o movimento pelo PT enfrentará, neste período, um teste decisivo na sua constituição (ou não) como um partido da classe operária. Este teste é o seguinte: irá ele se dispor a organizar a luta de povo contra a ditadura? Irá o PT levar um combate efetivo pela construção de sindicatos e de uma Central Sindical Independente do Estado? São estas as questões colocadas pela luta dos trabalhadores — e é a partir delas que se pode avançar no caminho de um partido operário.

Movimento pró-PT

Momentos de decisão

O Encontro será num clima quente da luta de classes

Três fatos demonstram que o movimento pró-PT passou a viver, nos últimos dias, momentos decisivos para sua constituição, ou não, como um partido operário.

O primeiro fato: nos dias 12 e 13 de abril, será realizado o Encontro Nacional dos Fundadores do Partido dos Trabalhadores, onde serão aprovados justamente o programa e os estatutos do PT, e onde também serão eleitos a Comissão Diretora Nacional Provisória e seu representante junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Tanto este encontro como seu processo de preparação — programado pela realização de encontros regionais — irão ocorrer no mesmo período em que, nas principais capitais do país, diversas categorias de trabalhadores irão retomar, com toda a força, suas campanhas salariais. Isto quer dizer: este processo de preparação do Encontro Nacional do PT e o próprio Encontro serão realizados sob um clima "quente" da luta de classes, onde centenas de milhares de trabalhadores irão cobrar uma resposta para seus combates. E é aqui que entra o movimento pró-PT: se seus articuladores assumem estas lutas — o que significa organizar o combate geral dos trabalhadores contra a ditadura militar, alimentado em grande parte pelas campanhas salariais — é possível que o movimento dê um salto de qualidade neste período, tornando-se um instrumento efetivo dos trabalhadores em busca de sua emancipação.

Construir um partido operário na luta contra a ditadura

Caso não façam isso, este processo estará bloqueado ou, pelo menos, atrasado.

O segundo fato: no dia 10 de fevereiro, em São Paulo, uma reunião de 1.200 trabalhadores de 18 Estados brasileiros aprovou o manifesto de Fundação do PT. Esta reunião representou um passo positivo no sentido de consolidar o PT, que passou, desse modo, a ter uma base política mais clara do que seus documentos anteriores.

A burguesia procura criar um setor de sua confiança no movimento pró-PT

O terceiro fato é consequência dos outros dois: bastou a articulação do PT ganhar um pouco de solidez, e contar com um manifesto onde seus membros dedicam muita ênfase à organização independente dos trabalhadores, para a burguesia iniciar uma campanha pública visando a impedir o movimento pró-PT de se transformar num partido operário, de classe. Se este era o objetivo que em nenhum momento os editorialistas da imprensa burguesa procuraram esconder, o método escolhido foi simples: primeiro, condenar um suposto "radicalismo" no manifesto aprovado; e segundo, cobrar dos dirigentes sindicais presentes no movimento pró-PT a expulsão dos grupos políticos organizados que atuam no PT, como fez o "Jornal da Tarde" de 12/2, a **"Folha de S. Paulo"** de 20 e 21/2, o **"Jornal do Brasil"** em 21/2. A violência dos editoriais e dos artigos publicados mostra a tática da burguesia: enquanto não puder destruir o PT, tentará agir diretamente sobre ele, interferir em sua organização, com o objetivo de bloquear a constituição de um partido operário, ou pelo menos, atrasá-la ao máximo. É por isso que a burguesia busca definir um setor "não-radical" dentro do PT, capaz de apoiá-la nestes instantes decisivos.

É isto o que a burguesia teme: a constituição de um partido operário, que seria um poderoso fator de desestabilização de seu regime, a ditadura militar, que não poderia conviver indefinidamente com a organização independente dos trabalhadores. Neste momento, só pode caber aos articuladores do PT uma resposta inversa: avançar firme na construção de um partido de classe, instrumento que os trabalhadores e todo o povo brasileiro necessita para derrubar a ditadura militar. É só isso o que pode esperar todas aquelas forças que combatem pela emancipação dos trabalhadores.

ANEXO G – Jornal O Trabalho n° 50, página 12

O TRABALHO

Qual deve ser o programa do PT?

O debate começou. Até os dias 12 e 13 de abril, quando será realizado o Encontro Nacional dos Militantes do Partido dos Trabalhadores, o programa, os estatutos e a direção (a Coordenação Nacional Provisória) estarão em discussão por todos os trabalhadores e jovens interessados na construção de um partido operário no Brasil.

Para encaminhar esta discussão, a Comissão Nacional Provisória do Movimento pró-PT vem divulgando, desde o mês passado, um documento intitulado "Pontos para a elaboração do programa."

Este documento, com 18 páginas e meio, divididas em 6 itens, não define um programa operário para o PT.

E isso por três razões fundamentais: a) em nenhum momento se preocupa em definir o caráter de classe do PT; b) também não propõe que o PT assuma a luta contra a ditadura militar; c) finalmente, deixa de lado a luta pela reforma agrária e pela expulsão do imperialismo. Vamos por partes.

1 O caráter do PT

Esta discussão é a central. A única coisa que distingue o PT dos demais partidos políticos que estão sendo montados a partir da "reforma partidária" decretada pelo general Figueiredo é a perspectiva de construir um "partido sem patrões." Não porque mesmo se tiver um programa que não apresente respostas corretas para todos os problemas da nação, um partido de trabalhadores, sem patrões, é um reforço à organização independente da classe, um passo positivo na luta da classe operária contra a burguesia e seu regime.

Justamente porque o movimento pró-PT é uma **possibilidade** de se transformar num partido de classe é que a burguesia anda tão assustada com ele. Ela se tem se expressa, claramente, nos demagógicos ataques à "radicalização" do PT. Mesmo dentro da articulação existem pessoas que não compreendem a necessidade de se construir um partido de classe. E o que acontece com o deputado — e não existe aí nenhuma espécie de anti-parlamentarismo — Airton Soares, ex-MDB, que já se pronunciou a favor da entrada, no PT, de burgueses como o senador Teotônio Vilela (ex-Arena, atual PMDB) e Severo Gomes, ex-ministro da Indústria e Comércio de Geisel.

Por tudo isso, a primeira discussão colocada para o Encontro de 12 e 13 de abril deve ser, justamente, sobre o caráter de classe do PT.

Sobre isso o documento mantém uma posição que é, no mínimo, ambígua. Assim, está dito, na página 4, que o PT é um "partido dos trabalhadores e da sociedade." Em outra passagem, diz que é um "partido aberto." Em nenhum momento, porém, afirma que é um partido sem patrões, condição básica para que possa se transformar num partido operário.

2 Luta contra a ditadura

Neste ponto, o documento faz uma afirmação correta: "Para o PT não basta dizer 'abaixo a ditadura.' Não basta tampouco falar em abaixo do 'governo dos trabalhadores'. É preciso colocar a questão da democracia em termos concretos." (página 16). Suas conclusões, porém, não concretizam estas palavras de ordem. Pelo contrário.

Em primeiro lugar, no seu "Programa de Ação", não se faz sequer uma referência à existência da ditadura, e da necessidade de se derrubá-la. Ou seja, o documento não só não diz "abaixo a ditadura" como não oferece nenhum caminho para se acabar com ela.

Em segundo lugar, o documento propõe uma outra perspectiva: Democratizar o Estado. Em se tratando do aparelho de Estado brasileiro, todo ele modelado pela ditadura instaurada no poder a partir de 1964, esta perspectiva termina, na verdade, propondo uma reforma do regime. Recusando-se a assumir o combate para derrubá-la, o documento propõe soluções administrativas para os problemas do País: a) restaurar a autonomia dos três poderes; b) recuperar o Parlamento para fins populares; c) co-gestão das empresas estatais por conselhos de empresa onde estarão representados os trabalhadores, que teriam o papel de "fiscais" "inspetores"; e outras saídas semelhantes.

Deixando de lado a luta contra a ditadura, o documento abandona uma questão central para a solução de problema dos trabalhadores: a construção de sindicatos livres, independentes do Estado, e de uma central sindical independente. No primeiro caso, se limita a defender comissões de fábrica e delegados sindicais, indistintamente. No segundo, nem menciona a questão da central sindical.

3 Luta antiimperialista

O documento ignora que o Brasil é um país atrasado em relação aos países capitalistas centrais, e que por isso mesmo toda a sua economia se encontra penetrada e dominada pelo imperialismo. A ruptura de todos os acordos firmados pela ditadura com o imperialismo é parte necessária do combate contra o regime e pela independência nacional, lutas que um partido operário deve assumir se quiser se constituir como o líder das parcelas exploradas da população.

A mesma questão se coloca diante da reforma agrária. É justo apoiar, incondicionalmente, a luta dos trabalhadores agrícolas e dos posseiros, como faz o documento. Mas é errado ignorar que existe o problema da concentração da terra no País e que, num quadro dado pela dominação imperialista, esta questão exige, em diversas regiões, a realização de uma reforma agrária. Esta palavra de ordem permite que o PT se dirija aos camponeses, que cumpra o papel que os trabalhadores esperam dele: ajudar a unidade do povo brasileiro pelo fim do regime militar.

FLÁVIO DE CARVALHO

Começo válido: «Um partido sem patrões»

[illegible] um ano, no 14 de maio do ABC, o documento "PT: uma proposta de programa" se constitui num ponto de partida válido para a discussão do programa e dos estatutos do partido. Para começar, coloca muito claramente que seu objetivo é o de constituir um partido de classe.

"Repudiando todas as formas de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime social, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, o PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!"

Entre os outros objetivos, a proposta se pronuncia "pelo fim do regime militar". Verdade que, se não definir claramente os meios pelos quais o povo brasileiro poderá atingir tal caminho que leva à derrubada da ditadura, esta formulação fica um tanto ambígua. Confunde-se com propostas como "fim do regime de exceção" ou "volta ao Estado de direito". Por isso seria melhor dizer as coisas claramente: ABAIXO A DITADURA. ABAIXO FIGUEIREDO. São palavras de ordem que definem aquele que lutam para acabar com o regime dos trabalhadores, o que inclui aqueles que lutam para manter toda burguesia e o imperialismo.

Sobre os sindicatos, a proposta de programa é clara: "Sindicatos livres e independentes do Estado, extinção do imposto sindical, fim do estatuto jurídico, liberdade de sindicalização dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente."

Diante da necessidade que os trabalhadores possam dar construir uma central sindical independente do Estado, porém, a formulação fica muito [illegible] — que é justamente a independência desta central sindical [illegible] do Ministério do Trabalho. A proposta [illegible] "Central Unicada [illegible] sindicalista [illegible] democraticamente por todos os trabalhadores."

ANEXO H – Jornal O Trabalho n° 91, página 4

PT SE ORGANIZA

Durante este período, em diversos estados do país estão sendo realizados plenárias, encontros e reuniões do Partido dos Trabalhadores. O PT está vivendo momentos de intensa atividade, não somente em função das campanhas políticas que se colocam na ordem do dia — como a defesa dos trabalhadores perseguidos pela ditadura, através da Lei de Segurança Nacional — como também pela necessidade (inclusive para os fins eleitorais) de conquistar a legalização do partido.

O mês de junho está reservado para a realização das Convenções Distritais e Municipais, que prepararão as Convenções Regionais e a Nacional — último passo para que se possa requerer o registro definitivo do PT.

A proximidade das eleições coloca a necessidade de cumprimento de todos os quesitos exigidos pela lei — entre eles, o da filiação de um grande número de eleitores. Assim, a filiação se coloca como tarefa fundamental para a atividade dos militantes do PT. Ela é duplamente importante, pois além de ser o cabo legal, leva o PT a milhares de trabalhadores que durante décadas não tiveram condições de admitir a seu partido de sua própria classe.

Levando as campanhas filiação em massa, realizando os Encontros que organizam e orientam o partido — assim se constrói o PT em todo o país.

1 Brasília: um passo em falso

Reunindo 203 delegados, o PT do Distrito Federal realizou seu III Encontro no último dia 11, convocado para definir uma plataforma de lutas e eleger uma nova Comissão Diretora. Desde agosto, quando se realizou o II Encontro, o PT não conseguiu organizar nenhum combate unificado que construísse de fato o partido em Brasília. Isso em função de uma crise gerada pelo pedido irresponsável de demissão de seis membros da Comissão Diretora, que não concordaram com o critério de proporcionalidade adotado no II Encontro, onde foram eleitos seis membros de uma chapa, à qual os demissionários pertenciam, ao lado de um de outra chapa.

A parábola então se manifestou na direção, agravada pela demissão de mais dois membros em decorrência, pelos mesmos motivos. Para discutir e resolver este problema foi convocado o III Encontro. Mas ele transcorreu com as cartas marcadas: não se discutiu antes a plataforma de lutas para a construção do partido, para depois eleger as chapas a partir desta discussão. A chapa 1, apoiada por 11 núcleos, e que recebeu 70 votos contra 107 dados à vencedora, defendia a eleição de uma diretoria através da proporcionalidade, mas preservava o critério da maioria absoluta.

Dessa forma, sem a democracia interna foi garantida, sem uma plataforma de combate bem definida, no momento em que diversas mobilizações se apresentam aos trabalhadores do Distrito Federal, como a luta contra o aumento de 300% das passagens de ônibus, ou as campanhas nacionais contra o cerceamento de Lula e demais diretores sindicalistas na LSN e pela libertação do professor David Maximiliano. Mas a chapa 1, mesmo discordando dos resultados do Encontro, promete manter o combate para a construção do PT na região.

2 Mulheres: o PT se prepara

Com a presença de 300 mulheres entre militantes e convidadas foi realizado o Encontro de Mulheres do PT, no domingo (25/5) em São Paulo. Com a presença de mulheres da capital e de algumas cidades do interior, o Encontro representou um passo importante na construção do partido — pois foi a primeira vez que suas militantes foram chamadas para discutir os problemas da mulher.

A decisão mais importante do Encontro foi tomada em relação ao III Congresso do Mulher Paulista — que será realizado através de encontros regionais em 22 de fevereiro, e de um Congresso de delegadas, em 7 de março. O Encontro decidiu enviar uma moção de apoio ao Congresso e, ao mesmo tempo, chamar a todas as militantes do partido para que participem dos encontros e busquem se eleger como delegadas para o Congresso.

Diversas reivindicações foram colocadas pelo Encontro, com o sentido de auxiliar a intervenção do PT no Congresso. Assim, foi aprovada a luta por creches e pela assistência materno-infantil, bem como reivindicações relativas ao direito ao trabalho, ao salário igual por trabalho igual.

Uma questão, sem dúvida, paralisou o Encontro: se o PT deveria ou não assumir, ao lado da luta pelo planejamento familiar, a luta pela legalização do aborto.

Na maioria dos grupos, chegou-se a uma conclusão favorável a que o PT encampasse esta reivindicação. A deputada Irma Passoni, da direção estadual, chegou mesmo a propor, inicialmente, que ela fosse aprovada ao lado das demais questões colocadas no relatório final do Encontro. Considerando, porém, que seria melhor arquivar esta discussão para os núcleos, Irma acabou propondo que o Encontro assumisse denunciar as péssimas condições em que são realizados os abortos no Brasil.

3 Bahia: "Por 2600 até maio!"

O Encontro Municipal do PT em Salvador, realizado nos dias 24 e 25, finalmente conseguiu estabelecer os rumos para a construção do partido no próximo período. Com a participação de cerca de 300 militantes, foi definida a campanha central: "Por 2.600 militantes até 31 de maio", que visa a ligação massiva através da construção de núcleos e coordenações distritais.

Dentro desta campanha, está previsto o lançamento oficial do partido na Bahia no início de abril, com uma grande mobilização. O Encontro aprovou ainda a campanha contra o cerceamento de Lula na LSN e pela libertação do professor David Maximiliano. Foi constituída uma comissão aberta, composta inicialmente por cinco militantes, que será o elo de ligação com a direção nacional da campanha, e estará encarregada de encaminhar a luta.

4 PE: Expulso patrão infiltrado

O PT em Pernambuco, após a realização de duas plenárias — em 20 de dezembro e domingo passado — vem se construindo como um partido sem patrões. Principalmente após a expulsão do empresário Lima Carvalcanti, antigo aliado de Miguel Arraes, cujo grupo, na plenária de dezembro, defendia a "unidade das oposições" em torno do nome de Marcos Freire (candidato do PMDB) para concorrer ao governo estadual em 1982, pois "o PT era um partido também daquele Estado, não devendo assumir o registro provisório lá por sua política sectária e burocrática".

Caracterizando esta posição como errada, o grupo majoritário majoritário dentro do PT defendia o lançamento de candidatos próprios, reconhecendo, contudo, os problemas e os erros na organização do partido lá. Esta posição, assumida pela plenária, foi fundamental para, em janeiro, se definir um plano de trabalho. No domingo passado, quando, por 47 votos contra 2, Lima foi expulso, o PT pernambucano se posicionou por uma campanha contra o cerceamento de Lula e demais sindicalistas, pela libertação do professor David Maximiliano e pelo fim da LSN, incluindo abono-anistiados, partidos e um ato público para cada um dos julgamentos, além de uma campanha contra o cerceamento do padre Reginaldo, que assumiu a diretoria na época do expulso do padre Vito Miracapillo. Através destas lutas e sem o grupo patronal em seu interior, o PT pernambucano dará passos significativos em sua consolidação.

5 Rio: eleição reforça unidade

A Convenção Extraordinária do PT do Rio de Janeiro, realizada no último fim de semana, teve saldos bastante positivos. Em primeiro lugar, definiu algumas orientações concretas para o conjunto dos militantes do partido, como a realização de um ato unitário no centro da cidade, dia 13/02, contra a condenação de Lula e demais cerceados na LSN, e pela libertação de David. Além disso, foram tiradas atividades de discussão e organização do partido — como os Encontros Sindical, de Bairro, Jovens etc — que devem incrementar a implantação do PT na região.

Mas a decisão mais significativa foi a escolha dos militantes para a composição da Direção Regional Provisória (3 cargos-vagos), disputada por duas chapas. Havia uma discussão que se dividia, relativa à estruturação do partido — a chapa 1 defendia a integração dos núcleos por categoria na estrutura do regional do partido, enquanto a chapa 2, que inicialmente se opunha a isso, terminou propondo que nada se definisse sobre a questão. A defesa das chapas, no entanto, se deu sob outros argumentos. Defendendo a chapa 1, contra a chapa apresentada por Apolônio de Carvalho (da Direção Nacional), o metalúrgico Joaquim Amaral, também da Direção Nacional, apresentou a candidata Maria Inês (que concorreu à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio) como "defensora intransigente dos interesses dos trabalhadores contra o pelegado", acrescentando que o apoiava também "e fundamentalmente porque no PT que se constrói, onde a democracia interna é a sua característica, assegurarão a participação na direção de todas as correntes ainda não contempladas, mas que estão engajadas na construção do PT". Defendida também pela presidente regional do partido, José Eudes, a chapa 1, composta ainda por Nilton Santos e Kanca, saiu vencedora.

ANEXO I – Jornal O Trabalho n°68, página 2

No Mato Grosso do Sul, a sede do Partido dos Trabalhadores de Campo Grande foi incendiada; em Recife, foram vários os atentados contra a casa de Manoel da Conceição, líder camponês, membro da Direção Nacional do PT; parlamentares do PT foram agredidos fisicamente em manifestações públicas, como Geraldo Siqueira Filho (de São Paulo) e José Eudes (do Rio de Janeiro); vários membros do PT de Natal acabaram presos quando convocavam a população da cidade à participar do lançamento do partido no Rio Grande do Norte; e outros militantes, de Nova Lima (Minas Gerais) também foram detidos enquanto convocavam a população para um comício de Lula naquela cidade.

Estes acontecimentos mostram que o desenvolvimento de um partido operário é insuportável para a ditadura militar e a burguesia brasileira. E que, para barrar a sua evolução, elas não se utilizam apenas de uma legislação castrativa, mas partem para a agressão física, à medida em que cresce o interesse dos trabalhadores pelo PT.

O surgimento de um partido operário é um golpe forte dos trabalhadores sobre a ditadura; a evolução do PT fugiu do controle e das previsões da "reforma partidária" de Figueiredo. E por isso mesmo, a ditadura e seus aliados têm necessidade de combatê-lo de todas as formas. Pois o que está em jogo é a organização política independente dos trabalhadores, num terreno de classe, contra a burguesia e seu estado.

Com efeito, a partir da greve dos metalúrgicos do ABC — que teve a qualidade, entre outras, de provocar importantes deslocamentos no interior do movimento operário — e do Encontro Nacional do PT, realizado no início de junho, o Partido dos Trabalhadores deixa de ser uma "articulação" e passa a ocupar um posto decisivo na luta de classes: o de um partido operário, que polariza as atenções dos trabalhadores e das massas exploradas do país, no seu combate pela organização independente. Isto porque a greve do ABC, e toda a mobilização que ocorreu em torno dela, destacou um setor importante de dirigentes do movimento operário que, em sua maioria, buscam o PT. Expressão desta evolução foi o próprio movimento de solidariedade (Comitê de Solidariedade), que, apesar da divisão provocada pela Unidade Sindical (que criou um comitê paralelo), conseguiu se desenvolver — e para a sua manutenção foi importantíssima a intervenção de vários dirigentes ligados ao PT. Além disso, a questão do partido operário foi mais do que nunca ressaltada pela greve dos metalúrgicos, que levantou a necessidade da greve geral, colocando num patamar superior o combate do conjunto dos trabalhadores contra a ditadura e por sua organização política em partido próprio.

Esta definição do PT, que passa a ocupar o lugar de um partido operário, vem provocando defecções significativas de elementos pouco identificados com a luta dos trabalhadores, como Ademar Santillo, parlamentar de Goiás, ou a de Edson Khair, também parlamentar. (Evidentemente, este processo é diferenciado. No Recife, por exemplo, o PT recebeu a adesão de Lima Cavalcanti, ex-patrão e burguês com uma posição social bastante definida. O que caracteriza, na realidade, uma tentativa burguesa de atacar o PT por dentro).

RS: "Por um PT sem patrões"

A construção do PT continua avançando. Em Porto Alegre, foi realizada, na semana passada, com 270 militantes e 80 observadores, a convenção Municipal do PT, que elegeu a direção provisória municipal. Ocorrida apenas um mês após o Encontro Nacional, a Convenção de Porto Alegre votou majoritariamente propostas que se contrastam, e aspectos importantes, com o programa aprovado a nível nacional. Assim, dentre onze trabalhadores eleitos para a direção municipal, sete concorreram por uma chapa (Chapa A) que defendia a bandeira de um PT sem patrões, um governo dos trabalhadores e a necessidade da luta pela Constituinte. Os outros quatro da chapa B1 colocavam-se contra estas palavras de ordem, defendendo o programa nacional em todas as suas linhas.

Este fato vem mostrar que, na realidade, o PT é um partido em construção, que tem todas as condições de avançar em suas discussões, de maneira democrática e unitária — condição indispensável para o crescimento de um partido operário. E que, em seu interior, refletem-se posições heterogêneas, outro aspecto que só pode contribuir para a sua construção na medida em que a discussão seja realizada.

Os representantes da chapa B, entre eles Olívio Dutra, colocavam-se contra a bandeira da Constituinte com alguns argumentando que lutar por ela seria "iludir" os trabalhadores (a esse respeito, veja matéria na página 3). Por outro lado, para atacar a palavra de ordem de "um partido sem patrões", Firmo Trindade, também da Chapa B, chegou a afirmar que "o partido sem patrões cheira muito à ditadura do proletariado", esquecendo-se que, na realidade, os trabalhadores necessitam de sua organização independente, como classe, como um meio de lutar unitariamente, até o fim, pela satisfação de suas reivindicações, contra a burguesia e seu estado — que, como classe, infligem a opressão e a miséria aos trabalhadores.

A eleição maior de membros da Chapa A (162 votos contra 80) expressa um avanço das forças que lutam pela manutenção da independência do PT contra as investidas da burguesia e da ditadura militar. E, nesse sentido, vem reforçar a sua construção como partido operário.

REPÚDIO À REPRESSÃO

Os comícios realizados por Lula e outros dirigentes no Nordeste do país nas últimas duas semanas — que reuniram cinco mil pessoas no Recife e outras três mil em Natal — mostram as enormes possibilidades abertas para o crescimento do PT. O caminho é este: levar a proposta do PT a parcelas cada vez maiores de trabalhadores, abrindo um canal para a sua organização, construindo o PT como instrumento de combate.

Para os trabalhadores, a construção do PT, hoje, é um passo fundamental. Isto, apesar de seu programa deixar algumas brechas para ataques à sua independência ao não assumir a bandeira "por um partido sem patrões". E é por esta razão — porque se constrói num momento decisivo da organização de um movimento operário independente — que a ditadura militar e seus aliados buscam as mais variadas formas de atacá-lo. Para essas forças, trata-se de uma questão de sobrevivência.

Todo e qualquer ataque da ditadura e da burguesia ao PT deve ser firmemente repudiado pelos trabalhadores. Tirem as mãos do PT! Esse é o desejo de parcelas a cada dia maiores de explorados e oprimidos que querem organizar o seu partido e pôr abaixo a ditadura militar.

ANEXO J – Jornal O Trabalho, nº 69, página 6

ENTREVISTA

"O PT ocupa um lugar central"

"O Trabalho" conversou com Vito Letizia, dirigente da Organização Socialista Internacionalista

Após a greve do ABC, e de seu Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores passa a ocupar um lugar central na conjuntura política do país — o lugar de um partido operário. Isso exige, da parte dos marxistas, um esforço redobrado para fortalecer o PT, e fazer dele um instrumento que auxilie os trabalhadores na luta contra a ditadura. É o que explica Vito Letizia, dirigente da Organização Socialista Internacionalista, filiada ao Comitê Paritário pela Reorganização (Reconstrução) da IV Internacional, em entrevista a "O Trabalho".

PERGUNTA – Como a OSI encara a construção do PT após o Encontro nacional e a greve do ABC?

RESPOSTA — O fato central que expressou recentemente o movimento incendeie das massas contra a ditadura foi a greve do ABC. Nessa greve a repressão encarniçou-se contra os trabalhadores na tentativa de salvar sua política econômica ligada à defesa dos investimentos estrangeiros no país, assim como salvar sua reforma política que visa a preservar o essencial do regime militar. A resposta dos trabalhadores aos planos da ditadura, a resistência dos metalúrgicos à repressão, especialmente em São Bernardo e Santo André, o vasto movimento de solidariedade aos grevistas desenvolvido em várias cidades importantes do país, criaram uma situação de enfrentamento agudo e generalizado das massas contra o regime militar. Foi essa situação criada na greve do ABC que mostrou a milhões de trabalhadores a importância e a urgência da liberdade das organizações sindicais de luta e qualquer ingerência do Ministério do Trabalho, e mostrou igualmente a necessidade da organização política independente da organização partidária enquanto classe, para que os trabalhadores tenham as condições indispensáveis para defender-se contra os patrões, que têm todo o aparelho repressivo do Estado de seu lado. Todas as organizações até agora criadas pelo movimento operário foram forçadas a definir-se diante das exigências levantadas por essa luta. Em conseqüência, os laços existentes entre as lideranças sindicais e políticas e os trabalhadores sofreram transformações, sendo empurrados para o primeiro plano aqueles dirigentes que se ligaram mais claramente à defesa da mobilização contra a ditadura e à defesa da organização independente dos trabalhadores alcançada nessa mobilização. Mais do que isso, a greve do ABC colocou durante mais de um mês centenas de milhares de operários em luta aberta contra a repressão, e os fez sentirem mais do que nunca a necessidade de sua organização política independente. Conseqüentemente o PT, pelo fato de incluir entre seus elementos de projeção Lula e vários dirigentes do movimento grevista e de solidariedade, pelo fato de ter desempenhado um papel decisivo no desmantelamento das manobras da Intersindical contra a organização democrática do movimento de solidariedade e contra a manifestação de 1/5 em São Bernardo, e, pelo fato de levantar a bandeira da organização independente do partido próprio dos trabalhadores, estabeleceu novos laços de confiança com os trabalhadores, passou a ocupar um lugar no movimento operário maior do que o que ocupava antes dessa greve. Por isso achamos que é possível afirmar que o PT depois da greve adquiriu uma importância maior e fortaleceu-se como perspectiva de organização independente para os trabalhadores. A realização do Encontro nacional do PT após a greve do ABC concretizou a fundação do PT como partido, mantendo a perspectiva de organização independente dos trabalhadores, afirmada desde seu lançamento. O Encontro não teve a força e a repercussão que poderia ter tido se uma ampla campanha de organização tivesse sido impulsionada durante o movimento grevista, na sustentação deste e do movimento de solidariedade. Entretanto o simples fato de o PT ter realizado seu Encontro nacional dentro de uma linha geral de confirmação de sua perspectiva de independência em relação aos partidos da burguesia já é um fato importante, extraordinariamente positivo na situação política que se desenvolve a partir da greve do ABC.

Nas lutas dos trabalhadores no Brasil, o PT já está ocupando um lugar central, tanto pelo fato de estar sua principal liderança diretamente ligada à greve do ABC e às mobilizações que têm ocorrido, como pelo fato de abrir uma perspectiva de organização política independente, que é uma necessidade profundamente sentida pelos trabalhadores nas lutas que travam contra o regime. E indubitavelmente o PT terá, por isso tudo, condições privilegiadas para desempenhar um papel de grande importância nas lutas capazes de preparar o combate geral à ditadura.

PERGUNTA — Qual o balanço que a OSI faz do programa e da direção saídos do Encontro nacional do PT?

RESPOSTA — O programa aprovado tem a grande característica positiva de manter-se na continuidade da perspectiva geral colocada desde o lançamento do PT. Isto posto, não podemos deixar de constatar que há alguns posicionamentos importantes ausentes no manifesto e no programa aprovados no Encontro nacional. O programa deixa de fazer uma proposta clara de luta pela construção de sindicatos livres de toda e qualquer ingerência do Ministério do Trabalho, que seria da maior importância para as lutas imediatas dos trabalhadores, embora tome posição por uma central única de trabalhadores independente do Estado. Está também omitida a perspectiva — afirmada diversas vezes desde a época do lançamento do PT — de luta por uma constituinte democrática e soberana, e a ausência deste posicionamento revaria a afirmação do manifesto a favor de "uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a decisão das decisões políticas e econômicas do país". Quanto à direção atual do PT, só podemos fazer com segurança uma afirmação básica, que é a mais importante, em última análise. Achamos que a direção atual tem em seu interior alguns líderes comprometidos com as lutas principais travadas pela classe operária no Brasil. Este é um fato extremamente favorável à construção do PT, e que pesa no sentido do estabelecimento de laços profundos com a classe operária e com as massas oprimidas em geral.

Foto: Mário Bueno/Folha

Letizia: A organização política independente é uma questão fundamental para os trabalhadores

PERGUNTA— O que você acha da afirmação, feita no jornal "A Voz da Unidade", de que o PT está destinado a ser um partido de massas à direita do PCB?

RESPOSTA — Para nós, marxistas, a diferenciação entre tendências políticas de esquerda ou de direita está subordinada ao caráter de classe das tendências diferenciadas. Quer dizer: podemos diferenciar tendências mais à esquerda ou mais à direita no interior do movimento operário, assim como podemos encontrar tendências mais à esquerda ou mais à direita entre as forças políticas burguesas; mas o fundamental, o que deve ser definido em primeiro lugar, é o caráter de classe das organizações políticas. Hoje o que podemos dizer é que o PCB está num partido de outra classe social — a burguesia —, pois está no PMDB; enquanto que o PT se define em seu manifesto como "expressão política de todos os explorados pelo capitalismo", situando-se, portanto, no campo dos trabalhadores e das massas oprimidas. Pelo menos por enquanto, essa é para os marxistas a diferença fundamental entre o PT e o PCB. Sem dúvida, isso pode mudar. Mais cedo ou mais tarde o PCB vai ser lesentoeado do PMDB pelo desenvolvimento das lutas contra a ditadura. Quando isso acontecer, ou seja, quando o PCB fizer às amplas massas exploradas e oprimidas uma proposta de organização política fora dos partidos burgueses, estará disputando um lugar no mesmo terreno que hoje está sendo ocupado pelo PT. Então será importante para os trabalhadores diferenciar quais as posições mais à esquerda ou mais à direita de um e de outro. No momento, a respeito dessa diferenciação futura, a única coisa que podemos afirmar é que a experiência dos trabalhadores em todas as mobilizações ocorridas desde que a direção do PCB vem se pronunciando publicamente não permite arriscar o prognóstico de que o PCB ficará à esquerda do PT; até agora essa experiência tem apontado para um prognóstico exatamente inverso.

PERGUNTA— Como se define a OSI perante o PT?

RESPOSTA— Para a OSI a organização política independente é uma questão fundamental para os trabalhadores. Dentro desta constatação, a OSI se posicionou incondicionalmente por sindicatos livres e pela organização política própria dos trabalhadores, isto é, por um partido operário. Esta tem sido uma posição de princípio da OSI desde que existe. Apesar disso, não se deu automaticamente um posicionamento da OSI a favor do PT desde o primeiro momento em que este foi proposto por Lula. Pelo contrário, a posição inicial da OSI em relação ao PT foi de rejeição, o que na época justificávamos com o fato de que o PT estar sendo proposto por líderes originários do sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho. E embora isso fosse verdade, hoje reconhecemos que cometemos um erro grave quando afirmamos que o PT era mais um sustentáculo da ditadura.

A proposta do PT, entretanto, evoluiu: passou a ocupar um lugar cada vez mais importante no terreno da organização independente dos trabalhadores. Essa evolução se concretizou mais ainda a partir da greve do ABC este ano. Em função disso a posição da OSI em relação ao PT hoje não consiste apenas numa afirmação de princípio favorável a um partido operário em tese. Entendemos que é nosso dever lançarmos todas as forças disponíveis na realização da proposta de organização independente dos trabalhadores feita pelo PT. Consideramos que isso é perfeitamente realizável, uma vez que o manifesto e o programa do PT, embora não o definam como marxista, não se contrapõem aos princípios marxistas; e, por outro lado, o manifesto e o programa do PT se situam no terreno próprio da classe operária enquanto proposta de organização.

ANEXO K – Jornal O Trabalho n° 171, página 2

EDITORIAL

O PT, contra os planos do ditador

No último dia 27, o general Figueiredo discursou na Assembléia Geral da ONU.

"Foi um excelente discurso, muito compreensível", disse George Schultz, secretário de Estado de Reagan.

O alinhamento de Figueiredo com os planos de miséria dos países imperialistas não deixou de agradar àqueles a quem o general se subordina, o imperialismo norte-americano.

"O presidente fez um bom discurso", declarou o embaixador da URSS nos Estados Unidos.

No Brasil, também, não faltaram vozes de apoio. "Foi um bom discurso, bonito na forma e no conteúdo, além de doutrinária e ideologicamente correto" (Rogê Ferreira, candidato ao PDT ao governo de São Paulo). "O Presidente Figueiredo disse a palavra necessária no local certo e na hora certa", apontou o interventor do governo no Rio de Janeiro, o senhor Chagas Freitas, governador do PMDB.

Por trás das palavras, os fatos: para fazer frente à crise econômica e à dívida externa, a ditadura prepara a demissão massiva de trabalhadores, revogação do reajuste semestral, desvalorização da moeda e congelamento salarial. Procurando cumprir assim com as exigências do Fundo Monetário Internacional.

"Todo o mercado mundial depende de como o Brasil administre a sua situação nos próximos anos", declara uma "alta fonte" do governo americano.

O apoio recebido por Figueiredo da "situação e da oposição" é para ele uma necessidade, para aplicar os planos de miséria ditados pelos banqueiros.

Todos eles estão dispostos a aplaudir medidas como a renegociação da dívida externa (que consta da plataforma de todos os demais partidos, menos do PT), que significa aumentar ainda mais a subordinação do país aos interesses imperialistas e a adoção de medidas ainda mais agudas de ataque às massas trabalhadoras.

Mas, para os trabalhadores, não se trata de ajudar Figueiredo a cumprir compromissos que não foram assumidos pelo povo. "O país não pode matar-se para pagar uma dívida na qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais", coloca corretamente a plataforma do PT. Desta forma, não há como não concordar com a declaração de Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, membro do PT, quando ele diz: "em seu discurso, o presidente pediu diálogo aberto entre as nações do mundo. Mas a nossa realidade é outra, nossos trabalhadores estão sendo reprimidos e há anos não somos ouvidos. Não vejo legitimidade alguma em seu discurso".

E é disso mesmo que se trata: Figueiredo não tem nenhuma legitimidade para falar em nome da nação, que repudia a ditadura e seus planos de miséria, a serviço do imperialismo opressor. Nesta medida, repudiar a fraude que Figueiredo organiza para 15 de novembro para, com o auxílio da "oposição", acentuar seus ataques ao povo trabalhador, significa afirmar a vontade que tem a maioria da nação de que sejam os seus representantes que decidam pelos destinos do país e não os generais que desde 1964 usurpam o poder.

Os candidatos do PT, que, apesar da fraude e dos casuísmos, receberam o mandato do povo, expressam a legitimidade da democracia contra a ditadura que ninguém elegeu e que a maioria da nação repudia. É por isso que toda a máquina da burguesia busca destruir e marginalizar o PT.

A campanha do PT, colocando no centro a luta pelo fim do regime militar, serve como instrumento para a centralização do movimento dos trabalhadores, que colocarão abaixo, através de sua própria ação, os responsáveis por 18 anos de ditadura e opressão.

ANEXO L – Jornal O Trabalho n°202, página 5

AÍRTON SOARES

O deputado da "abertura"

Aos poucos, as verdadeiras posições políticas anti-PT, e pró-PMDB, de certos parlamentares e setores dirigentes do PT vêm à tona sem retoques. Na semana passada, no Congresso Nacional, o deputado Aírton Soares pediu ao general Figueiredo que não baixasse o "pacote" de medidas contra o povo, que está sendo orientado pelo FMI. Contra toda evidência, em que o general Figueiredo aparece como o instrumento dos banqueiros mundiais, Aírton pretendeu desvincular o general-presidente de sua equipe econômica "perversa".

Dizendo-se "temeroso pelo processo de abertura democrática", Aírton Soares sugeriu "a demissão dos ministros da área econômica e prometeu talvez até compactuarmos com o governo num projeto de salvação nacional" (Folha de São Paulo, 1/6). Não poderia ser dos Santos, que pregam a colaboração com os governadores mais claro. Se tudo continua como está (e como está!), Aírton já promete seu apoio a Figueiredo. Se houver demissão dos ministros perversos, aí ele sugere um "pacto de salvação nacional".

O choque com as tradições, os principais documentos do Partido dos Trabalhadores e sua trajetória são totais. Aírton se embandeira na defesa da "abertura" (e do general patrono), quando o PT se fixa exatamente o contrário: a mobilização contra a ditadura militar. Aírton propõe a "salvação nacional", a trégua, quando o PT propõe exatamente a luta contra a trégua dos generais, e a mobilização contra as suas medidas de arrocho e miséria.

Nacionalmente, Aírton Soares faz eco da posição de seus amigos como os deputados Marcos Aurélio Ribeiro, Sérgio

oposicionistas. Nada mais lógico, portanto, do que a defesa da "abertura" dos generais. "Abertura" que traz pela frente, contra o povo, o Colégio Eleitoral que garanta a continuidade das instituições do regime. As cúpulas do PMDB já se assanham para a "disputa" no Colégio (ver pág.3). E porque não acreditar que a "salvação nacional" de Aírton passa por aí também?

5

Um documento contra a conciliação

Lula e outros sindicalistas propõem as bases para o novo Diretório

COMPANHEIROS DO PT,

Estamos convencidos que o PT vive, hoje, um momento muito difícil, mas não aquela crise que os seus inimigos apregoam. Diante disso, resolvemos nos articular para uma intervenção coletiva na vida do nosso partido. Estamos, nesse momento, diante da importante tarefa da renovação das direções partidárias.

Reconhecemos as dificuldades que vivemos, decorrentes (1) dos desacertos das nossas direções na aplicação da linha de construção partidária, e (2) da ofensiva externa, daqueles que são contra, e interna, daqueles que não acreditam que os trabalhadores são capazes de se organizarem como força política autônoma em nosso país.

No entanto, reafirmamos, nesse momento, a vigorosa vontade de milhares de militantes que, apoiados no reconhecimento da necessidade histórica do PT, querem fazer do Partido um dos instrumentos dos trabalhadores construírem uma sociedade socialista, onde não haja explorados nem exploradores.

Defendemos, assim, o PT como um Partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMDB, de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta "socialista" sem trabalhadores, como o PDT. Também combatemos aqueles que, incapazes de traduzir o nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora. Por outras palavras, somos contra tanto o comportamento individualista daqueles que acreditam não ser necessário ouvir o Partido e que, por conta própria, avançam propostas conciliadoras, como aqueles que, também não se submetendo a democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio Partido.

Ao contrário desses "iluminados", não temos respostas para todos os problemas do PT. Nem temos a receita infalível para superar a crise econômica do país, para vencer a ditadura e para chegar ao poder.

O que pretendemos, ao detonar um amplo processo de debate democrático - que subsidiaremos com alguns documentos de produção coletiva a serem amplamente distribuídos - é contribuir para que os próprios militantes, filiados e simpatizantes do PT possam elaborar coletivamente diretrizes claras, capazes não apenas de orientar a nossa prática cotidiana e a da direção renovada, mas sobretudo, de auxiliarem o avanço e a unificação política dos movimentos dos trabalhadores.

Entendemos assim, que cabe ao PT nesse momento:

1. Lutar contra a tentativa do regime de estabelecer uma política de trégua e de conciliação, assim como lutar contra o estabelecimento, por forças que se dizem de oposição, de um pacto social que visa o isolamento político dos trabalhadores. Entendemos que tais propostas buscam, tão somente, fazer novamente a classe trabalhadora a pagar os custos da crise econômica e social;

2. Responder a esta conciliação e a este pacto com a mobilização de todas aquelas forças sociais exploradas que estão dispostas a lutar pelas numerosas reivindicações abrigadas pelo lema TRABALHO, TERRA E LIBERDADE;

3 - Cumprir concretamente nosso papel como partido de massa:

a) militando intensamente nos movimentos populares, sindicais, raciais, culturais e das chamadas minorias, contribuindo com propostas concretas para a condução de suas lutas, respeitada a sua autonomia;

b) aplicando nossas propostas de filiação e nucleação intensivas, a fim de que as mais amplas camadas de explorados possam participar da construção do PT e da aplicação da sua política; e

c) executando uma política ativa de formação política e cultural dos militantes.

Para levar à prática as propostas acima, achamos que também são necessários alguns passos relacionados com a estrutura e a democracia interna do Partido:

- revalorizar o papel dos núcleos como instância de reflexão e deliberação;
- imprimir-lhes uma dinâmica, sobretudo, direcionada para a atuação nos movimentos sociais e não apenas para a vida interna do Partido;
- estabelecer critérios políticos claros para a escolha e o controle das direções partidárias e dos parlamentares;
- estabelecer, também, critérios claros para a participação das bases nas decisões partidárias;
- descentralizar a estrutura organizacional e financeira do Partido, alcançando todas as nossas bases, seja na Capital, seja no interior do Estado;
— criar uma imprensa partidária ágil e amplo fluxo de informações, que atinja o conjunto do Partido; enfim, abrir todos os canais possíveis para a consolidação da democracia interna no Partido dos Trabalhadores.

Comprometidos, portanto, com esses princípios, nós, abaixo-assinados, militantes de diversas regiões, setores e instâncias do PT, convocamos a todos os companheiros que concordam com essas posições a apoiarem e a participarem deste projeto que se inspira nas idéias originárias do nosso Partido.

São Paulo. 02 de Junho de 1983.

A opinião de Josimar Melo

Num momento em que a ditadura militar e seus agentes procuram atrair o PT para os porjetos de "pacto social", de "trégua", no momento em que um setor do partido — capitaneado pelos deputados paulistas Marcos Aurélio Ribeiro, Sérgio Santos, Airton Soares — repercute estas propostas, defendendo abertamente a conciliação com os governos de oposição, com os partidos da burguesia e até mesmo o "pacto social"; num momento assim é extremamente positivo lermos no documento assinado por Lula a condenação explícita destas posições que são a negação do partido.

"Defendemos o PT como um partido de massas, de lutas e democrático", diz o texto. Assim, condena com justeza posições que, abdicando igualmente de construir um partido de luta contra a ditadura, lançam-se numa cruzada "contra a filiação em massa — por um partido de qualidade e não de quantidade — manter a filiação só daquele que venha a ser militante", como pregava uma plataforma anti-partido apresentada em Diadema.

As posições do documento desagradaram todos esses setores. O que Sérgio Santos expressou recorrendo novamente à burguesia, através de sua imprensa, declarando que só não sai do PT para não perder o mandato. É por isso mesmo que ele não assina o documento; está mais preocupado em colocar seu mandato a serviço do PMDB, mostrando que seu lugar não é mesmo no PT.

Josimar Melo
(Presidente do Diretório do PT - Belém em SP)

ANEXO N – Jornal O Trabalho n° 244, página 11

O que é a Fração IV Internacional

"Aos companheiros da Articulação"

Serão realizados proximamente Encontros do PT que deverão armar nosso partido para a nova situação política criada no país com a designação de Tancredo-Sarney pelo Colégio Eleitoral, a doença do Presidente, os problemas colocados na luta pela Constituinte livre e soberana já.

O que permite que o partido aborde estes problemas em boas condições são as bases políticas adotadas nos últimos Encontros, em particular o Encontro Nacional de Diadema, e o papel positivo jogado pela "PT de Massas", articulação constituída por militantes e dirigentes do PT, cuja origem se encontra no "Manifesto dos 113".

Os simpatizantes da revista O Trabalho, que ocupam seu lugar como construtores do PT, participam positivamente da Articulação, procurando contribuir para a necessária clarificação política, sem preconceitos, no seu interior.

A confiança alcançada no trabalho comum nos conduz a apresentar a todos os membros da Articulação o primeiro esboço de elaboração sobre a atual conjuntura.

Este texto, apresentado pelo Comitê de Redação de O Trabalho, é apenas um primeiro projeto, que deve ser enriquecido, emendado, sobre a base da mais ampla discussão entre todos os membros da Articulação que queiram contribuir para aprofundar e clarificar as bases, para o avanço na construção do PT. É através de Encontros anuais como este que nós, discutindo a situação política, definimos nossa atuação.

Os simpatizantes de O Trabalho não têm nada a esconder da discussão que, como militantes do PT, realizam; mas é lógico que, como membros da Articulação dos 113, realizem primeiro a discussão no interior da Articulação, antes de submetê-la ao conjunto do partido como uma contribuição à construção do PT como partido de massas, avesso a toda concepção dogmática e a toda postura vanguardista.

Comitê de Redação de O Trabalho

abril de 1985

Os marxistas, segundo o Manifesto escrito em 1848 por Marx e Engels, fundadores do socialismo científico, "não formam um partido à parte, oposto aos demais partidos operários. Não têm interesses que os separem do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretenderiam modelar o movimento operário".

Estas palavras do Manifesto Comunista têm inspirado por várias gerações a vanguarda do movimento operário em todo o mundo. Têm guiado seu esforço de permanecer colada à classe trabalhadora, crescendo com ela, ajudando a construir os instrumentos necessários à revolução.

As últimas décadas de história registraram alguns trágicos revezes nesta luta. Partidos operários — como os Partidos Socialistas, social-democratas, e como os stalinistas, dos PCs — realizaram um movimento inverso ao proposto por Marx, abandonando e traindo sua classe, passando-se para o lado da ordem burguesa. Que brutal contraste entre a afirmação do Manifesto — "os comunistas não têm interesses que os separem do proletariado em geral" — e o que ocorre hoje na Polônia, onde generais a serviço dos burocratas procuram massacrar um sindicato de 10 milhões de operários, como o "Solidariedade"!

Resgatando a tradição marxista

A IV Internacional nasceu para tentar resgatar a tradição marxista. Fundada em 1938 por Leon Trotsky, líder da revolução russa de 1917 ao lado de Lênin, ela "não procura inventar nenhuma panacéia" fora do marxismo, como diz seu programa, o "Programa de Transição". Os trotskistas têm procurado desde então se manter no seio das massas trabalhadoras em todo o mundo, combatendo não apenas os ataques frontais da burguesia como também as traições dos aparelhos contra-revolucionários.

Os trotskistas brasileiros não se diferenciam deste esforço internacional. Sua corrente no Brasil — a "Fração IV Internacional", em torno da qual se agrupam os colaboradores de **O Trabalho** — não tem outro objetivo senão o de ser parte destacada do combate pela organização independente dos trabalhadores, para colocar abaixo o poder da burguesia, pela edificação do socialismo.

Aversão ao dogmatismo e ao sectarismo

A riqueza da luta de classes, a aversão ao dogmatismo e ao sectarismo, o aprendizado no interior do movimento real dos trabalhadores fez com que os trotskistas acompanhassem a evolução deste combate no Brasil, integrando-se à luta pela construção do Partido dos Trabalhadores.

Leon Trótski

No PT, eles procuram transmitir os ensinamentos de sua experiência militante e da tradição de combate das Internacionais revolucionárias; simultaneamente, realizam seu aprendizado a partir da experiência inovadora e revolucionária que significa a construção e a existência do PT.

É esta rica relação que permitiu que os trotskistas, organizados há quase dez anos na Organização Socialista Internacionalista, tenham decidido, em seu 7º Encontro Nacional, em 1984, transformar a OSI na Fração IV Internacional: uma fração do Partido dos Trabalhadores, que se reconhece como parte integrante e leal do PT.

Este passo ousado, que a partir de então diferencia mais marcadamente a Fração de todos os grupos organizados que alimentam seus projetos exclusivos no interior do partido, marca hoje a atividade dos trotskistas no PT. A realização do 8º Encontro Nacional da Fração, não como atividade clandestina ou secreta, mas como um momento de elaboração comum entre os trotskistas e os dirigentes e militantes do partido, membros da Articulação da qual a Fração faz parte, só pode aprofundar este processo.

J.M.

11

ANEXO O – Jornal O Trabalho n° 229

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

São Paulo, de 20 de janeiro a 5 de fevereiro de 1984 - Cr$ 300,00 n° 229

NÃO AO COLÉGIO DO JOÃO!

Todos ao 25/1, em São Paulo, por eleições LIVRES E DIRETAS para Presidente da República

PARIS - 17 e 18 DE DEZEMBRO

Conferência Européia em solidariedade à Nicarágua aos povos da América Central e pela paz

pág. 12

METALÚRGICOS-S.PAULO

PT luta por uma oposição ao pelego Joaquinzão

Pag. 5

ANEXO P – Jornal O Trabalho n° 230, capa.

O TRABALHO

A eman ão dos tra adores será obra dos próprios trabalhadores

São Paulo, de 3 a 10 de fevereiro de 1984 - Cr$ 350,00 n.º 230

"Quem merece os aplausos é o povo"

Lula no comício do dia 25, em São Paulo

Crise econômica

Guerra aos Trabalhadores

A partir desse ano, tudo o que for exportado pelo Brasil já estará comprometido automaticamente: o pagamento dos serviços da dívida externa, no valor de 8,5 a 9 bilhões de dólares, e os gastos com a importação de petróleo, 7 bilhões (no mínimo), engolirão todos os 14,5 bilhões de dólares que as estimativas oficiais esperam com as exportações. Isso sem falar de outras importações, com o que haverá um déficit de 9 bilhões de dólares nas contas do país (o balanço de pagamentos). Com isso, calcula-se que a dívida externa pulará dos atuais US$ 43,5 bilhões para US$ 55 bilhões.

Também nesse ano o regime militar atingirá um outro recorde, desde o golpe de 64: a inflação vai chegar ou andar perto de 50%, segundo os dados oficiais. Nos primeiros seis meses do ano houve um índice de 25%.

Depois do esperado aumento do preço do petróleo pela Opep, há pouco mais de duas semanas o correcorre se instalou nos gabinetes do regime. Recessão, "economia de guerra", são as medidas mínimas anunciadas pelo general Figueiredo e seus ministros. Mas nada disso consegue tampar a profunda incapacidade da ditadura para encontrar qualquer saída para a crise econômica que ela própria cavou. Porque, afinal, não é verdadeiramente a chamada "crise do petróleo" o responsável pela depressão sem precedentes que se prepara em todo o sistema imperialista e, dentro dele, também nos países capitalistas atrasados, como o Brasil.

Ao tempo em que se aprofundava a crise econômica mundial, desde 1971 (sobretaxa de Nixon aos produtos importados pelos EUA e suspensão da reconversão do dólar em ouro), as empresas imperialistas e o capital financeiro internacional forçavam a rapinagem nos países capitalistas atrasados. E é o próprio milagre e as metas mirabolantes de auto-suficiência do II plano nacional de desenvolvimento, do governo Geisel, que administraram a entrada maciça do capital financeiro internacional. No final das contas, nem houve a auto-suficiência a médio prazo em toda uma quantidade infinita de produtos (aço, metais, fertilizantes, etc.), nem deixou de haver um profundo endividamento externo.

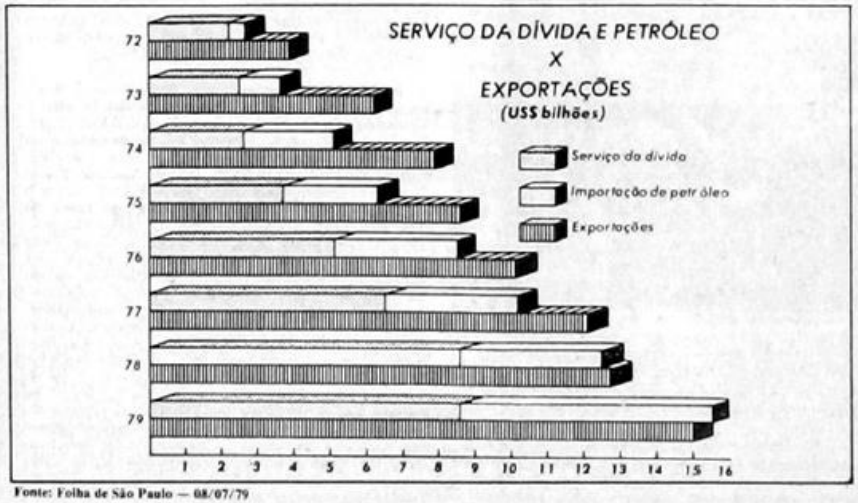
Para se ter uma idéia: em 1973, a dívida externa era de US$ 12,6 bilhões, e chegou aos US$ 43,5 bilhões em 78. Descontando-se o nível de reservas em US$ no Banco Central, isso quer dizer que o Brasil precisa exportar por dois anos e meio em seguida (sem comprar nada) para pagar o que deve.

Hoje, juntamente com o peso do serviço da dívida e das importações necessárias, os gastos do petróleo (vão dobrar em relação a 78) são um fator a mais para a hemorragia do balanço de pagamentos e suas consequências, botando lenha na fogueira da inflação.

O governo Figueiredo que assumiu dizendo resolver a inflação, reduzir o déficit do país no balanço comercial, mostra-se incapaz de resolver o que quer que seja. E improvisa, para manter o essencial de sua política econômica, onde o imperialismo faz a festa na cidade e no campo.

1. O pacote "anti-inflacionário" adotado pelo governo em abril foi ridicularizado pelos banqueiros, em cima do qual se assinou "sem efeito". Um dia após ser divulgado, o "open-market" (mercado aberto) transou a fabulosa quantia de Cr$ 160 bilhões **num só dia**. Isso quer dizer nada mais nada menos que essa fonte de produzir capitais parasitários (papéis vendidos pelo governo e que são negociados entre os aplicadores, de um para outro num jogo de ganhar juros) vai continuar impune. Ou seja, que os juros emprestados pelos bancos aos consumidores (determinados anteriormente com níveis superiores aos obtidos no "open" ou em outra forma de especulação) vão continuar sendo os mais altos do mundo, como são no Brasil: entre 70 e até 120% ao ano.

Lembre-se também aqui que as maiores empresas imperialistas e nacionais obtêm seus maiores lucros não na comercialização de seus produtos, mas especulando.



Fonte: Folha de São Paulo — 08/07/79

2. O "saco agrícola" vai distribuir crédito fácil e à vontade, sem chegar, contudo, aos camponeses pobres. Os agricultores ricos vão fazer o que sempre fizeram: utilizar parte da grana (emprestada a juros irrisórios) para jogar no "open" e especular com terras. Quanto à produção, se efeitos vierem em 1980, serão para cobrir as vergonhosas importações de feijão, arroz, milho e outros produtos básicos, que o crédito rural bolado pelo ex-ministro da Fazenda (agora Agricultura), Delfin Netto, em 68, expulsou do campo, para dar lugar à soja a ser exportada.

3. Diante da crise, o governo vacila entre aplicar a cartilha do Fundo Monetário Internacional - partir para uma recessão em larga escala, com desemprego e achatamento de salários - e manter um ritmo alto de investimentos. Por ora, ele faz as duas coisas. Corta o orçamento do ano, cancelando obras públicas (o que desativa parte da indústria), e investe pesado na agricultura.

A situação é grave e a burguesia dá o alarma: "A época é grave demais! o país se debate com um dos maiores problemas econômicos de sua história", diz o empresário Luiz Eulálio Vidigal aos seus parceiros de classe.

Atolado pela crise política de suas instituições, questionado pelos trabalhadores, o regime militar tem medo de partir diretamente para a recessão. Justamente porque ela pode trazer, nesse momento, um revide maior dos trabalhadores e que ameace jogar abaixo as instituições ditatoriais. Ao mesmo tempo, uma tal política pode aumentar ainda mais as divisões internas da burguesia brasileira.

Como no plano político (anistia e reforma partidária), também no campo econômico o regime militar está paralisado e vacilante. Os ministros da ditadura sonham com os "bons dias" de 1965/1967, depois do golpe, quando foi possível à dupla de ministros Roberto Campos/Octávio Bulhões impor uma recessão que levou ao desemprego, à perda do poder aquisitivo das massas e a uma enxurrada de capitais imperialistas. Os ministros ensaiam usar agora os mesmos expedientes, como aliás já começa a acontecer em algumas fábricas (indústria de base).

Mas, acima de tudo e diferentemente de 65/67, o fato é que os trabalhadores, os oprimidos, não mais se encontram de joelhos. Exigem o fim da ditadura e a satisfação de suas necessidades.

Os reflexos da crise

Uma festa para o imperialismo: a dívida de US$ 55 bi

O espantoso crescimento da dívida externa do país sempre foi o mais evidente atestado do saque realizado pelas empresas e governos imperialistas sobre o Brasil — assim como sobre outros países capitalistas atrasados. Não é certamente o único exemplo, mas sintetiza o que o regime militar vem fazendo desde 1964 para administrar e organizar o roubo das riquezas nacionais — dentro do que se encontra a super-exploração dos trabalhadores, a arrocho salarial, como instrumento principal.

No período de dez anos (de 1969 até o final de 1978) a dívida externa cresceu 1000% ; ou seja, foi multiplicada por 10! — era de 4,4 bilhões de dólares em 69 e atingiu 43,5 bilhões de dólares no final do ano passado, segundo dados do próprio governo.

O crescimento da dívida externa, neste período principalmente, significou a entrada maciça das empresas estrangeiras em todos os setores industriais, assim como no campo. Nenhum dos problemas do país foi resolvido, mas pelo contrário agravados. A reforma agrária é uma exigência dos camponeses pobres e hoje (como ontem) é vital para os trabalhadores brasileiros começarem a sair da miséria. O regime militar, ao contrário, nada mais fez do que favorecer a profunda concentração de terras, a expulsão dos camponeses pobres e sem terra para a vida miserável nas cidades, visando a favorecer as exportações dos latifundiários. É tão de tal forma que, hoje, o Brasil é obrigado a importar feijão, arroz, milho e outros produtos básicos de alimentação.

A incapacidade do regime militar em conter a inflação, que vai aos 30% neste ano, é uma consequência direta do apodrecimento de sua política econômica, diante da crise capitalista mundial (pág. ii) e do avanço dos trabalhadores que se levantam contra a miséria. Para satisfazer o apetite imperialista o regime não encontra outro meio do que preparar um endividamento ainda maior e uma crise econômica sem precedentes na história do país.

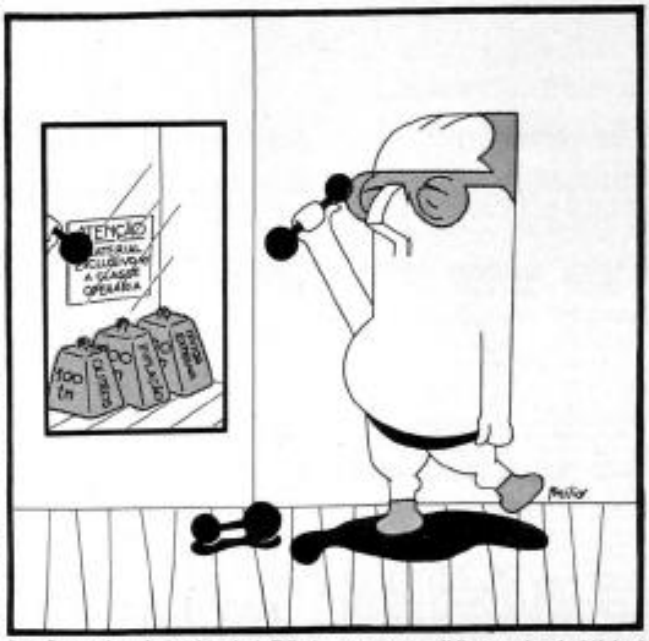
A dívida externa bruta do ano passado era de US$ 43,5 bilhões, sendo que a dívida líquida era de US$ 32 bilhões, descontando-se US$ 11 bilhões de reservas. Isto quer dizer que, ao nível das exportações do ano passado de US$ 13 bilhões, o país teria de exportar durante dois anos e quatro meses sem nada importar. Em 79 a dívida líquida (só isto) pula 36,3 bilhões e em 1980 vai chegar a US$ 45,9 bilhões — a dívida bruta no ano que vem será de no mínimo US$ 55 bilhões.

Sobre esta dívida externa paga-se juros cada vez mais elevados, e à mercê dos banqueiros internacionais. Por exemplo os juros pagos em 1974 foram de US$ 600 milhões. Em 79 sendo US$ 3,5 bilhões, o que quer dizer 50% de todas as importações de petróleo e quase 1/4 das exportações. SÃO DE JÓIAS. Como os juros não são fixos, mas variam segundo os banqueiros, somente no seis últimos meses de 78 a dívida externa aumentou em mais US$ 700 milhões, porque um grupo de banqueiros decidiu aumentar a taxa de juros cobrada.

Na verdade, a dívida externa externa não só no Brasil mas em toda a América Latina, e em geral nos países atrasados, mais ou menos a partir de 1974. A razão é muito simples: o capital financeiro que controla o mercado internacional partiu desenfreadamente para a especulação financeira e com mercadorias básicas, como o petróleo. Os barros petrolíferos elevaram com a elevação dos preços do petróleo, por exemplo. Tomaram rumos dos furacões sete anos e acabaram depositados nos grandes bancos internacionais, que os utilizaram em todos os tipos de investimentos de "alto risco", isto é, especulativos e parasitários. Inverte-se na indústria bélica, e quando não, empresta-se a altas taxas para países como o Brasil, cujos burgueses agenciaram estes recursos em países imperialistas, gastos militares e compras de petróleo. Uma festa, para o imperialismo e a burguesia. É claro, que levou ao país o endividamento e dependência total do grande capital internacional.

Nem seis meses de governo se passaram. E, no entanto, o Ministério de Figueiredo já está fazendo água. Até reforma no Ministério se anuncia. É na área econômica que a bagunça é maior. Ali, cada ministro é uma declaração e cada declaração, uma política.

No país de fundo se vê com clareza a crise econômica em marcha cadente e as lutas dos trabalhadores em países sofrendo. A burguesia se divide sobre como enfrentá-los. Ela benéfica: reunião ou não, e em que medida; prioridade no controle da inflação ou na dívida comercial; mais endividamento até quando, e assim por diante. Enquanto isso, a fantasiada receita do FMI vai se impondo: recessão, carestia e desemprego. Só que os trabalhadores, ao invés de recuar atomizados, assistem indignados, e é aí que o Ministério se mexeu. Que se mexeu.



Corruptos: avante que o João garante

A ditadura militar, nesta época de "vacas magras", como reconheceu Figueiredo, sabe dar exemplos de sua disposição de salvar seus parceiros de "tubarões" e jogar o peso da crise nas costas dos trabalhadores.

Na semana passada, os jornais noticiaram, com pouco destaque, uma das maiores falcatruas que o país teve notícia: a Mercedes Benz e a Volkswagen mobilizaram nada menos que Cr$ 6,7 bilhões, por seus prejuízos durante as greves. Este dinheiro, segundo o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, E. Alboucht, vice do Tesouro Nacional, isto é, seria pago por todos os brasileiros, inclusive os grevistas da Mercedes Benz e Volkswagen. Os desmentidos posteriores apenas confirmaram as informações: na verdade, o Governo tem estes recursos à disposição, até o final do ano, para as duas empresas, para as eventualidades de greves, depredações de fábricas, distúrbios graves na produção, etc.

Este é apenas um dos pontos visíveis de uma enorme rede de financiamento oficial a grupos econômicos, pouco conhecida dos trabalhadores. O Governo Figueiredo, que assumiu pouco depois da venda da Light, terá que continuar usando dinheiro para ajudar seus amigos. Até agora, Cr$ 29 bilhões estão empenhados com empresas do setor financeiro que se deram mal na jogatina do "open market", criada, estimulada e garantida pela ditadura. O pretexto utilizado, do ponto de vista dos interesses de classe que o Governo defende, tem sua lógica. Pois o mercado especulativo já atingiu tal nível que a maior parte dos lucros de várias grandes empresas, como a Volkswagen, advém de atividades não ligadas à produção, isto é, especulativas. A equipe ministerial argumenta que a falência puro e simples dos grupos sob "intervenção" levaria a uma "quebradeira" geral no mercado financeiro. É é verdade. Na "operação-crise-se tem o papel fantasia, isto é, sem correspondência nos recursos das empresas) que sua simples cobrança levaria à falência da maioria delas. Mas o Governo continuará garantindo a bandalheira...

Há muito mais: o milionário Atalla continua fazendo chantagens para receber um empréstimo de US$ 300 milhões, que vem pedindo há algum tempo. Para pressionar seus amigos do gabinete em Brasília, um dos homens mais ricos do país não paga há 3 meses salários para seus 10 mil trabalhadores e ainda ex ameaça de dispensa. A ditadura deu dinheiro o preço de bananas para Atalla construir seu império. Agora, Atalla quer que o governo leve sua lógica até o fim e solte a grana para resolver alguns "probleminhas"...

A crise econômica serve, também, de pretexto para a abertura das restrições ainda existentes à entrada do capital estrangeiro. Depois da brecha aberta no monopólio estatal do petróleo, com os "contratos de risco", o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, está propondo atraentes condições para o "risco", com o objetivo de "atrair as empresas nacionais". O ministro de Planejamento, Mário Simonsen, foi mais claro num documento reservado: "É importante acelerar ao máximo a assinatura de novos contratos de risco, dispensando-se a exigência de que a concessão se limite a áreas cujas sísmicas já tenham sido levantadas pela Petrobrás. Do ponto de vista político isto se justifica sem maiores inquietações, pois o "slogan do petróleo é nosso" só vale se o petróleo existir e for conhecido". (Ibid 10-7) mais claro que isto, impossível.

Figueiredo: reivindicar menos e dar mais

"A Nação precisará aceitar sacrifícios (...) Atravessamos um período de vacas magras. Neste período cada brasileiro deve reivindicar menos e dar mais" (João Figueiredo ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, dia 19-7)

De novo as vacas magras

De tão usado, o apelo parece cínico. Mas o ditador não está brincando: seu governo trará para os trabalhadores um nível de privações e sofrimentos maior que o suportado por eles até agora.

O Governo, montado em seu aparato propagandístico, tenta aparentar que tem em suas mãos a chave e o controle do processo econômico e que pode, desde que o povo faça "sacrifícios", resolver a crise que se agrava. Mas é incapaz de tomar qualquer medida efetiva que não signifique mais miséria e exploração para as massas, maior pilhagem dos recursos naturais, maior subordinação ao capital estrangeiro e uma ampliação da própria crise. A situação econômica está cada vez mais incontrolável.

Os próprios ministros não escondem isso. "O combate à inflação está cada vez mais difícil", diz o ministro da Fazenda (JB, 25-7). Ele não está mentindo: apesar dos "pacotes" que desabam e nada resolvem, a inflação cresce sem parar. Já atingiu 25% no primeiro semestre e deverá estar na casa dos 50% até o final do ano. O banqueiro Simonsen e outros ministros indicam, há pouco tempo atrás, uma meta: baixar controlar a quantidade de dinheiro existente para que a inflação declinasse. Resultado: controle dos salários, aumento do custo do dinheiro, em poder dos bancos. Os juros dispararam, chegando até a 120% , os bancos dos bancos aumentaram e a inflação não cai. Agora, o Governo acaba de anunciar que abandonou suas metas orçamentárias para este ano, que se tornaram, segundo relatório semestral do Banco Central, "tarefa incerta e bastante problemática". Falando claro: não há mais metas a se atingir".

A inflação continuará subindo, alguns setores da burguesia ganharão rios de dinheiro com isso e os preços dos produtos se tornarão cada vez mais altos para os trabalhadores.

A crise econômica não só se deve à alta do petróleo. Mais altos que a conta do petróleo vão os juros da dívida externa e a importação de máquinas e equipamentos (ver OT-27). Mas correndo o presidente João Figueiredo, se acreditaria que a nação já possui um salvador para os dias negros que estão por vir: o álcool. É outro engodo da China: Cr$ 120 bilhões serão empregados até 1985, para produzir 10,7 bilhões de litros, apenas 10% das necessidades previstas de combustível para aquele ano. Os barcoutas da ditadura já falam de uso de novas terras para o plantio da cana e é claro o que o Proálcool significará: ampliação dos latifúndios, expulsão dos pequenos proprietários e diminuição das culturas que fornecem gêneros para a população. Só neste ano o Brasil importará US$ 1,2 bilhões, segundo a CFP (Comissão de Financiamento à Produção) de arroz, feijão, milho... O Governo fornecerá dinheiro quase de graça aos usineiros, à base de 5 a 7% ao ano. Parte dos recursos vêm do exterior, abrindo caminho para as multinacionais que Simonsen, em documento reservado, acredita que não devam ser afastadas do projeto (10-79 GM).

A implantação do Proálcool intensificará a expulsão de camponeses e trabalhadores para as grandes cidades, num momento em que as indústrias não tem mais a capacidade de absorção de empregos anterior. Apesar da indústria de transformação ter crescido 9,3% no primeiro semestre , o nível de emprego cresceu 2,6% e tudo indica que isto não continuará acontecendo. O Governo pretende ampliar as restrições às importações, elevar o preço do óleo combustível que as indústrias consomem, diminuir o crédito disponível e realizar novos cortes no investimento, desativando alguns projetos importantes. A indústria de bens de capital sentirá os reflexos desses cortes e o ritmo declinante já se faz presente: não estão com capacidade ociosa e desempregaram cerca de 20 mil.

A indústria da construção civil, segundo o Dieese, demitiu 8 empregados para cada um que pediu a dispensa , e ela é responsável pela absorção de um grande número de trabalhadores. Três mil trabalhadores serão demitidos pela diminuição dos recursos e a racionalização motivada pelos cortes dos orçamentos dos Estados já está causando dispensas de funcionários públicos.

O País é hoje mais vulnerável à crise internacional. Figueiredo não tem condições de controlar a recessão que se aproxima, mas escolhe sobre quem cairá o peso de todos os trabalhadores...

ANEXO S – Jornal O Trabalho n° 41, página 2

CUSTO DE VIDA

Mais pobreza

A inflação chega a 80%

Não muito de repente, a gasolina chegou aos Cr$ 22,60 o litro — completando uma alta de 169% este ano. O óleo diesel, por sua vez, subiu 38% apenas no último reajuste — e como um reflexo direto desta medida as passagens de ônibus foram elevadas em cerca de 30% em todo o país. (Nos últimos 12 meses, estas passagens se tornaram 110% mais caras). Enquanto isso, os fretes de caminhões (que realizam 80% dos transportes de carga do país) serão elevados em 30% a partir de dezembro. Junto com a gasolina e o diesel, a luz também subiu: 55% desde a semana passada, 100% a partir de junho do ano que vem.

Assim, com poucos decretos, o general Figueiredo conseguiu reduzir ainda mais as já precárias condições de vida do povo brasileiro. Com eles, todos os bens de primeira necessidade — a começar pelos alimentos e pelas roupas — subirão de preço; a inflação, por sua vez, pode chegar a 9% no mês de dezembro, e aos 80% até o final do ano. Com esta nova elevação da inflação, o conjunto das conquistas salariais arrancadas pelos trabalhadores em suas últimas campanhas, greves e enfrentamentos com a polícia, são colocadas em xeque pela ditadura militar.

Este fato se torna ainda mais grave diante dos reajustes fixados pela "nova política salarial do governo" para este mês. De acordo com eles, os salários dos trabalhadores vão sofrer uma elevação que fica em 3% abaixo da inflação.

Precisando de dinheiro para manter a exploração imperialista do país e o crescimento econômico (seus porta-vozes chegaram a reconhecer que até a Petrobrás anda sem dinheiro em caixa), a ditadura nem tentou esconder os objetivos de tais decretos: obrigar os trabalhadores a pagar pelos prejuízos da crise econômica em que ela meteu o país. Para começar, não aumentou o óleo combustível e a nafta (utilizados pelas indústrias) e assim não atacou diretamente os lucros dos empresários. Foi por isso que elevou a gasolina em 169% de um ano para cá — quando, na verdade, o petróleo importado dos países árabes não subiu mais de 80%. Quer dizer: elevando a gasolina, o regime quer obrigar os trabalhadores a subsidiar o preço do óleo combustível utilizado pelos industriais.

Só a imprensa patronal afirma que a grande maioria dos consumidores de gasolina são gente de altas rendas. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, nada menos que 37,9% dos proprietários de automóvel, no Brasil, são famílias com renda não superior a 7 salários mínimos, quer dizer, renda de um operário especializado, ou de um trabalhador pouco qualificado. Com o aumento do óleo diesel, os trabalhadores que ganham um salário médio de 3.000 cruzeiros gastarão 22% de seu orçamento mensal com transportes — fato que, por si só, vai levar a uma redução de seu padrão de vida bastante considerável.

CRISE ECONÔMICA

No fundo do poço

Se não pedisse um centavo emprestado no exterior, o ano que vem, a ditadura já teria mais 2 bilhões de dolares para pagar.

Só existe uma forma de se evitar a catástrofe em que o regime militar está jogando o País: o CANCELAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA, passo necessário para a ruptura de todos os acordos firmados pelos patrões e pelos generais com o imperialismo, responsáveis pelo estrangulamento de toda a atividade econômica; e a ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS, medida pela qual os trabalhadores e a grande maioria da população poderão compensar os efeitos devastadores da inflação — hoje em galope de puro sangue em reta de chegada — sobre seus salários e suas condições de vida.

Estas questões, que só poderão ser resolvidas quando os trabalhadores jogarem abaixo a ditadura iniciando a demolição do Estado burguês no Brasil, vão se tornando cada vez mais necessários diante de uma dívida externa que deve chegar aos 52 bilhões de dólares até o final do ano, e uma inflação que pode atingir os 80%, de janeiro a dezembro de 1979. (Leia matéria nesta página). Mantendo-se o regime militar, não existe caminho possível para se evitar um endividamento cada vez maior do País com o imperialismo, cujas implicações serão, sempre em primeiro lugar, um agravamento das condições de vida das grandes massas. Dominada por um imperialismo em crise, a ditadura é obrigada a sustentar o dólar, a pagar taxas de juro cada vez mais altas no mercado internacional, a fazer acordos cada vez mais favoráveis ao capital estrangeiro (hoje o regime simplesmente se nega a divulgar qual o montante de lucros das empresas imperialistas no País), a favorecer a especulação financeira. Tudo isso têm como consequência direta uma permanente elevação da inflação.

Para pagar a dívida, a ditadura tem apenas uma falsa solução: aumentar as exportações. Assim, para o ano que vem, as exportações estão previstas para 18 bilhões de dólares, ou um pouco mais. Ora, apenas com o serviço da dívida externa, mais seus gastos em petróleo, a ditadura deverá gastar 20 bilhões de dólares, no mínimo. Quer dizer: se não pedisse um centavo emprestado no exterior, a ditadura já teria uma dívida acumulada de dois bilhões de dólares. Acontece que o regime, obrigado a manter a taxa de crescimento em torno de 7% no ano que vem — caso contrário, seria obrigado a decretar a recessão econômica e a enfrentar um proletariado em ascenso — vai necessitar, de mais 16 bilhões de dólares em investimentos. "De onde (o Brasil) vai retirar esses recursos? Vamos elevar a dívida para 66 bilhões de dólares?", perguntava bastante assustado o empresário Cláudio Bardella, em entrevista concedida dias atrás. (Jornal do Brasil, 25/11/79).

O temor de Bardella — por duas vezes eleito o mais representativo burguês de São Paulo — é o mesmo da grande maioria do empresariado. (Leia matéria nesta página). Afinal, a ditadura não consegue cumprir qualquer planejamento econômico — muitas vezes, aliás, mal consegue elaborar um plano econômico, mas tem "várias políticas em entrechoque e nenhuma em execução." (Editorial do "Jornal do Brasil," 28/11/79). Foi assim na questão da substituição da energia gerada pelo óleo combustível (derivado de petróleo) pela energia elétrica. Há pouco tempo, a ditadura prometia subsidiar a eletricidade das indústrias que abandonassem o uso do óleo combustível. Sob pressão direta do Banco Mundial — de quem depende para manter créditos no exterior — o regime foi obrigado a acabar com tais subsídios, elevando a energia elétrica em 55% na semana passada, e a 100% o ano que vem. (O óleo combustível, por sua vez, não sofreu qualquer espécie de aumento).

Também é assim diante do álcool, vendido a um preço nem um pouco barato (Cr$ 11,40 o litro). Sob promessa de novos estímulos (quer dizer, novos favores), as empresas imperialistas que produzem automóveis à gasolina foram levadas a produzir automóveis movidos à álcool. A falta de capitais para ampliar a produção de álcool, contudo, conseguiu tornar esta saída pouco lucrativa, levando o presidente da Volkswagen do Brasil a dizer, na semana passada, quando lhe perguntaram se sua empresa não iria aumentar a produção de carros com o novo tipo de motor: "Minha fábrica não é uma padaria," disse ele. A irritação de Sauer, contudo não iria durar muito. Pois no mesmo dia em que a ditadura decretava o aumento da gasolina, o ministro Karlos Rischbieter, da Fazenda, assinava, em Londres, um empréstimo de um bilhão e 200 milhões de dólares — destinados a financiar o Pró-Álcool. Com tal medida, é até possível que o carro à álcool se torne lucrativo para o imperialismo. Mas isso não resolve a crise da ditadura e da burguesia. Em primeiro lugar porque só faz aumentar a dívida externa e o controle do País pelo capital estrangeiro. E em segundo lugar, porque vai obrigar a burguesia e a ditadura a realizar novos ataques sobre o padrão de vida das massas. Numa conjuntura em que já ocorreram 274 greves de janeiro até o final de novembro de 1979, esta possibilidade, a única que tem a ditadura, não lhe é nem um pouco conveniente — pois seguramente deverá provocar novas e mais violentas explosões populares, das quais a luta dos motoristas de táxi em todo o País foi apenas a primeira amostra.

(Leia página 5)

FRASES

Pérolas da crise

A burguesia vai rezar

A reação da burguesia, diante do agravamento da crise econômica, tem sido uma só: pânico total.

Por isso, todas suas declarações, têm um conteúdo muito religioso e desesperado.

"A situação chegou a tal ponto que, agora, só nos resta rezar. (...) Quando o pior acontecer, certamente ouviremos dizer que passar fome não é assim tão mal, quando todos estão passando. Ouviremos dizer que fomos surpreendidos pelos acontecimentos do Oriente Médio — apesar dos acontecimentos no Oriente Médio, antes mesmo da queda do Xá do Irã, estarem seguindo uma sequência, um desdobramento previsível. De nossa parte, só não conseguimos prever o tempo do piloto que levaria o Xá para o exílio" (do empresário Jaime Rotstein, presidente da Sondotécnica, com razoável trânsito em Brasília).

Para José Flávio Pécora, ministro reserva enquanto Delfim Netto andou viajando pelos países árabes, as preces devem ser bem dirigidas:

"O Brasil deve se tornar ainda mais místico. Além de rezar para São Pedro, teremos que voltar nossas preces para Alá, do qual também passamos a depender" (Folha de São Paulo, 24/11/79).

Comentando a decisão de alguns banqueiros internacionais de continuarem realizando grandes investimentos no Brasil, a revista "Institutional Investor", de Nova Iorque, concluiu que tal medida só pode se explicar pela crença de que "Deus é mesmo brasileiro".

Preocupado com as altas das taxas de juros no País (que continuam crescendo mais depressa do que afirma a ditadura) e com sua elevação no mercado internacional (onde o regime chega a pagar juros mais altos do que as tabelas fixadas pelos mercados oficiais, como aconteceu no financiamento do Proálcool), e com a repercussão de tais medidas sobre os ânimos dos trabalhadores, o empresário José Ermírio de Moraes reconhece: "O país é o paraíso dos agiotas".

O TRABALHO

Uma publicação da Palacra Editora Ltda. Rua dos Tupinambás, 152, Paraíso, São Paulo — Capital. Tel. 70-2430.
Impressão e composição: Empresa Jornalística AFA Ltda. Av. Liberdade, 704 São Paulo — Capital. 278-9010. Diretor Responsável: Paulo Moreira Leite.

CRISE ECONÔMICA

Mirando o apocalipse

"Os recursos de que atualmente dispomos... têm servido apenas para pagar a nossa conta de importação de petróleo e a nossa dívida externa. Nada mais resta para o desenvolvimento do país. Os poucos, pequenos, escassos recursos que tenho conseguido colocar no Nordeste... o tenho feito em detrimento de outras áreas, porque já não temos de onde tirar recursos".

Essa verdadeira confissão do entreguismo do regime foi feita pelo general Figueiredo num discurso em Mossoró (RN), há duas semanas: o imperialismo está sugando tudo o que pode da economia nacional. A declaração conseguiu aumentar o sentimento de pânico da burguesia, que vem se acentuando desde que os metalúrgicos do ABC arrebentaram a "nova" política salarial do governo, na última greve.

O "Estadão", desolado, concorda que a situação é desesperadora, arriscando um desafio: "Esgota-se, porém, assim todo o discurso oficial; e não poderá o sr. João Baptista Figueiredo nada mais levar ao Nordeste salvo o apocalipse?" (26/7, editorial). A "Folha de São Paulo", em editorial assinado, comenta pateticamente: "Como lamento é demais; como solução é de menos. Ai, Jesus!" (27/7).

Não é para menos. A ditadura começa a demonstrar o estrondoso fracasso de suas metas para este ano. A inflação ultrapassou os 100% anuais em julho, sendo poucos os que duvidam que no fim do ano ela terá superado a taxa do ano passado (77,2%). Pelo menos é o que diz o "Estadão" (27/6, editorial): "Hoje, os mais otimistas convêm em que a alta de preços não será inferior a 70% e a maioria antevê uma inflação de 80%". O Chase Manhattan Bank, um dos maiores credores internacionais do Brasil, cuja revista "International Finance" prevê também 80%; e a maioria dos empresários (um deles, candidato à Federação das Indústrias do RGS, previu 120%). Nada animador, para quem prometeu solenemente baixá-la para 50% até o fim do ano...

Não refresca nada desviar o olhar para a balança comercial, que Delfim Netto prometeu manter equilibrada em 1980. A dívida externa já passou dos 52 bilhões de dólares, e o déficit já chegou aos dois bilhões de dólares no primeiro semestre, restando à ditadura rezar para que ele não aumente até dezembro. O que será muito difícil, tendo em vista que as importações estão crescendo bem à frente das exportações: 50% contra 35%, comparativamente ao mesmo período de 1979.

Nesse quadro, aumentam as pressões do imperialismo e da própria burguesia sobre o regime. Há duas semanas, a diretoria do Fundo Monetário Internacional (organismo mantido pelo imperialismo, cujo preço pelos empréstimos aos países em dificuldades é a aplicação de suas "receitas" de política econômica) manifestou um estranho apoio à atual política econômica do governo brasileiro: dizia defender Delfim e seus planos, mas exigia mudanças essenciais em sua política. Assim, os juros deveriam ser liberados, o controle de preços relaxado, o câmbio liberalizado e os salários arrochados. O recado foi muito bem compreendido: agora, todos sabem "o que falta" para o FMI dar o seu aval incondicional ao regime e o que este **terá** de fazer em caso de precisar bater às portas daquele organismo.

Por uma concidência não tão casual, as mesmas "sugestões" são feitas pela "Carta do Ibre", documento da Fundação Getúlio Vargas, instituição notoriamente ligada ao ex-ministro Simonsen (que, hoje, por outra curiosa "coincidência" trabalha para o Citybank, da família Rockefeller): liberar os juros e achatar os salários, ameaçando com o perigo do desemprego em caso contrário.

Vontade não falta à ditadura para seguir esses "conselhos". Ao mesmo tempo em que promete mudar (para nós) a política de reajuste de salários, a ditadura vem arrochando os salários de forma cada vez menos disfarçada: em junho, por exemplo, o INPC (índice-base dos reajustes semestrais de salários) acumulou 75,6% em um ano, contra 99,2% de inflação e 88,8% de custo de vida, numa média nacional (v. Folha de São Paulo, 26/7); só em São Paulo, segundo o DIEESE, o custo de vida teria aumentado 82% em um ano.

O que falta ao regime são condições políticas de lançar um ataque generalizado aos trabalhadores, jogando o País na recessão e no desemprego em massa, pois isso poderia acender ainda mais o ânimo dos trabalhadores. Os generais vão retardando o quanto podem a "solução". Mas não deixam de fazer o que está ao seu alcance: no Nordeste, onde figueiredo fez sua desastrada confissão, o IBGE informa que 53,5% dos trabalhadores gahavam menos de um salário mínimo e 16,9% não ganhavam nada, em 1978; 50,5% da população são analfabetos; 61,6% das moradias não tinham luz elétrica e 57,6% (3,8 milhões) não possuíam esgoto (JB, 28/7).

Esses dados, somados à declaração de Figueiredo em Mossoró, mostram que o único caminho para o povo brasileiro conquistar uma vida digna é derrubar a ditadura militar, promotora da miséria nacional.

ANEXO U – Jornal O Trabalho n° 73, página 2

SALÁRIOS

Ministros discutem: querem aumentar o arrocho

É uma exigência de seus acordos com o imperialismo

Nove meses apenas depois de decretada, a lei salarial criada por Figueiredo já se transformou em um problema para o próprio governo Figueiredo. Sua novidade principal — o reajuste semestral de salários com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é criticada pelos seus defensores de ontem — os ministros Delfim, Galvêas e Murilo Macedo — provocando confusão nos meios empresariais e o surgimento de boatos de mudança no Ministério. Esperava-se, com a nova lei, esfriar as campanhas salariais, aliviando um dos flancos da ditadura. Mas meias medidas não resolvem a situação da crise generalizada em que vive o país. Em lugar de uma campanha passamos a ter duas por ano — e com redobrada energia. Veio a greve do ABC. O confronto entre patrões e empregados quase explode o regime. O empresariado não estava disposto a perder um centavo de seus lucros — ainda mais em época de vacas magras — e os trabalhadores não estavam dispostos a serem saqueados. Tudo o que conquistam a duras penas, lutando contra uma repressão violenta, é imediatamente devorado pela inflação. Cada campanha salarial transforma-se numa guerra. Algo precisava ser mudado. Urgente. Assim, os ministros, nos últimos dias, resolveram comunicar que tudo era culpa exatamente da lei salarial: o aumento do número de falências, o desemprego, a má distribuição da renda, a inflação, etc. Ou seja, a responsável pela crise da ditadura é a legislação salarial. Não é preciso se deter no absurdo dessas conclusões. Delfim, Galvêas e Macedo discutem, em verdade, não simples reformas na legislação, mas sim quanto é possível arrancar dos trabalhadores.

O pano de fundo das campanhas salariais dos próximos meses será a crise econômica mundial e seus reflexos no Brasil. Não por acaso, na mesma semana em que a divisão da burguesia a respeito da política salarial pegou fogo, o próprio Figueiredo anunciava sua disposição de abrir ainda mais as riquezas do país ao imperialismo: o ditador afirmou que estava pensando em tornar a lei de remessa de lucros para o estrangeiro ainda mais branda — como se isso fosse possível!

O alerta já havia sido dado pelo próprio Figueiredo, em recente discurso: "os recursos que atualmente dispomos... têm servido apenas para pagar nossa conta de importação de petróleo e nossa dívida externa. Nada mais resta para o desenvolvimento do país... já não temos de onde tirar recursos". Os útlimos dados econômicos demonstram que a ditadura realmente esta indo muito longe na defesa dos interesses do imperialismo. Já atingimos a fantástica dívida de 52 bilhões de dólares, recorde internacional — na lista dos dez países mais endividados do mundo ocupamos o primeiro lugar, com o dobro da dívida do segundo colocado. A dívida externa, sabemos, é um resgate que os trabalhadores pagam ao imperialismo para sobreviverem. São obrigados frequentemente pela violência a se endividarem, e, também pela violência, a pagarem as dívidas que não contraíram em seu benefício. Mas tudo tem um limite: as próximas campanhas salariais vão demonstrar que o governo já não tem condições de cobrar essa dívida dos trabalhadores. Elas devem preparar a derrubada da ditadura e a expulsão do imperialismo do país.

EDITORIAL

Na greve da FIAT, o apoio é decisivo

"Só vamos parar a greve se a solidariedade fracassou." Esta afirmação, feita pelo metalúrgico Gonçalves, do Comando de Greve da Fiat carioca, na reunião que discutiu a solidariedade ao movimento no último dia 18 no Rio de Janeiro, sintetiza o desafio colocado por esta greve para todo o movimento operário brasileiro.

A greve dos trabalhadores da Fiat, que nesta segunda-feira completava duas semanas, é um verdadeiro exemplo para os trabalhadores: Lá, os operários organizaram-se na fábrica, através de comissão de fábrica, independentemente dos patrões e dos pelegos, e vêm desenvolvendo um intenso processo de mobilização. Suas bandeiras são as de todo o proletariado brasileiro hoje: readmissão dos companheiros demitidos, estabilidade para todos. É por tudo isto que a Fiat aponta um caminho na luta contra o desemprego e a política econômica do governo.

É fundamental portanto garantir a vitória da greve da Fiat. Uma derrota significaria um alento para os patrões e para a própria ditadura, que procura desmoralizar e abater os trabalhadores, diminuir suas condições de resistir aos golpes que não se restringem ao plano salarial, indo também aos ataques contra sua organização independente, através da LSN e do acobertamento dos atentados terroristas.

A direção da multinacional, sabendo do alcance deste movimento, passou a nova investida, fechando a fábrica nesta segunda-feira, procurando vencer os trabalhadores pelo cansaço e pelo isolamento.

Mais do que nunca, então, é necessária a solidariedade ativa dos trabalhadores de todo o país para garantir a vitória dos companheiros. Esta é uma tarefa que cabe antes de tudo às direções do movimento operário, que podem organizar esta solidariedade. Tarefa que se torna ainda mais urgente quando a Unidade Sindical, após duas semanas de silêncio absoluto ante a luta da Fiat, pesa agora a colocar obstáculos a um movimento unitário e eficaz de solidariedade.

Nestas circunstâncias, caberá ao PT assumir a dianteira neste movimento de solidariedade, expressando o anseio e as esperanças de todos os trabalhadores brasileiros que identificam na Fiat os seus próprios problemas — e as soluções que eles possam ter. Em São Paulo, uma plenária estadual do partido aprovou uma moção de solidariedade à greve, que prevê o engajamento de todos os militantes nas mais diversas iniciativas de solidariedade.

Que este exemplo seja seguido no país inteiro.

RECESSÃO

Patrões querem os trabalhadores na rua

Desemprego ameaça cada vez mais gravemente

Queda no nível de atividades das empresas, aumento no número de desempregados. Este é o panorama que marcou a situação econômica do país no primeiro trimestre do ano. Apesar de toda a linguagem teatral e de todo o pretenso otimismo destilado por ministros e técnicos do governo, a realidade é uma só: os trabalhadores vêm sendo cada vez mais atacados em seu direito de trabalhar e receber salários dignos — tudo isso, por causa de uma crise pela qual eles não têm a mínima responsabilidade. Os dados desmentem todas as afirmações de que "não há crise no Brasil"; pelo contrário, alertam para o quanto os trabalhadores precisam se preparar e se organizar para não serem os pagadores da crise que aí está.

Com efeito, neste trimestre, pela primeira vez em onze anos, o setor industrial de São Paulo teve um crescimento negativo (— 1,5%) em suas atividades. Isto, segundo dados da FIESP, entidade patronal. Por outro lado, de acordo com o IBGE, órgão do governo, o crescimento em todo o país foi nulo (zero). Soma-se a isso o endividamento externo do país (cerca de 60 bilhões de dólares), agravado pela recente alta nos juros cobrados internacionalmente, e uma inflação de 120% — e ainda há quem negue a gravidade da situação!

Segundo levantamento da FIESP, nada menos do que 52 mil pessoas foram desempregadas somente no mês de abril passado, enquanto que, desde novembro de 1980, este número já chega a 140 mil pessoas. Tudo isso sem contar o setor de produtos eletro-eletrônicos que, como se sabe, também se encontra em dificuldades. A Companhia Siderúrgica Nacional, sediada em Volta Redonda, anunciou semana passada que demitirá 4 mil operários, pois, simplesmente, não dispõe de recursos — que teriam de ser fornecidos pelo governo — para pagar os 8 milhões de cruzeiros que deve aos seus fornecedores. Sem dúvida a lista de empresas dos mais diversos setores da produção que mostram-se à beira de efetuar demissões é enorme e cresce a cada dia que passa. São os patrões mostrando toda sua disposição de atacar os trabalhadores.

Cláudio Bardella, vice-presidente da FIESP, expressou a situação da seguinte maneira: " A política de recessão do governo está aquí, provada. Já chegamos no fundo do poço e cavamos até um pouco mais". E Carlos Langoni, presidente do Banco Central, árduo defensor do ministro Delfim Neto, também admitiu: "em 79/80, a deterioração de troca foi de tal magnitude que o seu impacto sobre a balança comercial e sobre a inflação, só poderia ter sido minimizada com políticas de ajustamento extremamente severas, que implicariam tendências altamente recessivas na economia" (FSP, 15-5). De fato, as medidas adotadas pelo governo no final do ano passado — liberação das taxas de juros, liberação de controle dos preços, restrição no crédito, diminuição nos investimentos estatais e obras públicas — têm como consequência a diminuição no ritmo e na intensidade de crescimento da economia como um todo, e a atual situação comprova isso claramente.

O que os trabalhadores não podem admitir é que suas famílias sejam levadas a um desespero ainda maior, com o agravamento da miséria e a total ausência de perspectivas. E, ao contrário do que aconteceu na semana passada, quando a Federação dos Químicos do Estado de São Paulo fez um acordo com a FIESP acatando as demissões, porém paulatinamente e com alguns "critérios", a luta contra o desemprego implica na mobilização, na utilização de todas as armas de combate de que dispõem os trabalhadores. Caso contrário, a disposição dos patrões de demitir ainda mais não será barrada. A Fiat do Rio de Janeiro, assim, é o exemplo que precisa ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores ameaçados de desemprego. A diretoria da Federação pelega dos Químicos, que se portou como uma correia de transmissão dos interesses patronais no interior da categoria, merece o repúdio da classe trabalhadora. Aos companheiros da Fiat, pelo contrário, toda a solidariedade! (veja a página 12).

NEGROS

Comemorado o dia 13 de maio

O dia 13 de Maio — data que os trabalhadores negros já transformaram em um marco de sua luta contra a opressão a que são submetidos pelo capitalismo — foi marcado esse ano por várias manifestações em todo o país.

Em Curitiba, centenas de pessoas, brancas e negras, participaram de uma passeata promovida pelos estudantes da escola de Educação Física da Universidade Católica do Paraná, em protesto contra a expulsão de uma estudante negra de uma boate local.

Em São Paulo, cerca de 150 pessoas participaram de um ato público em frente ao monumento à Mãe Preta no Largo Paissandu, convocado pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que anunciou para breve o lançamento de uma campanha contra a violência policial. Para os integrantes do MNU, a violência policial é o principal instrumento utilizado pela burguesia para impedir a livre organização dos negros: "desde o tempo da escravidão o negro já era considerado um caso de polícia. O negro, na medida em que se organiza, passa a ser considerado um perigo.

Lei dos Estrangeiros

Campanha exigirá anistia

A Lei dos Estrangeiros é mais uma das provas das verdadeiras intenções da ditadura militar para com os trabalhadores: tendo se originado de uma troca de favores prometidos entre os ditadores dos países do Cone Sul, ela serve na verdade para perseguir e expulsar do país os estrangeiros que, por participarem das lutas do povo brasileiro ou por serem perseguidos em sua terra possam ser mandados de volta a seus países de origem onde muitos estão ameaçados de prisão e até de morte. A invasão de território levada a efeito pela polícia uruguaia, com a ajuda da brasileira, no caso do sequestro de Universindo Dias e Lilian Celiberti, a expulsão do padre Vito Maracapillo, são uma pequena mostra do que está sendo preparado.

Por isso, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latinoamericanos — CBS — está lançando uma campanha de Anistia para todos os estrangeiros já punidos pela atual Lei e também aos que se encontram em situação irregular, ilegal ou clandestina no país, e pelo direito de asilo político diplomático e territorial.

Namoro da burguesia com as FFAS

Um encontro bastante interessante ocorreu na semana passada na sede da FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. José Ferraz da Rocha, ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), acompanhado de aproximadamente 30 oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, compareceu ao prédio da entidade para conversar com seu presidente, Luis Eulálio Bueno Vidigal.

O objetivo da reunião era discutir a reestruturação e ativação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI). Este grupo foi criado em 1964 para ajudar na efetivação do golpe de estado daquele ano, que instaurou a ditadura militar no país. Ele tem como objetivo, formalmente, mobilizar toda a indústria "em casos de comoção interna ou externa", para transformar o mais rapidamente possível as linhas tradicionais de produção em linhas capacitadas a fabricar artefatos de guerra, "fardamentos, rações, canhões e granadas". Mas a importância da reunião está em afirmar a proximidade entre a burguesia e as Forças Armadas que sustentam o regime militar. O presidente da Fiesp foi enfático ao afirmar que seu relacionamento com as Forças Armadas e a reativação do Grupo precisa ser feita "dentro do mais breve prazo possível".

Este encontro mostra muito bem de que lado está Vidigal, o empresário que quer se apresentar como "liberal" e tem recebido o apoio do Partido Comunista Brasileiro, que, em seu jornal oficioso, "Voz da Unidade", já teve várias oportunidades de expressar sua simpatia pelo atual presidente da Fiesp. Não custa lembrar, inclusive, que Ferraz da Rocha, como primeiro homem do EMFA, é o "chefe hierárquico" dos DOI-CODI. Literalmente, ambos armam-se para enfrentar os trabalhadores.

CRISE ECONÔMICA

Que querem os EUA?

O significado dos enormes aumentos nas taxas de juros internacionais

Há pouco mais de um mês, representantes de governos de sete países (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, França, Canadá e Itália) reuniram-se por dois dias em Ottawa, a capital canadense. Nessa ocasião, quase que por unanimidade, estes representantes queixaram-se enormemente da política econômica do imperialismo norte-americano a nível internacional, em particular no que se refere às altas taxas de juros cobradas pelos EUA.

Helmudt Schmidt, o primeiro ministro alemão, declarou que as atuais taxas de juros são *"as mais altas desde o nascimento de Cristo"*. Jaques Delors, ministro das Finanças da França, também reclamou, dizendo que a atual política norte-americana *"poderia nos levar a um período tão negro como a Grande Depressão"* (Jornal do Brasil, 21/7). Ao final do encontro, no entanto, nada foi resolvido, e Ronald Reagan, presidente dos EUA, pôde se regozijar do ocorrido, afirmando: *"Estou grato pela compreensão e apoio às nossas políticas. Partimos com um verdadeiro sentimento de um objetivo comum"*.

Mas, afinal de contas, o que está ocotrendo no mercado financeiro internacional? Que papel cumprem as taxas de juros norte-americanas no momento atual? Porque estas queixas?

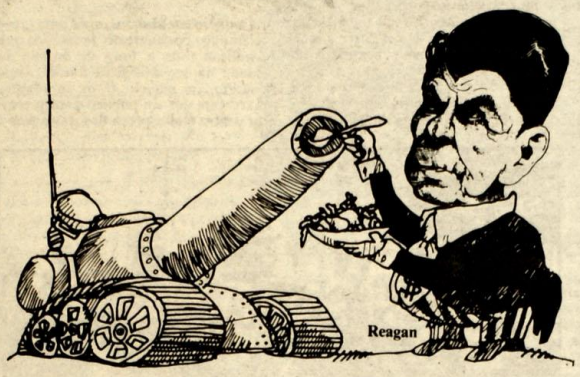
Para tentar compreender esta questão, é importante que não se veja de maneira isolada o que está acontecendo hoje. Pois a crise atual tem raízes anteriores, que fazem parte do próprio sistema capitalista internacional, principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial.

O "boom" econômico do pós-guerra

Com efeito, após a Guerra, os Estados Unidos (entenda-se, aqui, o imperialismo norte-americano) comandaram o reerguimento da economia capitalista de diversos países. Este foi o sentido, por exemplo, do famoso "Plano Marshall", que visava recuperar a burguesia da Europa ocidental, tremendamente abalada pelos acontecimentos da guerra.

A partir daí, com enormes investimentos internos e externos, o imperialismo promove um verdadeiro "boom" econômico. Alguns economistas burgueses afirmam que este crescimento econômico ocorrido nas décadas posteriores à guerra significou uma época de "prosperidade" para a maioria dos povos do mundo. Mas a verdade, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora internacional, é bem diferente.

O fato é que a condição para este "boom" foi o crescimento fantástico do capital fictício (papéis que geram rendimentos artificialmente, sem correspondência na produção de mercadorias úteis para a humanidade em seu conjunto), o crescimento gigantesco da economia de armamentos (como se sabe, nos países capitalistas, a burguesia fabrica armas e mais armas, muitas das quais provavelmente jamais serão utilizadas, principalmente para "movimentar" a economia e continuar tendo lucros) e um imenso parasitismo. Tudo isso, se, por um lado, permitiu que os capitalistas enchessem seus bolsos de capitais, por outro, não significou nenhuma melhoria na vida das massas, que continuaram vendo os seus salários e as suas condições de vida se deteriorando, enquanto foguetes passeavam pelos céus e bilhões de dólares eram gastos na pesquisa e fabricação de armamentos.



O resultado é que, a nível internacional, foi-se acumulando uma quantidade imensa de capital fictício no decorrer dos anos. A política econômica dos estados burgueses, em primeiro lugar a dos próprios Estados Unidos, se desenvolvia de forma improvisada, de acordo com as suas necessidades de, por um lado, combater as lutas da classe trabalhadora contra a exploração e a opressão e, de outro, garantir a manutenção das grandes taxas de lucro auferidas pelo capital financeiro. Assim, por várias vezes, através de mecanismos artificiais e utilizando-se de sua hegemonia no mercado mundial, os EUA elevaram seus juros, depois baixaram e elevaram novamente.

Estas flutuações no mercado financeiro internacional acabaram gerando um desequilíbrio no sistema como um todo, cujo preço — hoje se vê — é bastante caro. Num certo sentido, pode-se afirmar que o sistema capitalista viveu, durante todas estas décadas, muito acima de seus próprios meios.

Agora, todos os indicadores econômicos dos principais países industrializados, inclusive os EUA, destacam um agravamento da situação: diminuição ou estagnação na produção industrial, crescimento do desemprego combinado com a inflação, aumento das dívidas externas. De certo modo, os fatores artificiais, que haviam permitido uma certa mobilidade ao sistema, provocam agora situações catastróficas, acentuando as crises que se desenvolvem nos diferentes países.

Imperialismo propõe mais parasitismo

Leon Trotsky, um dos dirigentes da Revolução proletária na Rússia de 1917 e fundador da IV Internacional, escreveu num de seus trabalhos que *"em períodos de crise, a hegemonia dos Estados Unidos se fará sentir de maneira mais completa, implacável e franca do que nos períodos de crescimento"*. A alta vertiginosa das taxas de juros norte-americanas, no momento atual, é a expressão mais evidente a confirmar esta afirmação.

Ela é um elemento importante na verdadeira guerra comercial que começa a ocorrer no terreno da exportação de mercadorias, e acentua as fragilidades das diversas economias imperialistas. Elevando as taxas de juros, os EUA tentam fazer com que a enorme quantidade de capital fictício que "flutua" no mercado mundial seja direcionada para lá. Desta forma, busca obter uma massa incalculável de capital para financiar de forma direcionada novas especulações e um aumento ainda mais colossal das despesas com armamentos, que devem funcionar como peça principal no motor da economia capitalista naquele país. Em outras palavras, a solução para a crise, do ponto de vista do imperialismo, continua sendo o parasitismo.

Ocorre porém que, para azeitar a sua economia através deste mecanismo, o imperialismo é obrigado a agravar as contradições econômicas existentes nos demais países capitalistas, principalmente os europeus. A alta nas taxas de juros significa um aumento extraordinário nos preços das mercadorias importadas (pagas em dólar) por aqueles países, diminuição na oferta de empregos, entre outras consequências.

Não é por acaso que surgem as reclamações do tipo daquelas levantadas pelos representantes da Alemanha e da França em Ottawa, citadas mais acima. Pois, obrigadas a se dobrar diante da hegemonia do imperialismo norte-americano, estas burguesias, que também querem manter seus lucros, voltam-se para os trabalhadores de seus respectivos países e sobre eles, através do desemprego, da diminuição nos gastos sociais do Estado, buscam descarregar o ônus da crise do capitalismo internacional, agravando suas condições de vida e buscando retomar velhas conquistas do proletariado. A resistência dos trabalhadores a pagar por esta crise é o fator fundamental a gerar preocupações entre as fileiras da burguesia.

A dívida externa brasileira

As repercussões do aumento ocorrido nos últimos anos nas taxas de juros dos Estados Unidos e de outros países imperialistas são enormes no Brasil, onde a ditadura militar busca direcionar os rumos da economia de acordo com as necessidades de pagamento da dívida externa. Esta, que era de 54 bilhões de dólares em 31 de março, deverá chegar a cerca de 60 bilhões até dezembro.

Para se ter uma idéia deste significado, é interessante lembrar um dado provindo do secretário da Fazenda de São Paulo, Afonso Celso Pastore, segundo o qual *"cada 1% de elevação na "prime-rate" ou na "Libor" (taxas de risco dos Estados Unidos e da Europa), representa o mesmo que um reajuste de 4% do acréscimo no preço do petróleo"* ("Jornal do Brasil", 27/8).

Só de juros e amortizações, o país deve pagar, este ano, entre 15 e 16 bilhões de dólares de sua dívida. Isto porque, em função do aumento nas taxas de juros, este ítem do pagamento (juros) deverá ser superior em pelo menos 2,2 bilhões de dólares com relação ao previsto inicialmente (previa-se que ele seria de 6,7 bilhões, mas já se fala em 8,5 bilhões). E nos últimos 12 anos, os juros da dívida externa brasileira cresceram nada menos que 5000%.

Como o regime militar está muito mais preocupado em saldar seus compromissos com o capital financeiro internacional do que com qualquer outra coisa, várias medidas que afetam as condições de vida da maioria da população vêm sendo adotadas para pagar a dívida. A principal delas é a de frear o crescimento econômico, criando um certo excedente para exportação, a fim de possibilitar um melhor desempenho no balanço de pagamentos. O resultado prático desta política é a recessão econômica, que, como se sabe, atinge em cheio a classe trabalhadora. Que por sua vez, em lugar de continuar pagando os altos juros, deseja o cancelamento da dívida frente ao imperialismo.

ANEXO Z – Jornal O Trabalho n° 153, página 11

IMPERIALISMO

Citibank faz a festa no Brasil

O Citibank, o segundo banco maior de capital norte-americano no Brasil, teve um lucro de 45% em suas operações financeiras no país em 1981, o maior lucro que o banco obteve em todos os países em que atua.

O mesmo banco teve um lucro de 25% nos Estados Unidos, teve prejuízos na Europa, que foram "amplamente superados" pelos lucros no Brasil. As receitas que o banco aplica no Brasil equivalem a 43,6% da receita total obtida pela corporação em toda a América do Sul, Central e Caribe.

O Citibank é o maior credor privado do Brasil. Tem atualmente 8% da dívida externa brasileira, cerca de 5 bilhões de dólares, e é também no Brasil que apresenta o maior índice de crescimento de sua receita (de 191 para 313 milhões de dólares, entre 1980 e 1981).

Estes números demonstram a que se referia o general Figueiredo que, em sua recente viagem aos Estados Unidos, declarou a "convergência de interêsses" existentes entre os dois países. "Convergência", entre os interesses da ditadura militar, gerente dos negócios do imperialismo no Brasil, e as grandes indústrias e bancos que exploram os trabalhadores e o povo brasileiro.

"Convergência de interesses", que faz aumentar a dívida externa brasileira, submetendo o país aos lucros dos bancos e multinacionais que, como o Citibank, apoiam-se na repressão de Figueiredo para manter sua exploração sobre os trabalhadores do país.

MÉXICO/RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

Quem paga são os trabalhadores

No último dia 18, o Ministro das Finanças do México, Jesus Silva Herzog anunciou, num discurso transmitido pela televisão, que seu governo havia iniciado conversações com os banqueiros internacionais para renegociar a dívida externa do país.

Dois dias depois, na sede do Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos, uma reunião de 100 banqueiros internacionais, 55 norte-americanos, decidiram prorrogar por 90 dias o pagamento de uma parcela do total da dívida externa mexicana.

A parcela renegociada, de 10 bilhões de dólares, representa uma fração pequena do total da dívida, cerca de 80 bilhões de dólares (soma semelhante à da dívida externa brasileira). E somente de juros o México paga 1 bilhão de dólares por mês.

Mas, para renegociar mesmo esta pequena fração, o imperialismo impôs uma condição: a subordinação do governo mexicano aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI). E isso, para os trabalhadores, tem um significado trágico.

"Qualquer acordo que se fizer para recuperar a economia do México vai incluir uma série de medidas para se apertar o cinto, incluindo a retirada de subsídios governamentais a serviços e produtos básicos de consumo", como afirmaram os delegados do FMI encarregados de negociar com o governo mexicano.

17 de junho: a polícia ataca operários industriais, rompendo uma greve que durava 5 meses, na Cidade do México (capital do país)

Falando claramente, isso significa que o governo mexicano deve reduzir "drasticamente" os gastos com obras e serviços públicos, eliminar os subsídios à produção de alimentos e ao setor de transportes, e impor o arrocho salarial.

Os banqueiros de Londres não esconderam sua satisfação com a decisão do governo mexicano: **"jamais duvidamos que o governo mexicano tomaria as medidas necessárias. Ao sacrificar assim o orgulho nacional, os dirigentes mexicanos demonstraram sua determinação em resolver o problema, custe o que custar".**

Maior dependência ao imperialismo

Para os trabalhadores e para o povo mexicano, a renegociação da dívida externa não resolverá problema algum. Pelo contrário, a subordinação do governo ao FMI aumentará a dependência da economia nacional para com o imperialismo, e sacrificará ainda mais as condições de vida dos trabalhadores e do povo mexicano.

A situação da economia mexicana,cuja inflação supera hoje os 100%, causando crescentes sofrimentos aos trabalhadores, não representa um caso isolado. Pelo contrário, somente os países atrasados devem aos banqueiros imperialistas mais de 600 bilhões de dólares, segundo o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

E esta dívida, segundo o BIRD, chegará a 1,5 trilhão de dólares em 1990. Isto é, a situação de miséria e fome da população mundial tende a se agravar, para aumentar os lucros e o capital do imperialismo.

Renegociação não é solução

O Brasil está entre os países que mais devem ao imperialismo. Sua dívida atual supera os 80 bilhões de dólares, e os juros sobre a dívida se acumulam aceleradamente.

Até o fim deste ano, dizem os economistas, a soma total atingirá 88 bilhões de dólares.

Como esta situação poderá ser resolvida? O "exemplo mexicana" ilustra muito bem a situação. A renegociação da dívida externa não resolverá o problema para os trabalhadores e o povo mexicano, mas aumentará sua penúria.

Diante disso, se atualiza a questão: existe outra solução para resolver o problema da dívida externa, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores e dos povos oprimidos pelo imperialismo, senão o de avançar na ruptura com o imperialismo negando as monstruosas dívidas contraidas pelos governos dos patrões?

ANEXO B2 – Jornal O Trabalho n° 169, página 3

especial

REUNIÃO DO FMI

Como sair desta crise?

Charge do Chico Caruso (JB)

"O mundo em bancarrota". "Concordata". "Os países estão falidos".

A origem da dívida externa

Aumentar as exportações é uma saída?

A renegociação não interessa aos trabalhadores

É preciso romper com o imperialismo

EDITORIAL

Organizar a luta contra os planos do FMI

No apagar das luzes de 1982, a ditadura concluía as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Nem bem terminavam as eleições — que, mesmo com toda a fraude, não conferiram a Figueiredo e seu partido mais do que 33% dos votos — os ministros do regime acertavam com o FMI e os banqueiros as medidas necessárias para pagar a monstruosa dívida externa contraída pelos patrões e generais.

O conteúdo do acordo, expresso sem ambiguidades na "Carta de Intenções" enviada ao Fundo, é claro: a partir de agora, os banqueiros e o imperialismo assumem diretamente a gestão dos negócios do país e as portas são escancaradas para uma penetração ainda maior do imperialismo, o americano em especial.

Assim, no documento é prevista a revisão da lei referente à remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior — lei anterior à 64 e que nem os golpistas da época haviam se atrevido a mudar. Até agora a remessa dos lucros das empresas estrangeiras para o exterior era taxada de maneira progressiva (mais remessas, mais taxas) para obrigar a sua aplicação em investimentos no país. Com o fim da progressividade, abre-se a porta para uma verdadeira rapinagem dos recursos do país.

Na mesma linha, o governo decide facilitar o ingresso de capitais estrangeiros na Bolsa de Valores, o que, combinado com a facilidade na remessa de lucros e dividendos, permite que sejam drenados para o exterior um montante ainda maior de recursos nacionais. Isto tudo sem falar no fato de que, de acordo com a "Carta", a economia do país passa a ser trimestralmente examinada pelo Fundo, para assegurar a aplicação integral de suas exigências.

Tendo como pano de fundo essa entrega ainda maior da já espoliada economia nacional, o centro das medidas visa a orientar todos os recursos do país para o pagamento da dívida. Na linguagem dos banqueiros e dos generais, isto significa atacar em regra o bolso da classe operária e do povo do país.

Dessa forma, os acordos determinam uma violenta redução dos gastos públicos, em especial dos gastos sociais. O corte de 12% do orçamento reflete isso, pois ele impõe por exemplo que setores como as Forças Armadas — sempre bem favorecida na divisão dos recursos orçamentários — tenha um corte na mesma proporção que a Educação, cujo orçamento (já cortado antes da ida ao FMI) já colocava as universidades numa situação intolerável. Da mesma forma, isso aparece no arrocho salarial sobre o funcionalismo público, expresso nos índices decretados para 1983.

Além disso, a redução dos gastos estatais determinará a extinção dos subsídios para o trigo, açúcar e derivados de petróleo. Em palavras claras, isto implicará na elevação brutal do preço do pão, açúcar e demais gêneros de primeira necessidade, pois, retirando o subsídio dos derivados de petróleo (entre eles o óleo diesel que é o combustível mais utilizado no transporte de produtos), o custo do transporte será majorado e o adicional transferido para o preço das mercadorias.

De outro lado, as medidas em curso impõem uma redução sem precedentes na já abalada atividade econômica do país. As demissões da Mercedes Benz prenunciam uma aceleração drástica do desemprego que, só no último ano, provocou a redução de 30% dos trabalhadores empregados na indústria automobilística no ABC (de 142 mil para 100 mil). Sendo que, de acordo com o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Jair Meneghelli, 90% destes trabalhadores não arrumaram novo emprego.

No interior do plano ditado do FMI, a pedra de toque é a política salarial. Pois, os banqueiros e o governo estão conscientes, é preciso tirar dinheiro de algum lugar para pagar a dívida. Assim aceleram-se os estudos sobre a revisão da lei salarial, cujo objetivo maior, a depender do FMI, é a liquidação do reajuste semestral.

Um horizonte de miséria e desemprego: isso é que prometem a ditadura e o imperialismo. E, para torná-lo realidade, é bem verdade, não lhes tem faltado a compreensão da "oposição". Seja recebendo Reagan em sua visita ao país, seja anunciando a recusa de conceder o reajuste semestral ao funcionalismo estadual, seja se solidarizando com o ditador na ida ao Fundo como fez Tancredo Neves ao declarar, ainda em 82, "que sempre defendeu a posição de que o governo devia ter procurado o FMI".

Contra os planos desta gente, a classe operária e o povo não se mostram dispostos a assistir passivamente a deterioração em regra de suas condições de vida. Para ajudar a organizar e ampliar a resistência a estes planos, todos os dirigentes sindicais e políticos, em especial os do PT, devem ocupar o seu lugar neste combate. O que começa desde já, na preparação de um verdadeiro Dia Nacional de Luta em 22 de março (veja pág.4).

APÓS AS ELEIÇÕES

Figueiredo

O resultado da eleição de novembro, na qual, mesmo com toda a fraude realizada pela ditadura, Figueiredo e seu partido, o PDS, apareceram como claramente minoritários no país, mostrou a vontade do povo de terminar com o regime militar e suas instituições. Mesmo que a fraude tenha "transformado" esta minoria em maioria no Colégio Eleitoral, no Congresso o regime está consciente do repúdio generalizado a todos estes anos de ditadura, que fez com que nos principais estados do país o PDS não tenha feito governadores. Nesta situação, Figueiredo trata de reforçar seus mecanismos de defesa, de forma a garantir a continuidade da ditadura.

Em especial, as atenções do regime se voltam para manter de pé e sob seu controle direto o aparato repressivo criado ao longo desses anos, espinha dorsal da ditadura militar. Toda uma série de medidas vem sendo tomada para atingir este objetivo, ainda mais diante da necessidade de fazer frente às mobilizações que já começam a ocorrer, como resultado das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Assim, pouco tempo depois de decorridas as eleições, a ditadura revela a sua intenção de não abrir mão de suas prerrogativas com relação à "manutenção da segurança". A polêmica que se abre, em particular nos estados onde o PDS foi derrotado, sobre a desativação dos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), o regime responde com o reforço dos efetivos da Polícia Federal, para permitir que a atividade de repressão política seja mantida sem interrupção em todo o país.

Mais recentemente, e com o mesmo objetivo, Figueiredo assina um decreto visando uma maior centralização com relação às Polícias Militares dos estados. Pelo decreto, o regime modifica o mecanismo de nomeação dos comandantes da PM e permite que diretamente o governo federal assuma o controle das corporações por cima dos governadores dos estados (veja quadro).

Esta medida precederia outras, já com estudo concluído no Ministério da Justiça, que atingiria também a Polícia Civil dos estados. Segundo divulgado pelo "Estado de São Paulo", (15.01) o Ministério da Justiça deverá enviar ao Congresso Nacional "a proposta de uma emenda constitucional que, se aprovada, dará à União atribuições de legislar sobre a segurança e instituirá sistemas estaduais controlados por um órgão a ser criado no Ministério da Justiça".

Os governadores da "oposição", do PMDB em especial, têm mostrado sua disposição de evitar choques com o regime também neste ponto. Falando sobre a possibilidade de desativação do DOPS em Minas Gerais, Tancredo Neves foi taxativo: **"o defeito não está no de-**

▶▶

A PRISÃO DOS MILITANTES DO PCB

Novo ato da "abertura"

Numa ação de grande envergadura, a Polícia Federal dissolveu no dia 13 de dezembro do ano passado uma reunião de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. A alegação da Polícia Federal para dissolver a reunião (que se realizava na sede do jornal "Voz da Unidade") era de que se tratava do 7º Congresso do partido, acusação negada pelos dirigentes do partido. A partir das prisões a Polícia Federal abriu um inquérito com base na Lei de Segurança Nacional.

Apesar das declarações dos próprios dirigentes do PCB de que a operação foi um produto de "extrema direita atuando contra a abertura de Figueiredo" (Luis Tenório, dirigente) ou então que as prisões "contradizem a política de abertura" (Giocondo Dias, secretário-geral) — todas as evidências indicam o contrário. O grande aparato montado para dissolver a reunião, o fato de que a ação tenha sido efetuada pela Polícia Federal — cuja atividade está subordinada ao Ministério da Justiça — bem como as declarações dos mandatários do regime assumindo as prisões, revelam isto sim, o verdadeiro caráter da "abertura" de Figueiredo, que mantém de pé um monstruoso aparato repressivo para impedir a livre organização e manifestação.

Nesta medida, todos aqueles que se reivindicam da democracia devem manifestar claramente seu repúdio às prisões, se posicionando contra o enquadramento na LSN e pelo fim da Lei de Segurança Nacional.

ANEXO D2 – Jornal O Trabalho n° 208, capa.

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

ÚLTIMA HORA

Quando fechávamos esta edição, foi divulgada a notícia de que a Polícia Federal invadiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo, tendo prendido dirigentes sindicais que têm se destacado no combate pela greve geral, como Augusto, Tita e Luisinho. E com este mesmo intuito que começaram a ser chamados a depor na Polícia Federal, outros dirigentes, como Clara Ant e Gilmar Carneiro, membros da Pró-CUT.

- LIBERTAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS PRESOS!

Para acabar com os pacotes, com a ditadura e romper com o FMI

GREVE GERAL

São Paulo, 21 a 28 de Julho de 1983 — Nº 208 — Cr$ 200,00

Jair Meneguelli, Jacó, Bitter e Lula, dirigentes da greve dos petroleiros e do AIB.

Dívida Externa

Cerca de 330 sindicalistas de 29 países latino-americanos participaram, nos dias 14,15 e 16 de julho,da Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e do Caribe sobre a Dívida Externa, realizada em Havana, Cuba. Uma das resoluções aprovadas foi a realização de um Dia Continental contra a Dívida Externa, no dia 23 de outubro, com a organização de manifestações nos diversos países, proposta pela CUT brasileira. Esta decisão consta da chamada Ata de Havana, onde se resumem as posições discutidas e aprovadas durante o encontro.

Nesta ata, constata-se que "todos os participantes coincidiram na impossibilidade do seu pagamento (da dívida externa)" e "também chamaram a atenção de que a anulação, a moratória, a suspensão imediata dos pagamentos, ou o adiamento por um determinado número de anos, da dívida e dos juros, é indispensável". Da Conferência participaram setores os mais combativos, como a CUT do Brasil, o PIT do Uruguai, a Federação dos Mineiros do Peru.

Em nossa edição n.º 244, apresentávamos o Informe Preparatório do 8º Encontro dos colaboradores de O Trabalho, onde se afirmava que "a situação do continente latino-americano, oprimido pelo imperialismo, encontra sua expressão na fardo da dívida externa que estrangula a vida dos povos da região", destacando que cabe ao movimento independente dos trabalhadores "ocupar o lugar recusado pela covarde burguesia do continente" na luta contra a dívida externa, contra a opressão imperialista. Efetivamente, esta questão - a famigerada dívida externa - é da maior relevância para os trabalhadores e os povos latino-americanos. Daí a importância da reunião de sindicalistas de Havana, assim como a de representantes políticos ocorrida na mesma cidade no final de julho e começo de agosto.

As propostas de ação aprovadas na reunião de sindicalistas podem ser utilizadas, por exemplo,no Brasil, para o impulsionamento da luta contra o pagamento da dívida externa. Assim, o dia 23 de outubro deve ser um momento importante para os trabalhadores colocarem claramente suas bandeiras antiimperialistas, exigindo o fim da submissão do país ao imperialismo, a ruptura com o FMI. Este foi o sentido da participação dos sindicalistas combativos no encontro de Havana, e cuja atividade comum pode fazer avançar, em cada país e à escala do continente inteiro, o combate em defesa das reais reivindicações dos trabalhadores e das grandes massas.

Reproduzimos, nas páginas seguintes, os discursos pronunciados na Conferência por Jair Meneguelli, o presidente da Central Única dos Trabalhadores do Brasil, e por Víctor Cuadros, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Mineiros e Metalúrgicos do Peru. Além disso, publicamos uma moção sobre a questão da dívida externa,apresentada pela Federação peruana na reunião e um comentário sobre um aspecto da Ata de Havana (a questão da chamada "Nova Ordem Econômica Mundial") que merece ser aprofundado nos debates entre os trabalhadores, dentro do espírito da mais ampla democracia operária. A intervenção de Víctor Cuadros e a moção peruana sobre a dívida foram extraídas do jornal "El Trabajo" do Peru, de julho de 85.

"Pelo não pagamento da dívida"

(Discurso de Jair Meneguelli)

Companheiro Fidel Castro
Comandante em chefe da Revolução Cubana
Companheiro Roberto Veiga
Secretário Geral da Central dos Trabalhadores de Cuba
Companheiros da Presidência
Companheiros e companheiras sindicalistas da América Latina e do Caribe

Em nome de 12 milhões de operários e camponeses representados no Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores tenho a honra de lhes dirigir a palavra.

A CUT é filha das batalhas travadas no interior das fábricas do coração industrial do Brasil e das ocupações organizadas das terras do latifúndio nos campos da nossa Pátria.

Nossa primeira palavra é de saudação a todos os companheiros e companheiras presentes a esta Conferência Sindical sobre a dívida externa, especialmente aos companheiros da Central dos Trabalhadores de Cuba, a quem coube a histórica tarefa de convocar e sediar esse evento.

Entendemos que a presença massiva e a representatividade dos dirigentes aqui reunidos significam um compromisso de luta e de unidade da classe trabalhadora de toda América Latina e do Caribe frente à tremenda crise econômica, social e política que se abate sobre o nosso continente.

A Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e do Caribe é de suma importância para o avanço e a unificação das nossas lutas. Vemos esta Conferência como o fator detonante de múltiplas iniciativas que haverão de se desdobrar em futuras ações conjuntas contra o inimigo comum de nossos povos, o imperialismo.

E, precisamente, estamos convencidos de que a luta contra a dívida externa se converterá numa bandeira que unificará todos os povos do continente que são submetidos a uma política neo-colonialista de extorsão e saque.

Companheiros e Companheiras:

Representamos aqui uma parcela significativa dos trabalhadores de um grande país. Um país gigantesco. Até nos seus problemas. E nós, trabalhadores brasileiros, a partir das lutas que travamos dia a dia, vamos alcançando a consciência clara da dimensão desses problemas e da responsabilidade que temos na tarefa de

apresentar ao povo trabalhador de nossa pátria o caminho da sua superação.

A dívida externa que 21 anos de ditadura militar lançaram sobre os ombros da classe trabalhadora brasileira alcança hoje a cifra astronômica de 104 bilhões de dólares. A dívida é uma força tão poderosa que já nos habituamos a dizer que não é o Brasil que administra a dívida, mas é a dívida que administra o Brasil.

Para que os companheiros e companheiras possam dar-se conta do vulto da crise que nos envolve são necessários alguns dados:

— em 1964, quando os militares assumiram o poder, a dívida externa correspondia a 15% do Produto Interno Bruto; hoje, corresponde a 46,3% do PIB;

— no período entre 1973 e 1984 o Brasil pagou 68 bilhões de dólares somente em juros e serviços da dívida. Se os bancos credores tivessem mantido a mesma taxa de juros de 1973, equivalente a 6,68% ao ano, que é a taxa real, haveríamos pago 30 bilhões de dólares a menos.

Que nome damos a esta operação, companheiros e companheiras? Isso é roubo! Isso é estelionato internacional!

Vejamos agora o que significa para o povo trabalhador do Brasil arranjar 65 bilhões de dólares em juros de uma dívida que não foi por ele contraída: significa que 114 milhões de brasileiros tiveram que trabalhar um ano gratuitamente para produzir esse volume de riqueza.

Que nome damos a isso, companheiros? Só há uma palavra para definir: ESCRAVIDÃO.

Não há contudo, uma dívida externa especificamente brasileira. Ela é parte de um grande jogo que contrapõe os países capitalistas industrializados aos países do 3º Mundo, particularmente os da América Latina e Caribe. O aspecto particular da dívida externa brasileira reside apenas na voracidade da rapinagem do imperialismo e no servilismo absoluto da ditadura militar e dos seus servidores das classes dominantes, às suas exigências.

A dívida externa do nosso país corresponde atualmente a mais de 25% do total devido pela América Latina.

Chegamos a essa cifra alarmante graças ao processo político que se desenvolveu no país a partir do golpe militar de 1964. O modelo econômico que se implantou consistiu basicamente na crescente desnacionalização da economia brasileira com sua total integração e subordinação aos interesses do capital internacional. Internamente, sofremos a mais violenta concentração de renda de todos os tempos.

No início da década de 80, com o recrudescimento da crise mundial e a conseqüente insolvência dos países devedores, os credores internacionais passaram a exigir dos governos programas de "Reajustes" econômicos, que, na política não significam outra coisa que a imposição de maiores sacrifícios à classe trabalhadora. Esses "reajustes" buscavam e buscam gerar saldos comerciais favoráveis para evitar a insolvência absoluta.